



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

**“Imperialismo Capitalista em Três Atos: Investigações sobre o
Capitalismo”**

Thiago Fernandes Franco

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto de Economia da UNICAMP para
obtenção do título de **Mestre em
Desenvolvimento Econômico**, área de
concentração: **História Econômica**, sob a
orientação do Prof. Dr. **Eduardo Barros
Mariutti**.

*Este exemplar corresponde ao original da
dissertação defendida por **Thiago Fernandes
Franco**, em 21/02/2011, e orientada pelo Prof. Dr.
Eduardo Barros Mariutti.*

CPG, 21/02/2011.

Campinas, 2011

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

F848i	Franco, Thiago Fernandes. Imperialismo capitalista em três atos: investigações sobre o capitalismo/ Thiago Fernandes Franco. -- Campinas, SP: [s.n.], 2011. Orientador: Eduardo Barros Mariutti. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. 1. Imperialismo. 2. Capitalismo. 3. Império Britânico. 4. Grã-Bretanha - Séc. XIX. I. Mariutti, Eduardo Barros. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.
	11-034-BIE

Título em Inglês: Capitalist imperialism in three acts: investigations into capitalism

Keywords: Imperialism ; Capitalism ; British Empire ; Great Britain – 19th Century

Area de Concentração : História Econômica

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora: Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti

Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni

Profa. Dra. Angelita Matos Souza

Data da defesa: 21-02-2011

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

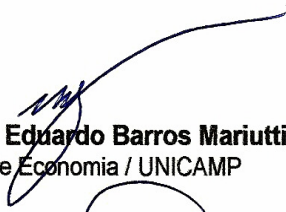
Dissertação de Mestrado

Aluno: Thiago Fernandes Franco

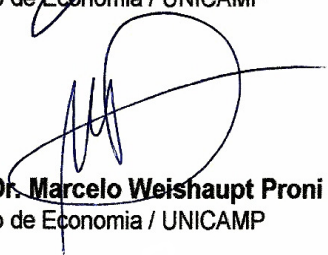
**“Imperialismo Capitalista em Três Atos: Investigações
sobre o Capitalismo”**

Defendida em 21 / 02 / 2011

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti
Instituto de Economia / UNICAMP



Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni
Instituto de Economia / UNICAMP



Prof.ª Dr.ª Angelita Matos Souza
FACAMP

Dedico esta dissertação ao meu
Mestre, o Professor Eduardo Mariutti
que – contra todas as evidências e engolindo dúzias de sapos –
apostou que, depois de oito anos
de convivência –aos 48 do segundo tempo, claro –
seria possível aproveitar daqui alguma reflexão que preste.
Espero que estas maldigitadas páginas sirvam às suas
investigações sobre o capitalismo.

Saudações Tricolores!

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos os meus amigos da bola, do samba e da piada. Vida longa aos *Miguchos*, ao *Pagode do Souza* e à *Miséria*.

Gostaria de agradecer aos meus professores e aos meus colegas, sobretudo os que tornam as chatices menos chatas; as reflexões menos estéreis e a Universidade Pública um lugar menos insuportável do que seria se o Projeto Universitário da Chatice finalmente cantasse sua vitória.

Gostaria de agradecer – acima de todas as outras coisas – à minha família; pelo amor incondicional e por me sustentar pacientemente nos momentos em que ninguém mais aguentaria minha teimosia e a minha chatice. Marina, Luiza, Isabel, mãe e pai, amo vocês.

RESUMO

Este trabalho consiste na reconstituição de três debates sobre o Imperialismo Capitalista Britânico durante o século XIX com o intuito de perceber nele manifestações das estruturas perenes do capitalismo, procurando marcar as diferenças entre estas e aquelas que se mostram(ram) conjunturais. No primeiro capítulo, procuramos, por meio da reconstituição do “debate clássico” de alguns autores marxistas do começo do século XX (Lênin, Kautsky, Hilferding e Rosa Luxemburg), demonstrar que este tipo de imperialismo é resultado das ações humanas sobre as contradições inerentes ao sistema capitalista em vias de se tornar global. Neste capítulo, procuramos também nos apropriar do potencial explicativo do conceito de “capital financeiro” de Hilferding sob as luzes da problemática da “reprodução social total” delineada por Rosa Luxemburg. A seguir, procuramos inserir as questões então colocadas na discussão do assim chamado “imperialismo do livre-comércio” – uma discussão sobretudo sobre as supostas diferenças de motivações dos homens-de-Estado britânicos na “escolha” entre “controle direto” e “controle indireto” das colônias da rainha Vitória – ao que a questão do Estado enquanto expressão da luta de classes naquele momento se mostrou crucial. No último capítulo, buscamos compreender as especificidades da formação da classe proprietária do capital financeiro na Grã-Bretanha Vitoriana no momento em que se consolidava uma sorte de fusão entre valores aristocráticos e outros burgueses, tendo como especial referência a “teoria da classe ociosa” de Thorstein Veblen. Procuramos, neste capítulo, retomando as idéias dos capítulos anteriores, entender como se deu a permanência da elite britânica enquanto elite num momento de crise profunda do sistema de organização social. Durante todo o nosso percurso, procuramos tecer as articulações entre as especificidades do caso britânico e as características inerentes ao sistema capitalista de acumulação de riquezas e exploração de pessoas.

PALAVRAS-CHAVE:

Imperialismo; Capitalismo; Império Britânico, Grã-Bretanha; Século XIX

ABSTRACT

This work consists in the reconstitution of three debates about the British Capitalist Imperialism in the 19th Century with the intention of realizing signs of the everlasting structures of the capitalism, trying to mark the differences between that structural and others that seem(ed) conjuncturals. In the first chapter, we tried, by the reconstitution of the “classical debate” delimited by some Marxists authors whose wrote in the beginning of the 20th century (Lênin, Kautsky, Hilferding and Rosa Luxemburg), to demonstrate that this kind of imperialism results from human actions on the contradictions of the capitalist system near to become global. In this chapter, we also tried to borrow the explanatory potential of the “financial capital” concept of Hilferding by the lights of Rosa Luxemburg’s discussion about the “total social reproduction”. Afterwards, we tried to insert the questions pointed at the discussion of the so-called “free trade imperialism” – a discussion especially focused on the alleged British men-of-state’s preferences to “choose” between the “direct” and the “indirect” control over Queen Victoria’s colonies – when was crucial the question of the State as expression of the class struggle in that time. In the last chapter, we tried to comprehend the peculiarities of the proprietor class that owned the financial capital in Victorian Great-Britain in the time which became stable a kind of fusion between the aristocratics and the bourgeois values. In that moment, we reported to the theory of the leisure class by Thorstein Veblen. In this chapter, we tried, resuming the ideas developed in the previous chapters, to understand how the british elite could remain elite in spite of the deep crisis of the social system of organization. During the entire route, we tried to weave the articulations between the peculiarities of the British case and the inherent characters of the capitalist system of wealth accumulation and people exploration.

KEY-WORDS:

Imperialism; Capitalism; British Empire, Great Britain; 19th Century

ÍNDICE

Agradecimentos	vii
Resumo	ix
palavras-chave:.....	ix
Considerações iniciais sobre o Imperialismo Capitalista Britânico	1
Capítulo I: O Debate Clássico sobre o Imperialismo Capitalista	9
Capítulo II: O assim chamado Imperialismo de Livre-Comércio; argumentos e contra-argumentos sobre a política externa britânica nos tempos da Rainha Vitória.....	73
Capítulo III: O Imperialismo Gentleman; a gentil ética dos negócios da Guerra	105
Considerações finais	135
Referências Bibliográficas	141

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O IMPERIALISMO CAPITALISTA BRITÂNICO

Julieta, não és mais um anjo de bondade
como outrora sonhava
O teu Romeu

Julieta, tens a volúpia da infidelidade
E quem
te paga as dívidas sou eu...

Julieta, tu não ouves meu grito de esperança
Que afinal, de tão fraco não alcança
as alturas do teu arranha-céu

Tu decretaste a morte aos madrigais
e constróis um castelo de ideais
No formato elegante de um chapéu

Julieta, nem falar em Romeu tu hoje queres
Borboleta sem asas, tu preferes
Que te façam carícias de papel

Nos teus anseios loucos, delirantes
Em lugar de canções queres brilhantes
Em lugar de Romeu, um coronel!

(Noel Rosa)

O estudo dos impérios em geral nos demonstra que as políticas imperiais são expressões de interesses profundos das classes sociais dominantes e não estão sujeitas a meras variações conjunturais de governo¹. Como souberam os homens que promoveram a formação dos Estados modernos, numa sociedade clivada por classes sociais, faz-se necessária a organização de uma máquina em alguma medida imune às variações superficiais do exercício do poder, de modo que os grupos políticos podem até se degladiar sobre pautas específicas, mas, quando assumem o poder, são levados a executar políticas que independem de sua “vontade”, seguindo a famosa máxima segundo a qual os homens fazem a história de acordo com os limites das condições históricas em que se encontram. Entre esses limites, os principais são as condições tecnológicas; as contradições de interesses vigente; e a distribuição do poder que permite ou não que determinados interesses se sobreponham aos outros.

Portanto, a investigação do complexo sistema que conforma um aparelho imperialista deve superar as aparências da disputa que supostamente polariza, de um lado, os apologetas do império e, do outro, os setores reformistas. Com efeito, esta é apenas *uma* das incontáveis manifestações deste complexo sistema.

Para que possamos minimamente compreender um sistema imperial, faz-se mister que, antes de qualquer outra coisa, busquemos entender as razões profundas que motivam esforços tão elevados quanto a instalação de uma máquina de poder imperial. O Estado imperial é apenas *uma* das teoricamente infinitas formas de organizar uma sociedade qualquer e se, em algum momento, ele se torna um fato concreto, se torna no cruzamento entre as leis sociais estruturantes e a ação dos grupos políticos. Mais que duas ideologias opostas, imperialistas e anti-imperialistas são *representantes* de dois projetos distintos de Estado que *representam*, sob a forma de imperialismo e reformismo, interesses momentaneamente conflitantes, ainda que não necessariamente antagônicos, pois antagônicos são os interesses entre os dominadores e os dominados, não entre as diversas faces da dominação.

¹ Estamos neste trabalho nos referindo a “império” em sentido lato. Não nos referimos aqui às análises de Império-Mundo e Economia-mundo definidos por autores como Wallerstein e Braudel. Nem estamos rejeitando de antemão um dos aspectos da perspectiva weberiana, que sustenta que o capitalismo necessariamente está imerso em um sistema interestatal.

Em Estados modernos – nos quais o poder é disputado em termos de uma legitimidade supostamente “racional” – faz parte da estratégia dos grupos em disputa procurar fazer passar por “irracional” e “equivocada” a postura dos seus adversários políticos. Do nosso ponto de vista, não nos parece convincente a afirmação segundo a qual a constituição de uma potência imperial – tão recorrente ao longo da história, tão estudada, tão maquinada – assenta-se em equívocos e irracionalidades de grupos político-ideológicos quaisquer que o sejam. Uma sucessão de leis, orientações, políticas que constróem e destróem coisas e modos de vida, gerando lucros astronômicos para os seus e mantendo subordinadas classes e mais classes ao redor do mundo não pode ser simplesmente um “equívoco”. Do nosso ponto de vista, são a expressão de um complexo sistema de interesses em que determinados grupos ganham mais que outros na exploração daqueles que efetivamente são prejudicados pela adoção das políticas imperiais: as classes trabalhadoras.

Acompanhamos Marx e Engels na tese segundo a qual a tentativa de reprodução da ideologia do “interesse geral” não tem outra razão senão procurar encobrir a gigantesca cisão que marca as sociedades fundadas na exploração de classes. Mas, ainda mais importante que denunciar a “falsa consciência” por trás da ideologia é compreender que, conforme afirmam n’*A Ideologia Alemã*, nenhum “bem-comum” pode ser sustentado sem as suas bases materiais correspondentes e, portanto, essa ideologia não pode ser entendida em separado dos interesses materiais particulares que encobre; porque o “interesse coletivo não existe meramente na representação, como ‘interesse geral’, mas, antes, *na realidade*, como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais o trabalho está dividido.”² Conforme a tradução da editora Boitempo, Marx fez uma anotação ao lado deste trecho do manuscrito na qual afirma que

“é precisamente dessa contradição do interesse particular com o interesse coletivo que o interesse coletivo assume, como Estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses singulares e gerais e, ao mesmo tempo, como comunidade ilusória, mas sempre fundada sobre a base real [realen] dos laços existentes em cada conglomerado familiar e tribal, tais como os laços de sangue, a linguagem, a divisão do trabalho em escala ampliada e demais interesses – e em especial, como desenvolveremos mais adiante, fundada sobre as classes já condicionadas pela divisão do trabalho, que se isolam em cada um desses

2 Marx e Engels, *A ideologia Alemã*, página 37.

aglomerados humanos e em meio aos quais há uma classe que domina todas as outras. Daí se segue que todas as lutas no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito de voto [T.F.F.: a luta entre imperialistas e anti-imperialistas.] etc. etc., não são mais do que formas ilusórias – em geral, a forma ilusória da comunidade – nas quais são travadas as lutas reais entre as diferentes classes (...). É justamente porque os indivíduos buscam apenas seu interesse particular, que para eles não guarda conexão com seu interesse coletivo, que este último é imposto a eles como um interesse que lhes é ‘estranho’ e que deles ‘independe’, por sua vez, como um interesse ‘geral’ especial, peculiar [...] Por outro lado, a luta prática desses interesses particulares, que se contrapõem constantemente e de modo real aos interesses coletivos ou ilusoriamente coletivos, também torna necessária a ingerência e a contenção práticas por meio do ilusório interesse ‘geral’ como Estado.” [grifos dele]

Acreditar que o embate entre opositores e defensores do império é uma disputa de idéias, uma disputa meramente ideológica, é desconhecer as relações que sustentam cada uma dessas ideologias e tomar por verdade as representações. A análise dos modelos de exploração não pode velar que para muito além da *aparência* da dominação – “política” ou “econômica”; “direta” ou “indireta” – sua *essência* é mantida: a “dominação” sob qualquer forma, ainda é “dominação”.

O imperialismo capitalista é a expressão das contradições de classe típicas de sociedades capitalistas na mesma medida em que o imperialismo de cada um dos impérios que o precederam são – e não poderiam deixar de ser – a expressão política das contradições de classe então existentes. Em nossa opinião, toda tentativa de entendimento sobre qualquer império ao longo da história é também uma tentativa de entendimento sobre o sistema de dominação no qual esse império está inscrito. Deste modo, a tentativa de compreensão das diversas interpretações sobre o imperialismo capitalista britânico é – e não poderia deixar de ser – uma tentativa de entendimento sobre o sistema capitalista de dominação.

Sendo assim, nossa tarefa passa a ser descobrir – na formação do imperialismo capitalista britânico: 1) porque essa forma de poder foi “escolhida” em vez de qualquer outra; 2) o que permaneceu de formas anteriores de dominação e; 3) o que essa forma tem de “nova”.

Organizamos a exposição de nossa investigação em três capítulos de acordo com três debates consagrados sobre o imperialismo britânico.

O primeiro deles, que teve seu apogeu nas duas primeiras décadas do século XX, costuma ser classificado pelos historiadores da história como um debate de “história econômica”. Neste momento, as disciplinas das ciências humanas ainda não

tenham atingido o grau de especialização que viriam a assumir posteriormente. Deste modo, notamos que seus autores não se ocuparam com o estabelecimento de uma distinção muito nítida entre “economia” ou “política”. Sua preocupação consistia em, ao mesmo tempo, entender a acumulação capitalista do dinheiro e criar meios de destruir as bases nas quais ela repousa. No sentido específico do termo, é o debate mais complexo dessa dissertação. É complexo porque mistura em sua análise vários níveis em que arbitrariamente se acostumou a separar a sociedade. Em alguma medida, suas questões carregam consigo todas aquelas que desdobramos nos dois capítulos subseqüentes. É, portanto, o capítulo mais importante dessa dissertação; mas as questões nele apresentadas ainda o estão de uma forma complicada. Esperamos que elas se esclareçam ao longo dos outros dois.

O segundo capítulo, por seu turno, compreende o debate provocado pelo texto “The Imperialism of Free Trade” da autoria de John Gallagher e Ronald Robinson. Este texto foi publicado pela “The Economic History Review” em 1953 e suas questões, bem como as dos demais textos que apresentamos neste capítulo, estão profundamente marcadas pelo contexto da Guerra Fria em seus momentos mais acirrados, nos quais os modelos estadunidense e soviético de organização da sociedade estavam *efetivamente* em disputa pelos rumos do mundo. Assim, o debate sobre o imperialismo de livre-comércio, seguindo a tendência da historiografia da época, parecem confluir para aquilo que se costuma chamar de “história política”. No bojo de um processo de desenvolvimento de um modo específico de “racionalização instrumental”, os estudos históricos com base empírica avançaram sobremaneira neste período, permitindo que, por um lado, muitos aspectos outrora obscuros fossem elucidados, mas, de outro, que a tendência à especialização se tornasse quase irresistível e, portanto, se perdesse uma parcela significativamente grande do potencial explicativo sobre os processos históricos, fato este que se aprofunda no terceiro debate, sobre o “capitalismo cavalheiresco”³, bastante beneficiado pelas pesquisas empíricas, sobretudo as da

3 O termo “gentleman capitalism” costuma ser traduzido para o português por “capitalismo fidalgo”, seguindo o exemplo de estudiosos importantes do tema, como o português Vitorino Magalhães Godinho. Etimologicamente, “fidalgos” – contração de “filho de algo” – designa os nobres por nascimento, por “sangue”. Contudo, na ausência de um termo preciso na língua portuguesa para traduzir “gentleman”; “fidalgos” também acaba sendo utilizado no sentido de “enobrecido”, “transformado nobre pela vontade do rei”. Em nosso trabalho, pelas razões que exporemos no terceiro capítulo, preferimos manter a diferenciação entre as palavras justamente para marcar a diferença entre os que

chamada “história social”, mas também marcado por forças bastante presentes nas décadas de 1980 e 1990, quando as explicações globais foram sendo cada vez mais preteridas em favor de trabalhos ultra-específicos.

Gostaríamos de deixar manifesto que o que procuramos fazer em nosso trabalho não é História; é uma tentativa de reconstituição dos *discursos históricos* e, portanto, é um trabalho de historiografia – a história da História. Sendo assim, nosso ponto de partida é a apresentação do discurso dos autores que pretendemos debater. Procuramos, sempre que possível, apresentar o discurso dos autores por eles mesmos e esperamos que as citações não estejam longas demais a ponto de impossibilitar a leitura ou torná-la mais enfadonha do que o necessário.

Também com o objetivo de facilitar a leitura, procuramos traduzir por nossa conta as obras que não encontramos em português. Para fins de que a exatidão da tradução possa ser averiguada, mantivemos as passagens originais em notas de rodapé.

nasceram nobres daqueles que foram aceitos como nobres mesmo tendo origem plebéia. Embora a palavra gentleman já conste, por exemplo, no dicionário Houaiss da língua portuguesa, optamos por utilizar, neste trabalho, em seu lugar, o substantivo “cavalheiro” e o adjetivo “cavalheiresco”.

CAPÍTULO I: O DEBATE CLÁSSICO SOBRE O IMPERIALISMO CAPITALISTA

A verdade, meu amor, mora num poço
É Pilatos lá na Bíblia quem nos diz
E também faleceu por seu pescoço
O infeliz autor da guilhotina de Paris

Vai, orgulhosa, querida
Mas aceita esta lição:
No câmbio incerto da vida
A libra sempre é o coração

O amor vem por princípio, a ordem por base
O progresso é que deve vir por fim
Desprezastes esta lei de Augusto Comte
E fostes ser feliz longe de mim

Vai, coração que não vibra
Com teu juro exorbitante
Transformar mais outra libra
Em dívida flutuante

A intriga nasce num café pequeno
Que se toma pra ver quem vai pagar
Para não sentir mais o teu veneno
Foi que eu já resolvi me envenenar

(Noel Rosa e Orestes Barbosa)

JOHN ATKINSON HOBSON: O IMPERIALISMO E O PARASITISMO DOS FINANCISTAS

É relativamente consensual entre aqueles que estudam o imperialismo britânico que John Atkinson Hobson (1858-1940), liberal heterodoxo britânico, foi o primeiro a defender, em inúmeros de seus trabalhos – dentre os quais se destaca *Imperialism: a study*⁴ – a tese segundo a qual o imperialismo é um processo movido por elementos estruturais (relações sociais cuja origem é a própria estrutura econômica capitalista).

Entretanto, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, o que motivou os pensamentos de Hobson sobre o imperialismo não foram as relações exteriores da coroa, mas os problemas *internos* da sociedade britânica. Segundo ele, a sociedade britânica padecia ante o parasitismo da classe financeira ligada à City, que encontrava nos tentáculos do império uma fonte segura de escoamento para o enorme acúmulo de capital que se mostrava insuficientemente lucrativo no saturado mercado local. Sendo assim, para ele, o imperialismo era uma verdadeira “patologia social”⁵.

Visto que o Imperialismo das últimas três décadas é claramente condenado enquanto uma política de negócios (business policy) que, apesar dos enormes custos, proporcionou um aumento incerto, ruim e pequeno dos mercados e colocou em perigo toda a riqueza da nação com a criação de fortes ressentimentos por parte das outras nações, nós podemos perguntar: ‘Como a nação britânica é induzida a embarcar em negócios tão frágeis?’ A única resposta possível é que os negócios que interessam à nação como um todo são subordinados àqueles de certos grupos de interesses que usurpam o controle dos recursos nacionais e os usam para os seus lucros privados. [...] Esta é a doença mais comum de todas as formas de governo. As famosas palavras de Sir Thomas More são tão verdadeiras agora quanto quando ele as escreveu: ‘Noto em todo lugar uma certa conspiração de homens ricos procurando suas próprias vantagens sob o nome e o pretexto da nação (commonwealth).’⁶

⁴ Hobson, *Imperialism: a study*.

⁵ Cumpre notar que embora tenha se dedicado a esse tema praticamente de maneira intermitente ao longo de sua vida pública, Hobson nunca conseguiu demonstrar como exatamente se dava a articulação entre os interesses financeiros e a sua materialização enquanto políticas estatais. Cf: Peter Cain, “‘Gentleman Capitalism’ and ‘Classical’ Theories of Economic Imperialism”, págs 4 e 5. Os parágrafos seguintes sobre Hobson são bastante apoiados nos textos de Cain.

⁶ Hobson, mesma obra. “Seeing that the Imperialism of the last three decades is clearly condemned as a business policy, in that at enormous expense it has procured a small, bad, unsafe increase of markets, and has jeopardised the entire wealth of the nation in rousing the strong resentment of other nations, we may ask, ‘How is the British nation induced to embark upon such unsound business?’ The only possible answer is that the business interests of the nation as a whole are subordinated to those of certain sectional interests that usurp control of the national resources and use them for their private gain. This is no strange or monstrous charge to bring; it is the commonest disease of all forms of government. The famous words of Sir Thomas More are as true now as when he wrote them: ‘Everywhere do I perceive a certain conspiracy of rich men seeking their own advantage under the name and pretext of the commonwealth.’”

Jornalista, Hobson escreveu muito, procurando sempre se ater às questões mais importantes de seu tempo no calor dos acontecimentos – o que em certa medida explica algumas das inúmeras contradições percebidas na análise póstuma de sua extensa obra. Suas opiniões foram extremamente influenciadas pelas suas participações na cobertura das guerras. *Imperialism*, por exemplo, é, em grande medida, o reflexo de sua experiência na África do Sul em 1899, na guerra anglo-boer e pode ser considerado um libelo anti-imperialista. Com o passar dos anos, entretanto, sua postura foi mudando. Já em 1911, em *The Economic Interpretations of Investment*, cedeu à idéia, muito comum entre os homens de seu tempo – mesmo entre comunistas – de que existe uma dimensão progressista no capitalismo enquanto destruidor de relações arcaicas⁷ e que, portanto, é possível apostar no aspecto civilizatório do imperialismo enquanto extensão das virtudes capitalistas pelo mundo⁸. Para muitos de seus contemporâneos, mesmo os que se consideravam pacifistas, colonizar o mundo era uma espécie de missão jesuítica; era o “fardo do homem branco”.

Após a deflagração da Grande Guerra, voltou a defender os argumentos imortalizados em *Imperialism*. Passadas quase quatro décadas, quando republicou sua obra máxima, mesmo ao acrescentar um longo prefácio, não modificou em nada seu argumento. Como um típico reformista, simplesmente omitiu que um dia defendera argumentos contrários – postura que repetiu em sua autobiografia⁹. Sob nosso ponto de vista, essas mudanças de opiniões e omissões demonstram que, para Hobson, o debate, a “opinião pública” e a intervenção política eram muito mais importantes que uma suposta verdade científica.

Quanto às teses do parasitismo da City, é muito provável que tenham se assentado na forte sensação de que a Grã-Bretanha estava de algum modo perdendo o

⁷ Essa idéia está presente, por exemplo, n’*O Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels e ressurgiu em diversos pontos da vasta obra dos dois autores (mesmo nos textos considerados “maduros” e “plenamente marxistas”).

⁸ Tese que não esteve ausente nem em *Imperialism*, apesar de assumir em 1902 uma forma bastante diversa da apologia ao império. Para ele, quando a assimilação fosse aceita pelos bárbaros e a extensão da cidadania britânica assegurada – caso unicamente possível nas assim chamadas *white colonies* – o imperialismo era bom. Do contrário, era nefasto e imoral. *Imperialism*, página 28 e seguintes. Há que se ressaltar que a justificativa imperial sempre é movimentada por um suposto altruísmo, como contemporaneamente demonstra a “defesa da universalização da democracia”. Voltaremos a esse ponto logo mais.

⁹ Quando fez uma ressalva a *Imperialism* ao diagnosticar um possível exagero na ênfase aos aspectos econômicos e uma desatenção ao que denominou “the lust for power”. Cain, *Hobson and Imperialism*, página 2.

“bonde da história”, pois sua supremacia, garantida ao longo do século XIX, aparentemente calcada no poderio industrial, estava sendo ameaçada por uma nova dinâmica econômica empreendida por potências como Estados Unidos e Alemanha¹⁰. Assim, para ele, era preciso empreender um grande esforço na tentativa de manter o domínio político-econômico mundial e não é de se espantar que seu alvo tenha sido o gigantesco setor financeiro londrino que, neste momento mais que noutros, prosperava de maneira completamente descompassada com os demais setores da economia britânica.

Embora não objetivasse delinear uma análise fenomenológica geral de todo o imperialismo¹¹, acabou influenciando fortemente todos os estudos posteriores ao demonstrar de modo pioneiro as raízes econômicas – especialmente financeiras – do imperialismo nos séculos XIX e XX. A seu modo, entendia as motivações profundas do império, mas o via como um arranjo específico que deveria ser desatado urgentemente. Para Hobson, diferentemente do que afirmavam muitos outros opositores, o império não era *irracional*. Muito pelo contrário, se apresentava como uma necessidade da fração parasitária da sociedade cujos interesses estavam sendo privilegiados pelo império em detrimento da sociedade em geral. Portanto, para ele, do ponto de vista da sociedade em geral – o que quer que isso seja – o imperialismo era nada mais que um erro de cálculo que deveria ser corrigido, diminuindo o poder relativo do norte (em que predominavam os interesses financeiros) e aumentando o do sul (regido pelos interesses industriais)¹². Desta maneira, acreditando no *laissez-faire*, mas não em seu automatismo, propunha reformas tão profundas quanto polêmicas, como por exemplo a elevação dos salários dos trabalhadores britânicos com o intuito de aumentar a demanda interna por bens ingleses, superando, destarte, as dificuldades de realização do capital acumulado pelos capitalistas britânicos e tornando o imperialismo “desnecessário” e “desvantajoso” para “todos”, ao que se poderia “corrigir” os esforços do Estado para “maximizar” o bem-estar da sociedade como um todo (*sic*).

¹⁰ Voltaremos a esta questão.

¹¹ Mariutti, página 175.

¹² Conforme desenvolve no capítulo II de *Imperialism*.

KARL KAUTSKY: O “ULTRA-IMPERIALISMO” E O CONCERTO DAS POTÊNCIAS CAPITALISTAS

O diagnóstico de Hobson sobre o imperialismo – o de que este era somente um dos possíveis arranjos no capitalismo – foi endossado em dois textos publicados em 1914 por Karl Kautsky (1854-1938) que geraram grande polêmica. Contudo, o que surpreendeu nas teses de Kautsky, líder socialista e intelectual de grande atuação na II Internacional, foi justamente o ponto em que *divergiu* do inglês ao desprezar a dimensão financeira do imperialismo. Isso porque, desde 1909, com a publicação do célebre livro de Rudolf Hilferding, companheiro de Kautsky na social-democracia – que analisaremos a seguir – todo o marxismo mundial vinha convergindo para a importância do capital financeiro nos conflitos que se acirravam cada vez mais. Kautsky, inclusive, publicara, em 1911, um texto de grande circulação em que enaltecia o livro de Hilferding como o quarto volume d’O Capital. Em uma das passagens deste texto, chega a afirmar que “É ao capital financeiro que pertence o futuro do capitalismo. Mas isso, tanto na luta internacional quanto na luta interna de classes, significa a mais brutal e violenta forma de capital.”¹³ Assim, é mesmo bastante estranho que, em 1914, Kautsky afirme que o imperialismo se deve, não ao capital financeiro – que nem aparece em sua análise – mas ao “descompasso inexorável entre o desenvolvimento da indústria e o da agricultura”; descompasso este que, para ele, estava sendo resolvido pela guerra, que, por seu turno, não era uma decorrência necessária do capitalismo, contrariando as teses que vigoravam no debate internacional do marxismo em sua época. Isso porque, para ele,

O esforço constante da indústria para desenvolver nas regiões agrícolas relações com as quais pode dar seguimento às suas atividades pode tomar muitas formas diferentes. É verdade que esse esforço é necessário para a continuidade da existência do capitalismo, mas isso não significa que os capitalistas são compelidos a recorrer a qualquer método particular de expansão. (...) *Uma* forma de esforços nessa direção é o imperialismo.¹⁴ [grifos nossos]

¹³Karl Kautsky, *Finance-Capital and Crises*, (1911), disponível em <http://www.marxists.org/archive/kautsky/1911/xx/finance.htm>

¹⁴Karl Kautsky, *Imperialism and the War*, (1914), disponível em <http://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/war.htm>

Em vez do imperialismo, para ele, havia outra saída possível para os entraves da acumulação capitalista: o livre-comércio por meio do qual a Grã-Bretanha havia governado o mundo por décadas. Contraditoriamente, reconhece que o imperialismo surgiu porque, em regime de livre comércio, foi possível a alguns – poucos – Estados agrários desenvolverem suas indústrias e competirem com a Inglaterra pelo mercado mundial, opondo-se, por meio de tarifas, às regulamentações de livre-mercado que favoreciam os britânicos. Superada a barreira do desenvolvimento industrial, passaram a pressionar a Grã-Bretanha pela (re)divisão do mundo de acordo com a nova correlação de forças, ao que a potência, por seu turno, se viu obrigada a se defender, originando o imperialismo. Deste modo, para ele, o imperialismo surgiu como a tentativa das potências de ampliarem as zonas agrícolas que mantinham subordinadas de modo a impedir que desenvolvessem suas indústrias, pois o desenvolvimento industrial poderia contrabalançar a relação de dependência. Assim, embora Kautsky identifique com clareza as condições dinâmicas de formação da divisão internacional do trabalho que se apresentava, nessa época, de maneira mais ou menos nítida – profundamente dividida entre países de produção manufatureira e países de produção agrária – parece que ele se perde na análise da dinâmica inerente à nova relação capitalista que se consolidava naquele momento: justamente o capital financeiro. Pois sob o capital financeiro – um capital que, como veremos a seguir, mais que qualquer outro, se define pela busca da riqueza em sua forma mais abstrata – podemos observar que uma relativa industrialização da periferia jamais oferece condições de superação da barreira da dependência. Conforme demonstraram inúmeros estudos posteriores, a “periferia” nunca se desenvolveu de forma homogênea. Pelo contrário, suas condições sócio-econômicas variaram muito, dependendo das diferentes articulações internas (às colônias) e dos interesses metropolitanos específicos. E essas variações se manifestaram, inclusive, no grau de desenvolvimento industrial. O fato é que os países de capitalismo mais desenvolvido enriqueceram – e continuam enriquecendo – muito com a exploração da industrialização da periferia sem que esta apresente condições de competição com os capitais do centro senão em setores marginais. Os setores capazes de determinar a distribuição internacional do trabalho continuam dominados pelas potências. Com efeito, o que constitui a condição periférica não é somente a falta de

dinamismo econômico ou tecnológico. Como percebeu o reformista João Manuel Cardoso de Mello, em “Prólogo a Celso Furtado”, publicado no livro *Poder e Dinheiro*, de 1998, o que define a periferia é a “natureza dinamicamente dependente do sistema produtivo; a fragilidade monetária e financeira externa; a subordinação político-militar”. “Estes são os traços determinantes da condição periférica e não, propriamente, a produção de alimentos e matérias-primas”.¹⁵

Para Kautsky, com efeito, existem duas dimensões do imperialismo que não podem ser confundidas. A primeira delas é o “esforço para conquistar regiões agrárias e reduzir suas populações à escravidão”. Esta fase é tão vital para o desenvolvimento capitalista que somente poderia ser superada com a superação do próprio capitalismo; pelo socialismo. Mas a outra dimensão, que é a disputa sanguinária entre as grandes potências pela divisão dos espólios do mundo, poderia, sim, ser substituída por outra sorte de relações ainda no seio do capitalismo. Qual Hobson, defendeu que somente alguns setores das classes capitalistas se beneficiam das guerras e, portanto, é possível a formação de uma aliança capitalista que modifique a correlação de forças e impeça a deflagração dos conflitos. Analogamente aos negócios privados, em que os capitalistas vinham se acostumando, há décadas, com a substituição da feroz competição por formas cooperativas como trustes e cartéis; pensava que seria possível que este comportamento fosse emulado pelas grandes potências, sob a forma de um “ultra-imperialismo”, pois

¹⁵ Página. 18. A conclusão deste texto, estranhamente esquecido, é de uma cristalinidade ímpar: “Estou convencido de que vivemos por assim dizer um momento inverso ao período do imediato pós-guerra, que Polanyi denominou a Grande Transformação. Àquela altura do século, o capitalismo parecia ter sido domesticado pela sociedade. Agora que ele rompeu a carapaça que o submetia e protegia as populações, podemos falar de uma vingança do capitalismo contra a sociedade”; “Tudo se passa como se as tendências fundamentais do capitalismo reemergissem com intensidade dobrada. O desenvolvimento monstruoso do capital financeiro revelou uma verdade incontestável. Ou, por outra, verdade bem conhecida de Marx e Keynes, de Braudel e Polanyi – nós é que andávamos meio entorpecidos pelas décadas de capitalismo domesticado, esquecidos de que o capitalismo é um regime de produção orientado para a busca de riqueza abstrata, da riqueza em geral expressa pelo dinheiro. Esta abstração destrutiva aparece com toda a sua força nua e crua no atual rentismo especulativo.” “O desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a intensificação da disparidade dos rendimentos, a heterogeneidade do mercado de trabalho e o agravamento da pobreza estão aí para quem quiser ver, e reconhecer enfim no capitalismo o que ele sempre foi, uma gigantesca máquina de produzir desigualdade.” (páginas 23 e 24) Sob nosso ponto de vista, a nossa geração tem a obrigação de superar o estado de entorpecimento das gerações que nos precederam, pois não é mais possível sustentar que a industrialização e o “desenvolvimento econômico” em quaisquer termos serão algum dia capazes de realizar as suas promessas de criar uma sociedade melhor, mais próspera e socialmente mais justa. Como bem sabia Florestan Fernandes, a superação da condição periférica passa, necessariamente, pela revolução contra o capitalismo.

De um ponto de vista puramente econômico [sic], por conseguinte, não é impossível que o capitalismo esteja entrando agora numa nova fase, marcada pela transferência dos métodos dos trustes para a política internacional, numa espécie de ultra-imperialismo. (...) de um ponto de vista puramente econômico [sic], não há nada que impeça o estabelecimento de uma Santa Aliança Imperialista.¹⁶

idéia que desenvolveu pormenorizadamente em *Ultra-imperialism*, também de 1914¹⁷, no qual repetiu grande parte dos argumentos de *Imperialism and the War* e reiterou que, para ele, a grande causa do imperialismo capitalista reside na desproporção entre desenvolvimento industrial e agrícola; e que a guerra é apenas uma das possíveis formas de solução para os problemas de acumulação capitalista.

Estas teses de Kautsky foram recebidas com violência noutros partidos comunistas europeus e despertou a ira de inúmeras lideranças que consideravam as suas novas posições políticas uma traição aos ideais do socialismo. Contudo, estes textos de Kautsky devem ser lidos como uma expressão de um amplo movimento revisionista. Neste momento, crescia entre os marxistas uma forte convicção de que o capitalismo não ruiria por suas próprias contradições independentemente qualquer outra coisa¹⁸. Nos termos de Kautsky, “o capitalismo pode ser destruído pela luta proletária, mas não necessariamente vai entrar em colapso por suas contradições econômicas”¹⁹. Isso porque as elites reformistas de todos os países centrais vinham encontrando inúmeras soluções para renovar suas forças e desorganizar o movimento proletário. Dentre essas formas, seguramente o imperialismo era a mais importante, uma vez que recriava laços de solidariedade nacionalista que encobriam a exploração de classe nas quais se sustentam as sociedades capitalistas.

Para além do suposto oportunismo de que foi acusado – se Kautsky era ou não oportunista é questão, *hoje*, irrelevante – entendemos que as teses de Kautsky devem ser consideradas com relação à sua plausibilidade. Com efeito, é impossível determinar de antemão o quão maduro está o capitalismo e o quão avançadas estão suas contradições. Portanto, insistir que o capitalismo está próximo de seu fim porque as potências estão em guerra, como o fez o Partido Comunista, pode se constituir num “erro estratégico”. Se analisarmos a história do século XX, levando em consideração, por exemplo, o Conselho de Segurança das Nações Unidas; e a União Européia; a tese de Kautsky de que as potências

¹⁶ Mesmo texto.

¹⁷ Karl Kautsky, *Ultra-Imperialism*, (1914), disponível em <http://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>

¹⁸ Conforme João Quartim de Moraes, *A teoria leninista do imperialismo e a miragem globalista*, em *Marxismo e Ciências Humanas*, Cemarx IFCH-Unicamp, 2003, pág. 366.

¹⁹ Kautsky, mesmo texto.

poderiam criar uma espécie de federação diante da qual poderiam renunciar às armas e dividir o mundo – ainda que de forma provisória – *parece* bastante convincente. Ainda mais porque, a partir de um determinado momento, a União Soviética se afastou de alguns dos pilares essenciais da construção de uma sociedade mais igualitária e se tornou uma espécie estranha de plutocracia burocrática; momento este em que a Guerra Fria deixou de ser uma oposição entre dois modos radicalmente distintos de vida para ser uma forma de velar a divisão do mundo em áreas de influência das duas grandes potências (EUA e URSS). Não podemos deixar de considerar que o período da trégua entre as grandes potências – meio século! – tem sido suficientemente duradouro para que os capitalistas logrem êxito em convencer as demais frações da sociedade de que o arranjo que favorece os setores belicistas pós onze de setembro é meramente conjuntural. Assim, não deve causar espanto, que a tese segundo a qual o capitalismo pode promover a paz entre as potências encontre hoje muitos pontos de apoio e se legitime socialmente. No entanto, como é bastante conhecido pelas diplomacias, os pactos valem enquanto as bases nas quais foram constituídos permanecerem estáveis. Quando há um descompasso muito acentuado entre os desenvolvimentos dos países que entraram em acordo, ou quando uma nova potência que não estava representada por ele ascende de maneira incontestável, o concerto entra novamente em xeque, exigindo “reformas” que só podem ser executadas com o recurso à violência.

VLADIMIR ILLITCH ULIANOV (LENIN): IMPERIALISMO E O PARASITISMO DOS CAPITALISTAS

Esse era justamente o ponto de vista que se opunha ao dos social-democratas no bojo do marxismo internacional. Para Lenin, principal líder do Partido Comunista, a guerra era condição necessária do capitalismo e qualquer saída conciliatória ou acordos com setores reformistas e pacifistas, impossível. Para ele, não era o momento de os socialistas “darem um passo atrás”, como propunha Kautsky.

Em 1916, publicou um texto em que discorre sobre a situação mundial clivada pelas guerras ainda em curso. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*²⁰ é muito mais que um texto teórico. Foi concebido e utilizado por Lenin como material de propaganda – no melhor sentido do termo. Um panfleto político extremamente contundente contra o reformismo em geral e o kautskista em particular²¹ que conclamava mais uma vez os proletários à revolução mundial armada. Isto porque, para os comunistas, somente uma oposição pelas armas superaria, ao mesmo tempo e de forma definitiva, o imperialismo e o capitalismo – umbilicalmente atados desde as últimas décadas do século XIX –

²⁰ Lenin, *Imperialismo: fase superior do capitalismo*.

²¹ Lenin assim o define no item IV do “prefácio às edições francesa e alemã”. Páginas. 12 e 13.

abrindo o caminho para a execução do projeto “verdadeiramente marxista”; pois “o imperialismo é o prelúdio do socialismo”.²²

É evidente que *Imperialismo* é uma obra extremamente influenciada pela conjuntura da Guerra de 1914, tida por Lenin como a comprovação empírica de suas teses: “uma guerra imperialista (isto é, uma guerra de conquista, de pilhagem, de pirataria), uma guerra pela partilha do mundo, pela distribuição e redistribuição das colônias, das ‘zonas de influência’ do capital financeiro etc”.²³

E a oposição de Lenin a Kautsky é radical. Reside no resgate por parte dos comunistas da própria definição de imperialismo como manifestação última das contradições do capital, agora conformado enquanto capital financeiro. Assim, é correto afirmar que Lenin segue a tradição de Hobson, mas somente em dois sentidos muito específicos. Primeiramente por buscar as raízes econômicas do imperialismo²⁴ e, depois, por entender que as finanças são uma espécie de patologia social parasitária. Mas vejamos como seu argumento é ao mesmo tempo oposto ao de Hobson.

Para Lenin, entre o ‘crack’ de 1873 – sobretudo após a depressão que o seguiu – e o fim do século XX, o que se viu foi o surgimento de um novo capitalismo²⁵, dominado de maneira irreversível por monopólios, cartéis e trustes que surgem das próprias leis da concorrência capitalista ante a gigantesca concentração da propriedade. Em suas palavras, “[...] se pode ver que a concentração, atingido um certo grau do seu desenvolvimento, conduz, por ela própria, *permita-se a expressão*, diretamente ao monopólio.”²⁶ [Grifos nossos]. Aqui podemos observar o desconforto de Lenin com sua própria formulação. Por um lado, Lenin não acreditava no automatismo das leis da economia, pois tinha convicção de que elas são executadas por meio de políticas e, portanto, é possível que se concebiam formas de resistência social – característica comum a todo líder político que se dispõem a lutar contra o sistema. Por outro lado, podemos especular sobre o seu desconforto com o termo “monopólio”. Com efeito, na prática, é quase impossível que um “monopólio” em sentido estrito se forme. Mas, de

²² Mesmo texto, página 14.

²³ Mesmo texto, páginas 9 e 10.

²⁴ “Vamos tentar expor, sumariamente, o mais simples possível, os laços e as relações existentes entre as características econômicas fundamentais do imperialismo. Não nos deteremos sobre os aspectos não-econômicos da questão, *embora tal o merecesse*.” Mesmo texto, página 15. [Grifos nossos].

²⁵ Mesmo texto, páginas 20 a 22; 38; 44 e 45.

²⁶ Mesmo texto, página 17

outra forma, é bastante plausível que se formem “oligopólios”. E da própria concepção de “oligopólios” podemos inferir as leis essenciais da competição capitalista: a “cooperação” no estabelecimento de preços e noutras variáveis da dominação do mercado jamais elimina a feroz concorrência. Do contrário, são somente estatutos precários e provisórios.

Mas, de qualquer forma, trata-se de *uma nova fase do modo de produção capitalista*. Já não é possível abrir mão do militarismo. “O capitalismo se transformou em imperialismo”²⁷.

Não obstante, a monopolização – concentração de um setor em poder de uma única empresa – e o belicismo não dizem tudo sobre o novo capitalismo. Há que se fazer entender os novos agentes do capitalismo, as novas empresas, as novas relações de produção, a nova classe dominante, enfim, o *novo capital*, o *capital financeiro*²⁸. E embora apreenda esse fenômeno em sua forma abstrata, Lenin – citando Jeidels – nos oferece também um precioso exemplo histórico de como se deu concretamente esse embate entre o velho e o novo na conformação desta manifestação do capital no interior dos bancos:

Quem, ao longo dos últimos anos, observou as mudanças de pessoas na direção e nos conselhos fiscais dos grandes bancos não pôde deixar de notar que, pouco a pouco, o poder ia passando para as mãos de homens que consideraram como tarefa indispensável, e cada vez mais premente, dos grandes bancos, a intervenção ativa no desenvolvimento geral da indústria e que, entre esses homens e os antigos diretores de bancos surgiram a tal respeito divergências de ordem profissional e, frequentemente, de ordem pessoal. No fundo, trata-se de saber se os bancos, enquanto estabelecimentos de crédito, não sofrem um prejuízo ao intervirem no processo da produção industrial, se não sacrificam os seus sólidos princípios e um lucro certo a uma atividade totalmente alheia ao seu papel de intermediários do crédito e que os conduz para um terreno onde ficam ainda mais expostos do que no passado à ação cega da conjuntura industrial. É o que afirmam numerosos antigos diretores de bancos, mas a maior parte dos jovens consideram a intervenção ativa nas questões industriais como uma necessidade semelhante à que, simultaneamente com o desenvolvimento da atual grande indústria moderna, suscitou o aparecimento dos grandes bancos e da empresa bancária industrial atual. As duas partes apenas estão de acordo num ponto, a saber, que não existem princípios rígidos nem um fim concreto, para a nova atividade dos grandes bancos.²⁹

²⁷ Mesmo texto, páginas 20 a 22.

²⁸ Esse ponto será detalhadamente exposto a seguir quando apresentarmos a tese de Hilferding.

²⁹ Mesmo texto, página 44.

Essa nova forma de capital que “subordina a si as operações comerciais e industriais da sociedade capitalista em bloco”³⁰ aumenta sobremaneira a capacidade de os proprietários do grande capital *conhecerem exatamente* as circunstâncias do mercado; *controlarem* todas as etapas da produção e circulação de mercadorias e *determinarem inteiramente* a sorte de todos os envolvidos neste processo³¹. Essa nova forma assumida pelo capital, que é também uma mudança profunda no modo de agir dos capitalistas, surge justamente pela síntese – portanto, criação de um elemento novo – entre o capital bancário e o capital industrial. Assim, a partir do final do século XIX, já não é mais possível separar “capital produtivo” de “capital de especulação” salvo “sob o ponto de vista reformista e pequeno-burgues”³² e, portanto, não é possível afirmar, qual Hobson, a existência de um parasitismo *do setor financeiro*. Mas é possível, sim, para Lenin, falar de um *sistema parasita capitalista*, pois

O capital financeiro, concentrado em algumas mãos e exercendo um monopólio de fato, obtém, da constituição de firmas, das emissões de títulos, dos empréstimos ao Estado, etc., enormes lucros, cada vez maiores, consolidando o domínio das oligarquias financeiras e onerando toda a sociedade com um tributo em benefício dos monopolistas.³³

³⁰ Mesma texto, página 35. [Grifos do autor].

³¹ Conforme passagem nesta mesma página.

³² “Quanto aos capitais dos bancos, o autor (E. Agahd) divide-os em capitais para investimento ‘produtivo’ (na indústria e no comércio) e capitais de ‘especulação’ (consagrados a operações bolsistas e financeiras), supondo, de acordo com o ponto de vista reformista pequeno-burguês que lhe é próprio, que é possível, em regime capitalista, distinguir estes dois tipos de investimento e eliminar o último.” Mesmo texto, página 50.

³³ Mesmo texto, página 52. “(...) o confronto entre, por exemplo, a burguesia republicana dos Estados Unidos e a burguesia monárquica do Japão [Rússia] ou da Alemanha mostra que em período imperialista as maiores diferenças políticas se atenuam consideravelmente, não porque, em geral, sejam de todo insignificantes, mas porque, em todos os casos, se trata de uma burguesia que manifesta claramente características parasitárias.” página 124. Não entendemos, entretanto, porque Lenin afirma na página 58 que, no capitalismo, há uma grande diferença entre o capital-produtivo e o capital-dinheiro. Inclusive acabamos de citar uma passagem em que o próprio autor parece se contradizer. Mas estamos certos de que esta tese do parasitismo, tanto em Hobson (parasitismo das finanças) quanto em Lenin (parasitismo dos capitalistas), se deve a – conforme já enunciamos anteriormente – uma crença bastante forte de que existia *alguma* dimensão progressista no capitalismo na medida em que sua potência formada pelo binômio indústria e comércio era capaz de subverter as arcaicas relações sociais, ao que os comunistas por muito tempo apostaram que essa nova organização do mundo estava a preparar o terreno para o socialismo. Tanto quanto ao próprio pensamento biologista impregnado no pensamentos dos homens dessa época, que comumente desenvolviam teses sanitaristas e analogias da sociedade com organismos vivos, criando teorias as mais estafafúrdias a partir das inferências morais que não raramente se apoiavam nessas imprecisas analogias. Entretanto, não podemos deixar de ter em mente que o “novo capitalismo” apercebido por Lenin no final o século XIX ainda em sua gestação, somente se tornou cristalino com o passar do século XX e atingiu seu paroxismo somente após a superação definitiva do “lastro da moeda”, na década de 1970. Tendo isso em consideração, podemos afirmar que estes processos não estavam nem poderiam estar completamente claros para Lenin quando escreveu *Imperialismo*, o que de algum modo explica essas “contradições” em seu texto. Entretanto, o que nos parece inexplicável é que ainda hoje muitas pessoas – em particular muitos economistas – ainda comunguem dessa crença no *parasitismo das finanças* e apostem que é possível domesticar novamente o capitalismo combatendo sua tendência à financeirização por meio de políticas

Devemos observar que com a fusão de todo o capital sob a forma de capital financeiro e, portanto, ante a impossibilidade de separar as finanças da produção “real” de mercadorias, todo o capital é “parasitário”, na medida em que vai de encontro com os interesses da maioria da população, que não deve atingir um nível maior que o que garante a sua sobrevivência e, com ela, a sobrevivência do próprio parasita. Como afirma Lenin, “O rendimento do rentista é cinco vezes mais elevado do que aquele que provém do comércio externo e isso no país mais ‘comerciante’ do mundo (Inglaterra)! Tal é a essência do imperialismo e do parasitismo imperialista”³⁴. Ao que acrescenta, em outra passagem:

Uma oligarquia financeira que sem exceção, envolve, numa apertada rede de relações de dependência, todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa dos nossos dias [...] Monopólios, oligarquias, tendências para o domínio em vez de tendência para a liberdade, exploração de um número sempre crescente de nações pequenas e fracas por um punhado de nações extremamente ricas ou poderosas: tudo isso originou os traços específicos do imperialismo que permitem caracterizá-lo como um capitalismo parasitário ou decomposto. É cada vez com maior relevo que se manifesta uma das tendências do imperialismo: a criação de um ‘Estado-rentista’, de um Estado usurário, cuja burguesia vive, cada vez mais, da exportação dos seus capitais e do ‘corte de cupões de títulos’. Mas seria um erro pensar que esta tendência para a decomposição impede o crescimento do capitalismo; não. [...] O capitalismo, no seu conjunto, desenvolve-se muito mais rapidamente do que dantes, mas tal desenvolvimento surge geralmente de forma desigual, manifestando-se essa desigualdade de desenvolvimento principalmente através da decadência dos países ricos em capital (Inglaterra).³⁵

O capital financeiro é o capital que subverte qualquer limite, ignora qualquer tipo de concorrência, que atinge todos os setores da economia, e, com efeito, da vida das pessoas; como bem ilustra o seguinte exemplo, que Lenin cita do *Die Bank*:

Em Berlim, no começo de 1914, falava-se da eminente constituição de um ‘truste do transportes’, isto é, de uma ‘comunidade de interesses’ de três empresas berlinesas de transportes: ferrovia elétrica urbana, sociedade dos carros elétricos, e sociedade dos ônibus. ‘Que semelhante intenção existisse, nós sabíamos isso desde que se soube que a maioria das ações da Sociedade dos Ônibus fora adquirida por outras duas sociedades de transportes. [...] Não poderá pôr-se em dúvida a boa-fé dos animadores destes projetos que esperavam realizar economias, uma parte das quais poderia, em última análise, beneficiar o público, através de uma regulamentação unificada dos transportes. Mas a questão complica-se pelo fato de se encontrarem, por detrás do truste em

estatais que incentivem a indústria. A nós nos parece muito claro que, dada a impossibilidade de concebermos separadamente a existência de finanças e indústrias – reiteramos, a não ser sob uma perspectiva reformista e pequeno-burguesa – todo e qualquer projeto político que parta desse pressuposto está fadado ao fracasso enquanto projeto de uma sociedade menos pior.

³⁴ Mesmo texto, página 100.

³⁵ Mesmo texto, página 123.

formação, bancos que, caso queiram, podem subordinar os meios de comunicação, que usufruirão, em monopólio, aos interesses de seu comércio de terrenos, para nos convenceremos de como tal suposição natural é, basta recordar que, desde a fundação da Sociedade da Ferrovia Elétrica Urbana, os interesses do grande banco que a patrocinara achavam-se entrelaçados com os dela. A saber: os interesses desta empresa de transportes enrelaçavam-se com os interesses do tráfico de terrenos. Com efeito, o traçado desta ferrovia devia passar pelos terrenos que o banco, uma vez assegurada a construção da linha, revendeu com um lucro enorme para ele próprio e para certos participantes...³⁶

Como vemos, desde a constituição deste “novo capitalismo”, o grande segredo de valorização do capitalista financeiro é que, a partir de sua grandeza e de seu poder de diversificação de investimentos, *pode lucrar cada vez mais em cada uma das complexas redes de produção e/ou circulação de mercadorias*, sejam elas do setor de transportes, de comunicações, terras, publicidade, mineração, tráfico internacional de armas, moedas, jogadores de futebol ou qualquer outra. “O monopólio, logo tenha se constituído e reúna milhões, penetra forçosamente em *todos* os domínios da vida social, independentemente do regime político e de todas as outras ‘contingências’”³⁷.

Contudo, essa penetração não se dá de forma automática. O capitalismo não se faz a si mesmo. Dito de outro modo, os capitalistas – nunca é demais lembrar, os donos do capital – por si mesmos não “quiseram” o capitalismo. O capital por muito tempo sentiu – e talvez hoje tenha voltado a senti-la num grau muito acentuado – um tipo de *aversão à produção*. Foram “forças estruturais” que os impeliram a abraçar a produção. Ainda não podemos a esta altura de nossa exposição precisar quais seriam essas “forças estruturais” – o faremos a seguir – mas não podemos deixar de perceber desde agora que, para atingir regiões ainda não organizadas de maneira capitalista, muitas vezes faz-se necessária uma atuação violenta do Estado sob a forma militarista que, como já enunciamos e logo discutiremos, está inscrito na própria constituição do capital financeiro. Inclusive, o uso sistemático da violência na formação e no desenvolvimento do modo-de-produção capitalista ao redor do mundo acompanha toda a sua história

³⁶ Mesmo texto, página 56.

³⁷ Mesmo texto, página 56. **A penetração forçosa em todos os domínios da vida social é, provavelmente, o ponto mais importante da constituição mundial do capitalismo, e a grande mudança da exploração colonial capitalista em relação ao capital comercial autônomo que a precedeu.** Esperamos esclarecer esse argumento ao longo deste texto.

desde o seu nascedouro, como demonstra Marx no emblemático capítulo XXIV d'O Capital.³⁸

Mas afirmávamos no início deste texto que para que as classes dominantes consigam mobilizar o aparelho repressor estatal em benefício da acumulação – aumentando a repressão sobre seus súditos e, principalmente, sobre os “estrangeiros” – faz-se necessário recorrer constantemente à reprodução da ideologia do “bem comum”, como se a prosperidade dos homens e das mulheres que vivem nos assim chamados países de primeiro mundo fosse a motivação principal da execução do projeto imperialista qualquer seja o nome que ele assuma. O que não passa de ideologia, pois

enquanto o capitalismo continuar capitalismo, o excedente de capitais será afetado, não para elevar o nível de vida das massas de um dado país, pois daí resultaria uma diminuição de lucros para os capitalistas, mas para aumentar estes lucros, mediante exportação de capitais para o estrangeiro, para os países subdesenvolvidos. [...] existirão, para lá da imaginação dos suaves reformistas, trustes capazes de se preocuparem com a situação das massas em vez de pensarem na conquista de colônias?³⁹

Mas por que o capital procura se valorizar nas colônias? Segundo Lenin, porque “Aí normalmente os lucros são elevados porquanto escasseiam os capitais, são relativamente baixos os preços da terra e, de igual modo, os salários, e as mercadorias têm também um preço baixo”⁴⁰. Deste modo, para Lenin, o capital necessariamente procura a periferia, porque lá o lucro é maior; e a busca por lucro maior é uma necessidade da própria dinâmica capitalista.

E tanto é maior a necessidade de exportar capitais para a periferia quanto maior for o grau interno de organização dos trabalhadores nos países centrais, porque as classes dominantes do centro encontram dificuldades em aumentar a exploração sobre suas classes sem afetar a estabilidade de seu sistema de dominação configurado num “pacto” estatal, porque nem sempre é fácil convencer os trabalhadores de que eles têm

³⁸ E podemos encontrar exemplos mesmo nos dias de hoje, como não nos deixam mentir as intervenções militares no Afeganistão e no Iraque. Sobre o imperialismo americano, sugerimos as leituras de David Harvey (O Novo Imperialismo) e Michael Mann (O Império da Incoerência). Sobre a perenidade da acumulação primitiva, além do próprio Harvey, sugerimos a leitura de Michael Perelman (The Invention of Capitalism: classical political economy and the secret history of primitive accumulation).

³⁹ Mesmo texto, páginas. 61 e 82.

⁴⁰ Mesmo texto, página 61.

que se sacrificar em nome do “bem comum”, ao que se torna imperioso inventar sempre algum “inimigo externo”.⁴¹

Por outro lado, como Lenin percebeu, o processo imperialista, para além de criar um falso sentimento de fraternidade nacionalista permite que os capitalistas consigam aplacar a fúria das classes subordinadas comprando-as com algumas migalhas da riqueza que obtêm pilhando o mundo.

Os elevados lucros que os capitalistas de um entre muitos outros ramos da indústria de um, entre muitos outros países, etc..., obtêm do monopólio, dão-lhes a possibilidade econômica de corromperem certas camadas de operários e até, momentaneamente, uma minoria operária bastante importante, atraindo-a para a causa da burguesia que pertence ao respectivo ramo industrial ou à nação considerada, jogando-as umas contra as outras. E o antagonismo cada vez maior que as nações imperialistas revelam perante as ocupações de partilha do mundo reforça essa tendência. Assim nasce a ligação entre o imperialismo e o oportunismo, ligação que se manifestou mais cedo e com maior relevo na Inglaterra do que em qualquer outra parte, pelo fato de as características imperialistas próprias do desenvolvimento terem aí surgido muito mais cedo do que nos restantes países.⁴²

Como observa Engels em carta a Marx 7 de outubro de 1858:

Na realidade o proletariado inglês emburguesa-se cada vez mais e parece que esta nação, burguesa entre as demais, quer possuir, ao lado da sua burguesia, uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês. Evidentemente que, da parte de uma nação que explora o universo inteiro, isso é até certo ponto lógico.⁴³

E é também por isso que a revolução dificilmente eclodirá no centro do capitalismo. Nos termos de Lenin,

Eis pois claramente indicadas as causas e consequências [da afinidade entre oportunismo e imperialismo na Inglaterra] As causas: 1) a exploração do mundo pela Inglaterra; 2) o seu monopólio sobre o mercado mundial; 3) o seu monopólio colonial. As consequências: 1) aburguesamento de uma parte do proletariado inglês; 2) uma parte deste proletariado deixa dirigir-se por homens que a burguesia comprou ou que, pelo menos, sustenta [...] O que caracteriza a situação atual é a existência de condições econômicas e políticas que não podiam deixar de tornar o oportunismo ainda mais incompatível com os interesses gerais e vitais do movimento operário [...] Atualmente o oportunismo já não pode triunfar completamente, por dezenas e dezenas de anos, no seio do movimento operário de qualquer país, como o fez na Inglaterra na segunda metade do século XIX. Porém, ele atingiu em toda uma série de países, a sua

⁴¹ Além do que – como veremos na seção destinada à Rosa Luxemburg – as classes dominantes enfrentam dificuldades de acumulação impossíveis de serem superadas sem recorrer à ampliação de sua base, pois o aumento da exploração das classes trabalhadoras acaba por inviabilizar a realização dos produtos por elas produzido.

⁴² Idem, ibidem, pág. 125.

⁴³ Carta de Engels para Marx, 7 de outubro de 1858. Citado por Lenin nas páginas 105 e 106.

plena maturidade, ultrapassou-a e decompôs-se, fundindo-se completamente sob a forma de social-chauvinismo, com a política burguesa.⁴⁴

A periferia é, portanto, uma “sólida base para a opressão e a exploração imperialistas da maior parte dos países e dos povos do mundo, para o *parasitismo capitalista* de um punhado de Estados opulentos!”⁴⁵ [grifos nossos]. Mas freqüentemente, em sua expansão “natural”, os países se deparam com as fronteiras de outra unidade política. É evidente que em alguma medida pode haver, qual Kautsky sugeria, um concerto nos moldes de um cartel entre as potências. Contudo, dada a natureza parasitária e competitiva das unidades envolvidas, e dado o caráter essencialmente anárquico do capitalismo, em que existem descompassos constantes entre setores e países diversos, inevitavelmente depois de algum tempo de “harmonia de interesses” alguma das partes reclamará para si uma parcela maior da fatia que a que lhe coube na partilha dos recursos e o conflito tomará novamente a forma de guerras entre as potências. Diante do que Lenin conclui sua crítica ao “reformismo pacifista” de Kautsky de maneira lapidar,

Ora, as forças mudam com o desenvolvimento econômico e político; para a compreensão dos acontecimentos é necessário saber que problemas são equacionados pela alteração da relação de forças; quanto a saber se estas alterações são ‘puramente’ econômicas ou extra-econômicas (militares, por exemplo) eis aí uma questão secundária, que em nada pode modificar o ponto de vista fundamental acerca da moderna época do capitalismo. Substituir a questão do conteúdo das lutas e transações entre grupos capitalistas pela questão da forma destas lutas, destas transações (hoje pacíficas, amanhã não pacífica, depois de amanhã de novo não pacífica) é rebaixar-se à tarefa de sofista.⁴⁶

Entretanto, nunca é demais lembrar quando estamos no aparentemente distante campo das relações internacionais que o capitalismo é um modo de produção com duas dimensões *apenas idealmente* discerníveis. A primeira delas é que, na prática, o capitalismo é – antes de qualquer outra coisa – um sistema de dominação de classes e, portanto,

Os cartéis internacionais mostram até que ponto se desenvolveram, atualmente, os monopólios capitalistas e qual o objetivo essencial da luta entre os grupos capitalistas. Este último ponto é essencial. Só ele nos revela o sentido histórico e econômico dos acontecimentos, pois, enquanto as formas de luta podem mudar e mudam constantemente por diversas razões, relativamente temporárias e

⁴⁴ Mesmo texto, página 107.

⁴⁵ Mesmo texto, página 62.

⁴⁶ Mesmo texto, página 74.

particulares, a essência da luta, o seu conteúdo de classe não poderá verdadeiramente mudar enquanto existirem classes.⁴⁷

O que significa que existe sempre uma distância entre a aparência, as formas “relativamente temporárias e particulares” e a “essência da luta”. Aparentemente, quando analisamos os discursos dos homens dessa época – o que faremos no próximo capítulo – percebemos que para muitos deles as políticas imperialistas eram colocadas como “fardo do homem branco”, “patologia social” e “herança atávica do belicismo das gerações passadas”. Contudo, como demonstram inequivocamente dois grandes protagonistas dessa história, ambos citados por Lenin, os capitalistas estavam longe de acreditar nesses contos da carochinha. Eles tinham plena convicção da necessidade do imperialismo:

Cecil Rhodes, “milionário, rei da finança, o principal responsável pela guerra anglo-boer”:

Ontem, estive em East-End (bairro operário de Londres) e assisti a uma reunião de desempregados. Ouvi discursos inflamados. Tudo se resumia num grito: ‘Pão! Pão!’. Ao reentrar em casa e revivendo toda a cena senti-me, mais do que dantes, convencido da importância do imperialismo... A idéia que mais me acode ao espírito é a solução do problema social, a saber, ‘nós, os colonizadores, devemos, para salvar os quarenta milhões de habitantes do Reino Unido de uma mortífera guerra civil, conquistar novas terras a fim de aí instalarmos o excedente de nossa população, de aí encontrarmos novos mercados para os produtos das nossas fábricas, das nossas minas. ***Se quereis evitar a guerra civil, é necessário que vos torneis imperialistas***⁴⁸ [grifos nossos]

Wahl, “autor burgês francês”:

As crescentes dificuldades da vida que pesam não só sobre as multidões operárias como também sobre as classes médias, fazem acumular, em todos os países da velha civilização, impaciências, rancores, ódios, ameaçadores para a paz pública; ***energias que importa canalizar, desviando-as do seu meio social, empregando-as em qualquer grande obra no exterior se quisermos impedir que impludam no interior.***⁴⁹ [grifos nossos]

⁴⁷ Mesmo texto, página 73. Notemos como Lenin tem clareza de que há aspectos perenes (essenciais) e outros que “podem mudar e mudam constantemente por diversas razões” no processo capitalista. Esse ponto é importante na nossa escolha temático-metodológica. Enquanto muitos autores contemporâneos buscam entender o capitalismo financeiro pela apreensão das últimas inovações dos financistas, desprezando as definições abstratas justamente por serem abstratas. Julgamos mais segura a análise histórica, a análise do momento em que o capital financeiro se constituiu enquanto tal. Partilhamos com Lenin a certeza de que é essencial para a luta que saibamos com precisão quais são os elementos que permanecem a despeito de mudanças circunstanciais. Entre o capitalismo industrial e o capitalismo financeiro há um denominador comum muito claro (capitalismo) embora não sejam sempre tão claros quais são os fatores nos quais o podemos decompor.

⁴⁸ Lenin, página 78.

⁴⁹ Mesma página

Pois no regime capitalista, vive-se num estado constante de guerra de todos contra todos e nenhuma ordem pacífica pode perdurar na medida em que

As alianças pacíficas preparam as guerras e nascem, por seu turno, das guerras; condicionam-se entre si, originando alternativas de luta pacífica e de luta não-pacífica, a partir de uma única e mesma base – a dos vínculos e das relações imperialistas da economia e da política mundiais.⁵⁰ [...] Se os capitalistas partilham o mundo, tal se sucede não em virtude de sua particular maldade, mas porque o grau de concentração já atingido os obriga a comprometerem-se nesta via a fim de obterem lucros; e partilham-no ‘proporcionalmente aos capitais’, ‘segundo as forças de cada um’, porque, em regime de produção mercantil e de capitalismo, não poderia existir qualquer outro modo de partilha.⁵¹

Por fim, para encerrarmos esta seção dedicada à Lenin, fiquemos com a sua decisiva observação – que nos parece a cada dia mais atual – de que o imperialismo é também um “capitalismo agonizante”, é o “prelúdio para o socialismo” porque

Quando uma grande empresa se torna uma empresa gigante e quando tendo exatamente em consideração uma multidão de informações, organiza metodicamente a canalização de dois ou três quartos das matérias-primas básicas necessárias a dezenas de milhões de homens; quando ela organiza sistematicamente o transporte dessas matérias-primas até o local de produção mais apropriado que, por vezes, se encontram a centenas e milhares de léguas; quando um único centro detém a direção principal de todas as fases sucessivas do tratamento de matérias-primas, e até inclusive da fabricação de uma vasta gama de produtos acabados; quando se distribuem estes produtos segundo um plano único entre dezenas de milhões de consumidores (venda do petróleo na América e na Alemanha pela ‘Standard Oil’ americana), [T.F.F.: quando muitas empresas se tornam grandes demais para quebrar] então, torna-se evidente que estamos em presença de uma socialização da produção e não, de modo algum, em face de um simples ‘entrelaçamento’ e que as relações reveladoras de economia privada e propriedade privada constituem um invólucro cuja medida diverge do seu conteúdo, o qual necessariamente começará a apodrecer se procurar retardar-se artificialmente a eliminação daquilo que, muito embora possa continuar a apodrecer durante um lapso de tempo relativamente longo, (se no pior dos casos o tumor oportunista tardar a rebentar), nem por isso deixará de ser inevitavelmente eliminado⁵²

E se o capital financeiro mudou e muda constantemente sua aparência, nem por isso deixa de carregar em si mesmo as características observadas por Lenin. Se o capital se agigantou de maneira inimaginável sob formas de *joint ventures*, fusões, aquisições e outras operações jurídico-econômicas do mesmo tipo; se empresas e bancos se fundiram ainda mais – como comprova inequivocamente o portfólio de qualquer grande corporação no século XXI – isso somente reforça os argumentos de *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. E se a trégua entre as grandes potências

⁵⁰ Mesma obra, página 118.

⁵¹ Mesma obra, página 74.

⁵² Mesma obra, página 126.

que ainda perdura dá sinais de estremecimento, é mais um motivo para observarmos atentamente as contradições econômicas mais simples – comida, espaço, energia etc – e as mais complexas – moedas, legislações etc – procurando espanar toda a poeira que se acumula na superfície dos fatos, munidos da certeza de que: **em regimes capitalistas, qualquer forma de cooperação é meramente um arranjo precário impossível de eliminar a guerra do cálculo econômico das potências.** Mas também é importante possuir a certeza – que marcou decisivamente a obra e, principalmente, a biografia de Lenin – de que o capitalismo não se destruirá sem a confrontação maciça das classes oprimidas.

RUDOLF HILFERDING: IMPERIALISMO DO CAPITAL FINANCEIRO, O CONQUISTADOR DO MUNDO

Como já dissemos, *O Capital Financeiro* chegou a ser comparado em grandeza com o próprio *O Capital* e influenciou de maneira decisiva o marxismo nas primeiras décadas do século XX. Mesmo em *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, no qual encontramos um ataque incisivo às posturas políticas de Hilferding na década de 1910 – Lenin o chama de “antigo marxista” pela sua estreita ligação com a social-democracia de Kautsky⁵³ – podemos observar uma clara dívida para com *O Capital Financeiro*. Diz Lenin que

Em 1910, apareceu, em Viena, uma obra do marxista austríaco Rudolf Hilferding: *O Capital Financeiro*. Apesar do erro do autor quanto à teoria do dinheiro e uma certa tendência para conciliar o marxismo com o oportunismo, esta obra constitui uma análise teórica, eminentemente preciosa, da ‘mais recente fase do desenvolvimento do capitalismo’, tal como especifica o subtítulo do livro de Hilferding. O que nestes últimos anos se disse do imperialismo – nomeadamente em inúmeros artigos dos jornais e revistas assim como nas resoluções, por exemplo, dos congressos de Chemnitz e de Basileia, no outono de 1912 – foi, fundamentalmente, quase tudo extraído do círculo das idéias expostas, ou mais exatamente, resumidas, pelos dois citados autores [Hobson e Hilferding]⁵⁴.

Sua importância foi amplamente reconhecida nas primeiras décadas do século XX, quando se tornou referência obrigatória. O que, entretanto, não impediu que suas

⁵³ “Hilferding, antigo ‘marxista’, atualmente companheiro de armas de Kautsky e um dos principais representantes da política burguesa reformista do ‘Partido social-democrata independente da Alemanha, deu, nesta questão (parasitismo), um passo atrás em confronto com o inglês John Hobson, pacifista e reformista confesso.” Lénin, pág 13 (Prefácio às edições francesa e alemã de 6 de julho de 1920)

⁵⁴ Lenin, página 15

idéias fossem eclipsadas ante a grandeza de Lenin e de sua obra, que assumiu o posto de principal texto marxista sobre o período. Um tanto, inclusive, porque o intuito das duas obras era muito distinto. Enquanto Lenin escreveu sua brochura com objetivos abertamente panfletários; Hilferding expôs suas idéias de maneira muito mais detalhada, o que, inevitavelmente, dificulta sua assimilação entre leitores não familiarizados com o tema, ou mesmo entre os que já o estão. O texto de Lenin é muito mais impressionante, mas a dedicação de Hilferding ao aprofundamento do tema está longe do preciosismo estéril que costumamos encontrar hoje nos estudos sobre o capital financeiro.

Para que tenhamos alguma idéia da influência de *O Capital Financeiro* sobre *Imperialismo*, analisemos os seguintes números. Pudemos perceber após uma análise cuidadosa de *Imperialismo*, que Hilferding aparece em nada menos que cinco dos dez capítulos da brochura. São nove as citações diretas, sendo que por quatro vezes lhe toma emprestados argumentos⁵⁵; uma vez lhe toma um exemplo⁵⁶; uma vez o contesta⁵⁷; e três vezes se vale do seu argumento para atacar Kautsky⁵⁸. Entretanto, a despeito dessa influência, entendemos que na apropriação de Lenin, muito da força dos argumentos de Hilferding se perdeu. Existem idéias ali que realmente precisavam do rigor expositivo que cabiam na obra de Hilferding, mas não na de Lenin.

Em nossa opinião, com relação à compreensão do que de fato se constitui o capital financeiro, Hilferding é o maior porque soube como ninguém em sua época conciliar – como ensinaram Marx e Engels – dois pilares essenciais para a compreensão da realidade: a) a abstração contida na formulação rigorosa do conceito e b) a história em todo o seu dinamismo, apresentando-os (conceito e história) em relação recíproca – dialética? – e constante. Noutros termos, pensamos que Hilferding foi capaz de estabelecer uma definição precisa do capital financeiro ao mesmo tempo em que soube demonstrar historicamente como ele se formou, reconstituir como se comportaram cada uma das classes sociais neste processo e explicar porque ele

⁵⁵ Capítulos I (pág. 18); III (págs. 46 e 54); e VI (pág. 83). Na da página 46, Lenin toma de Hilferding a definição de capital financeiro, acusando-lhe uma suposta incompletude que, Lenin o faz justiça, foi suprida na obra como um todo e particularmente nos dois capítulos que precedem esta definição.

⁵⁶ Capítulo III (pág. 52)

⁵⁷ Capítulo III (pág. 98) a mesma crítica exposta na nota 58.

⁵⁸ Capítulo IX (págs. 111;112; e 120)

conseguiu estabelecer sua hegemonia na transição do século XIX para o XX – inaugurando o período que Lenin denominou de “novo capitalismo”. Buscaremos reproduzir aqui algumas das suas idéias principais.

A primeira questão que deve estar muito clara e que jamais pode ser deixada em segundo plano é que não podemos nos deixar confundir com o uso da palavra “financeiro”. Hilferding tem para si muito claras as diferenças entre *finance* e capital financeiro, semelhantes somente no plano mais superficial. Como explica com muita paciência no primeiro capítulo de *O Capital Financeiro*, as relações sociais mais elementares – porque influenciam as outras de maneira decisiva – ou seja, as de propriedade dos meios de produção da vida; se modificam historicamente, e são fundamentais para que compreendamos as demais. As trocas e o dinheiro existem desde há muito, sem que essa existência configure o que chamamos hoje de capitalismo. Seus significados sociais variaram muito ao longo da história, mas somente assumiram o protagonismo social muito recentemente, seguramente após a Revolução Industrial, com a monetarização massiva das relações de produção sob a forma de assalariamento. E isto somente porque *em sociedades capitalistas*, tudo é transformado em mercadoria, de modo que se fez necessário um equivalente geral para todas as trocas – provavelmente a função originária do dinheiro. Assim, embora as trocas e o dinheiro sejam relações muito antigas, muito anteriores ao capitalismo, quando este se consolida – na transição do século XIX para o XX – se consolida revolucionando toda a sociedade e conferindo às relações sociais antigas significações ao menos parcialmente novas.⁵⁹

É o mesmo processo que se dá com o capital, agora financeiro. Capital é uma relação social que existe há muito tempo, como há muito existiam – em sentidos amplos – bancos e indústrias. A relação entre bancos e indústrias sempre foi intensa, na medida em que os bancos só existem porque há gente que tem capital e não quer utilizá-lo no momento para algo “produtivo” nem entesourá-lo e, portanto, acha vantajoso emprestar em troca de juros. Assim, há gente com capital disponível; gente precisando dele para investir; e um agente mediador que funciona como mecanismos de transferência de riquezas.

⁵⁹ Rudolf Hilferding, *O Capital Financeiro*, capítulo I

Quando Hilferding afirma que o capital financeiro é “o capital bancário, isto é, capital em forma de dinheiro, que deste modo se transforma realmente em capital industrial”⁶⁰ não ressalta somente que acabaram as intermediações entre diversas “frações” do capital. O que pretende destacar é que *não se trata meramente da subordinação do capital industrial pelo capital bancário. A fusão* de diversos agentes capitalistas separados pela racionalidade própria de suas funções em um novo elemento que carrega em si mesmo as três lógicas antigas e uma nova – que surge desta fusão. *Trata-se de uma mudança radical nas relações de propriedade* que produz socialmente *novos padrões de racionalidade e novas formas de conduta*.

Com a separação da função da propriedade em relação à direção da produção, proporcionada pelo sistema de ações, nasce a possibilidade (...) da solidarização dos interesses da propriedade. A ‘riqueza’ não se diferencia mais por suas fontes de ingresso, pela origem do lucro ou da renda, mas deriva agora da participação em todas as partes em que se divide a mais-valia produzida pela classe trabalhadora.⁶¹

A partir da constituição do capital financeiro nos termos definidos por Hilferding, portanto, não é mais possível distinguir capital “produtivo” de capital “especulativo”. Do ponto de vista do capitalista, eles são exatamente iguais. No limite, não existe mais uma classe propriamente industrial e outra propriamente bancária; existe uma nova classe, a classe que é proprietária do capital financeiro. Em seus termos,

A dependência da indústria com relação aos bancos é, pois, consequência das relações de propriedade. Uma parte cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o empregam. Não podem dispor deste capital senão através dos bancos que, frente a eles, representam o proprietário. Por outro lado, o banco tem que fixar na indústria uma parte cada vez maior de seus capitais. Assim, se converte em um capitalista industrial em proporções cada vez maiores. Chamo de capital financeiro o capital bancário, isto é, capital em forma de dinheiro, que deste modo se transforma realmente em capital industrial. Frente aos proprietários, mantém sempre a forma de dinheiro, é invertido por eles na forma de capital monetário, de capital produtor de juros, e podem retirá-lo sempre na forma dinheiro. Mas, na realidade, a maior parte do capital invertido assim nos bancos se transformara em capital industrial, produtivo (meios de produção) e se imobilizara no processo de produção. Uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e utilizado pelos industriais.⁶²

Assim, chegamos à conclusão que na “mais recente fase do desenvolvimento do capitalismo”, a relação de propriedade já não é mais a mesma daquela que vigorava

⁶⁰ Mesmo autor, mesma obra, página 253.

⁶¹ Mesma obra, página 387.

⁶² Mesma obra, páginas 253 e 254.

quando ainda existia uma separação nítida entre bancos, indústria e terra. Mas, ao mesmo tempo, conforme entendemos o capital financeiro enquanto fusão entre três elementos que agora forma uma nova criatura, devemos lembrar que esta é, segundo os ensinamentos de Marx e Engels, exatamente o que o capital sempre foi: uma mercadoria [uma relação social] cuja função não é outra senão a de gerar outras mercadorias [que também são uma relação social] com um ganho de riqueza para o capitalista; uma relação social responsável por um modo específico de dominação de uma classe sobre as outras uma dominação que se legitima socialmente por meio de um discurso “econômico”.

Mas a relação de propriedade não é uma relação qualquer. É uma relação determinante da sociedade. Uma relação “estrutural”, que influencia sobremaneira diversas outras relações. Sendo assim, há muitas outras coisas que devemos compreender nessa “mais recente fase do desenvolvimento do capitalismo”. Para compreender o que há de novo para além dessa “essência” capitalista, temos então que buscar entender como surge esta nova relação à qual chamamos de “capital financeiro”.

Ao contrário do que afirma o senso comum, o capitalista é um sistema em que os capitalistas procuram o tempo todo contrariar as leis da concorrência e obter situações de monopólio, a partir das quais é possível determinar o nível de preços; reduzir custos e tornar a atividade, portanto, mais lucrativa e mais segura. Neste sentido, um dos principais mecanismos de formação de monopólio nos setores da produção e circulação de mercadorias “reais” é a concentração industrial-comercial que visa atingir o que se convencionou chamar de “economias de escala”. Sendo o capitalismo um sistema em que os capitalistas não vivem nem podem viver apenas com seu próprio capital – são compelidos a se financiar pelas mãos de outros capitalistas e pelas dos Estados – a concentração industrial-comercial, em si mesma dispendiosa, supõe uma concentração de capitais para se financiar, ao mesmo tempo em que produz ainda mais concentração de capitais, ou seja, são dois processos que se retroalimentam. Como afirma Hilferding,

A expansão da indústria capitalista desenvolve a concentração bancária. O sistema bancário concentrado é também um motor importante para a consecução do grau superior da concentração capitalista em cartéis e trustes. Como estes repercutem sobre o sistema bancário? O cartel e o truste são empresas de grande potência de capital. Nas relações mútuas de dependência das empresas

capitalistas, é, sobretudo, a potência de capital que decide que empresa ficará dependente da outra. Uma cartelização muito avançada motiva, desde o princípio, que os bancos se associem e aumentem para não se tornarem dependentes dos cartéis e dos trustes. Assim, a mesma cartelização dos bancos promove a cartelização.⁶³

Certamente não seria assim não fosse um fator decisivo: a internacionalização da Revolução Industrial e a concomitante abertura de mercados em níveis sem precedentes transformaram temporariamente o outrora renegado setor industrial na mais lucrativa forma de inverter capital durante boa parte do século XIX. É a partir de então que se torna vantajoso aos capitalistas (donos do capital) – inclusive banqueiros – aplicarem seu capital na produção e, portanto, se tornarem, também, “capitalistas industriais”. E, neste caso, o fato de que este processo demorou alguns séculos para se concretizar, sendo que durante algum tempo foi possível perceber de maneira mais ou menos nítida as diferenças entre “capital mercantil”; “capital industrial” e “capital bancário”; “grande comerciante”; “industrial” e “banqueiro”; é muito menos importante do que o fato de que, aberta a caixa de Pandora, este processo tenha se tornado inevitável, uma vez que o “capital financeiro” é uma decorrência lógica do “capital”, um reencontro do “capital” consigo mesmo em sua forma superior.

Desta maneira, o capital financeiro aparece como dinheiro para os proprietários do dinheiro, mas não é mais somente dinheiro, uma vez que adentrou de fato na produção, arcando com custos e benefícios inerentes a essa forma de reprodução da riqueza. Mas ***o decisivo para que possamos caracterizar esse sistema definitivamente como capitalismo*** – e que é também o mais importante do ponto de vista da história mundial – ***é que o capital que entra na produção com essa intensidade altera radicalmente a vida de milhões de homens e mulheres de forma muito mais profunda que a mera ampliação monetária do dinheiro dos capitalistas poderia supor.*** E é importante notar como o capital transformado em financeiro consegue, por algum momento, atrair os interesses dos capitalistas para o mundo da produção na exata medida em que não os torna mais escravos do processo produtivo – como o eram os capitalistas industriais. Porque o controle pelas finanças é ao mesmo tempo a forma mais elevada e mais segura, posto que diversificada e flexível, de geração de lucro e mais-valia. Noutros termos, quando o capital financeiro –

⁶³ Mesma obra, página 251.

“culminação da ditadura dos magnatas capitalistas”, que “em sua perfeição significa o grau mais elevado de poder econômico e político nas mãos da oligarquia capitalista”⁶⁴ – se consolida, inaugura uma nova fase no desenvolvimento das sociedades porque permite como nunca que o capital se manifeste de acordo com aquilo que ele sempre procurou ser: um eficiente meio de controle sobre recursos produtivos (naturais e sociais) e uma assustadora máquina de produção de riqueza abstrata. Com isso entendemos as razões pelas quais o capital, agora financeiro, pode se desdobrar com tamanha plasticidade pelos mais diversos setores da economia e pelas mais vastas regiões do mundo, explorando todas as possibilidades que se lhes oferecem de maneira plena, e se constituindo, portanto, finalmente, na “manifestação mais abstrata e suprema do capital”⁶⁵. Como afirma o próprio Hilferding,

Um hegeliano poderia dizer da negação da negação: o capital bancário foi a negação do capital usurário e é negado, por sua vez, pelo capital financeiro. O capital financeiro é a síntese do capital usurário e do capital bancário, e, como estes, ainda que em um grau infinitamente superior de desenvolvimento econômico, se apropria dos frutos da produção social.⁶⁶

Síntese que, como qualquer outra, produz coisas que evidentemente conservam em alguma medida algo do velho, mas que são substancialmente novas. É nova, como já vimos, a relação de propriedade – o capital passa a ser “partilhado” entre “bancários” e “industriais”. É nova também a sociabilidade que dela advém – por exemplo, o nexo fundamental da exploração passa a ser o trabalho assalariado – e são novas as justificativas que legitimam o discurso dominante – a economia toma da religião a função de nexo articulante dessa sociedade. Isso porque, como Marx e Engels afirmam em *A Ideologia Alemã*,

As idéias das classes dominantes são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal (variante do manuscrito: ideológica) das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes

⁶⁴ Mesma obra, página 420.

⁶⁵ Mesma obra, página 9.

⁶⁶ Mesma obra, página 255. O que definitivamente não significa que ele se reproduza de maneira autônoma em relação à sociedade, pois o capital é antes de qualquer outra coisa uma relação social de dominação, uma *imagem* apreensível da sociedade – que é muito mais que uma relação de dominação. Reafirmar sua independência significa confundir o que o capital é com o que ele parece ser, com sua imagem.

apreendidas como idéias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as idéias da sua dominação.⁶⁷

E

(...) se na concepção do curso da história separamos as idéias da classe dominante da própria classe dominante e as tornarmos autônomas, se permanecermos no plano da afirmação de que numa época dominaram estas ou aquelas idéias, sem nos preocuparmos com as condições da produção nem com os produtores daquelas idéias, se, portanto, desconsiderarmos os indivíduos e as condições mundiais que constituem o fundamento dessas idéias, então poderemos dizer, por exemplo, que durante o tempo em que a aristocracia dominou dominaram os conceitos de honra, fidelidade etc., enquanto durante o domínio da burguesia dominaram os conceitos de liberdade, igualdade etc. A própria classe dominante geralmente imagina isso. Essa concepção de história, comum a todos os historiadores principalmente desde o século XVIII, deparar-se-á necessariamente com o fenômeno de que **as idéias que dominam são cada vez mais abstratas, isto é, idéias que assumem cada vez mais a forma da universalidade**(...).⁶⁸ [grifos nossos] [...] Realmente, toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso da forma ideal: é obrigada a dar às suas idéias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas.⁶⁹

Não é à toa que o capital financeiro alcança uma universalidade maior que a do capital industrial. Como já dissemos, para um interesse particular conseguir se afirmar como interesse coletivo faz-se mister que as bases materiais nas quais repousam assim o permitam. E como Hilferding demonstra no capítulo XXIII de O Capital Financeiro, a burguesia industrial, que já era, na medida em que possuía os meios de produção material, uma força dominante, no entanto, não foi capaz de convencer as demais classes de que os seus interesses eram suficientemente gerais porque seus interesses materiais estavam em contradição com os interesses de todas as demais classes, tendo enfrentado uma oposição. Já o capital financeiro por seu turno, ofereceu à classe aristocrática rentista um lugar social para onde ir e criou um consenso entre as elites que produziu a reafirmação da exploração das classes trabalhadoras em novos termos, conforme esperamos que fique claro ao longo deste trabalho. Em resumo,

(...) as grandes questões que moveram a burguesia foram essencialmente questões constitucionais, com o estabelecimento do Estado constitucional moderno, isto é, questões que interessavam de igual modo a todos os burgueses e os uniram na luta comum contra a reação, contra os resíduos da forma de governo feudal e absolutista-burocrático. (...) Tudo isso mudou quando com a

⁶⁷ Marx e Engels, A Ideologia Alemã, página 47.

⁶⁸ Mesma obra, página 48.

⁶⁹ Mesma página 48.

vitória do capitalismo se desencadearam os antagonismos dentro da sociedade burguesa. Contra o domínio do capital industrial se rebelou, primeiramente, a pequena burguesia e a classe operária. Ambas atuaram no setor econômico.⁷⁰

Posteriormente, entraram também em conflito com o capital industrial o capital comercial e o capital creditício. Enquanto o capital industrial advogava em nome da liberdade de mercado, a pequena burguesia exigia a legalização de suas “associações”⁷¹ e as classes trabalhadoras, a regulamentação legal dos contratos de trabalho. Já o capital comercial, sobretudo o grande capital comercial dos negócios ultramarinos e coloniais, por seu turno, defendia o poder estatal e aspirava à sua proteção sob a forma de privilégios. Essa posição foi muito semelhante à do capital creditício, que tinha no Estado a espinha dorsal das transações na bolsa e único capaz de assegurar o privilégio dos Bancos. Além do fato de que o Estado era o principal cliente do “capital creditício” sob a forma de empréstimos estatais, e para quem, portanto as guerras eram particularmente lucrativas⁷². Deste modo, a burguesia industrial não tinha condições materiais de afirmar seus interesses como interesse coletivo e, portanto, sempre teve muita dificuldade para estabelecer sua hegemonia.

Não que o estabelecimento das bases materiais da dominação do capital financeiro seja harmonioso. Muito pelo contrário. Primeiramente, entra em choque com a até então numerosa população agrícola cujas relações tradicionais são completamente destruídas. Mas, além de ser uma classe que em sociedades modernas é pouco ativa, a classe dos trabalhadores agrícolas se torna muito menor a partir dos processos de industrialização. Principalmente, por conta da expulsão das pessoas para a cidade, mas também pelos processos de colonização e incorporação de novas regiões agrárias, conforme demonstraremos a seguir na seção sobre Rosa Luxemburg. Entretanto, a oposição dos trabalhadores rurais ao triunfo do capital financeiro não é capaz de superar sua poderosa aliança com a antiga aristocracia agrária, detentora dos grandes latifúndios, para quem a expansão capitalista forja poderosos mercados consumidores e garante uma fonte crescente de renda. O apoio desta aristocracia agrária é extremamente importante para a consolidação das relações capitalistas na medida em que, sendo filha da antiga aristocracia feudal, está em profunda articulação

⁷⁰ Hilferding, obra citada, página 381.

⁷¹ “Uniones gremiales”, na tradução espanhola que utilizamos como referência.

⁷² Mesma obra, páginas 381 e 382.

com a máquina estatal. Por fim, o capital financeiro consegue se “harmonizar” com os capitais médios e pequenos na medida em que estes passam de concorrentes a fornecedores na imensa cadeia de produção monopolizada pelo capital financeiro.

Depois de haver sido combatida por décadas, a doutrina marxista da concentração se tornou, hoje, lugar-comum. Se reconhece que o retrocesso da classe média industrial não pode ser contido. Mas o que nos interessa aqui é menos o retrocesso quantitativo que nasce da destruição dos pequenos estabelecimentos que a mudança estrutural que se produziu nos pequenos estabelecimentos da indústria e do comércio com o desenvolvimento do capitalismo moderno. Grande parte dos estabelecimentos pequenos se tornaram auxiliares da indústria e, por isso, estão interessados na sua expansão.⁷³

Mas o pequeno e o médio capital se constituem em relação ao grande capital meramente como apêndices. E é claro que, como todo apêndice, podem ser simplesmente eliminados tão logo incomodem o grande capital financeiro. É verdade que o tempo todo esta “harmonia de interesses” se vê ameaçada por questões de preços internos e cambiais, mas é certo que a preocupação em torno das questões relativas aos trabalhadores em constante agitação acaba unificando os interesses da burguesia como um todo, tão mais entrelaçados quanto mais diversificadas forem as fontes de renda e maiores os mercados por meio da expansão imperialista e da consolidação dos capitais financeiros que são, como já vimos, a forma suprema da extração de riquezas produzidas pelas classes trabalhadoras de todo o mundo.

Essas análises de Hilferding quanto ao comportamento das classes sociais é um dos pontos mais criticados de sua obra, sobretudo pelo fato de que supostamente serve de explicação apenas para o caso alemão. Em nossa opinião, o fato de sua descrição ser mais precisa no caso alemão não muda o fato de que sua análise é bastante explicativa da consolidação mundial das forças capitalistas, ainda que, como não poderia deixar de ser, a reconstituição isolada de cada um dos casos de formação do capitalismo exija que as particularidades sejam ressaltadas. Pensamos que, por maiores que sejam as particularidades de cada uma das formas de constituição do capitalismo ao longo do globo, há elementos comuns que estão profundamente arraigados com as relações mais profundas do capital.

E por que o capital financeiro é “superior” às outras formas de capital? Porque é uma forma que garante uma maior rentabilidade com menores riscos; e porque por ser

⁷³ Mesma obra, página 389.

uma forma mais abstrata, mais geral, é capaz de oferecer condições de reprodução (materiais e ideológicas) mais interessantes para classes dominantes em vários contextos diferentes.

Entendemos que em nenhuma das grandes potências em que o capital financeiro pôde se consolidar a burguesia nascente exerceu seu poder de forma hegemônica sem antes atar-se de maneira definitiva com a grande finança e em nenhum lugar – nem mesmo na Inglaterra, berço da revolução industrial, como veremos em detalhes no terceiro capítulo – a burguesia essencialmente industrial conseguiu afirmar seus interesses como coletivos, como o demonstra o fortíssimo papel da aristocracia rural transformada em financistas da City.

O que nos parece é que *as elites tradicionais se viram obrigadas a se tornar capitalistas* ao longo dos séculos XIX e XX por dois motivos. Primeiramente, porque, como demonstramos no depoimento de Cecil Rhodes, as classes exploradas estavam extremamente revoltosas. O altíssimo grau de agitação social aterrorizava as elites européias e impunha soluções drásticas. Impunha uma mudança radical do sistema de dominação caso quisessem permanecer no poder⁷⁴. Por outro lado, estando o mundo organizado em Estados nacionais, a força arrebatadora das indústrias nascentes impunha que as elites de todo o sistema de algum modo se apropriassem desse poder, pois aquela que melhor o fizesse possivelmente subjugaria as demais⁷⁵. Assim, por um e por outro motivo, as elites de toda a Europa se viram obrigadas a, em alguma medida, “acomodar” os novos interesses de modo a suavizar a transição com a intenção de manter a principal exploração: exploração das classes trabalhadoras; que permite à elite permanecer dominando, ou seja, gozando seu estilo de vida sem trabalhar. Trata-se, em nível nacional, da mesma divisão de poder que Lenin expôs em seu *Imperialismo*: o equilíbrio de poder vigente foi contestado pelas novas potências ascendentes que exigiram uma reformulação completa do sistema. Algumas elites se

⁷⁴ Sobre um período bastante diferente, o Professor Fernando Antonio Novais escreveu que “Não é possível haver um pensamento reformista tão articulado e uma política levada a cabo com tanta eficácia, se não estiver subjacente uma tremenda crise, isto é, a elite dominante, o grupo dirigente, só se movimenta dessa maneira e com tal intensidade quando está enfrentando uma situação muito dramática. Do contrário mantém o sistema de dominação. Então temos aqui uma crise estrutural, visto que só uma crise estrutural requer, promove, um tamanho esforço de análise e pertinácia de atuação.” Fernando Antonio Novais, *Aproximações: estudos de história e historiografia*, São Paulo: Cosac Naify, 2005..

⁷⁵ Assunto que desenvolveremos no capítulo II.

recusaram e foram à guilhotina; outras optaram por soluções diferentes: fizeram o pacto com a burguesia industrial que lhes permitiu reafirmar a opressão das classes trabalhadoras; primeiramente, se tornaram rentistas e posteriormente tomaram para si novamente as rédeas do processo com a constituição plena do capital financeiro. Ao extremo dinamismo das indústrias, as aristocracias tradicionais ofereceram sua estreitíssima articulação com a máquina estatal e consolidaram uma nova classe dominante: a classe dos capitalistas financeiros⁷⁶.

Em suma, devemos ter em mente que o capital financeiro é a síntese das finanças com as indústrias e com os interesses mais duradouros da burguesia em ascensão. Essa burguesia em ascensão se beneficiou sobremaneira da aliança com a aristocracia agrária materializada na articulação específica do Estado do século XIX. Essas mudanças sociais acarretaram em novos padrões de acumulação e na conformação de novos interesses de classe, que, por seu turno, ofereceram a essa burguesia aristocratizada – que é, estrito senso, uma nova burguesia, diferente da burguesia comercial e da burguesia industrial das quais descende – a possibilidade de apresentar um projeto de Estado capaz de convencer as frações dominantes e médias da necessidade do imperialismo: justamente sua eficácia em “acomodar” os interesses econômicos inegavelmente pujantes da burguesia industrial com a forte aristocracia rural que ainda possuía força e prestígio para comandar; ao mesmo tempo em que criava meios para reprimir fortemente as ebulições sociais das classes trabalhadoras nas cidades e no campo. Portanto, esta nova classe dominante, como já vimos, necessariamente *deve* se apresentar como imperialista, mas buscando justificar suas ações como meios para atingir um bem maior. Para Hilferding,

É sublime e arrebatador quando revela seu próprio ideal. O imperialista não quer nada para si: tampouco é um ilusionista ou sonhador que dissipa o contraste irremediável das raças em todas as etapas da civilização. Com toda possibilidade para desenvolver uma noção sanguinária de humanidade, com os olhos duros e claros, contempla a multiplicidade de povos e percebe sobre todos eles a sua própria nação. [...] vive no Estado poderoso que não cessa de ser cada vez maior e mais poderoso, e sua glorificação justifica todos os esforços. A renúncia do interesse individual em favor do interesse geral superior, que constitui a condição de toda ideologia social vital, se logra deste modo: o Estado – que é estranho ao povo – e a nação se confundem em uma unidade; e do ideal nacional nasce a força que impulsiona a política. Os antagonismos de classe são abolidos em prol da totalidade. A ação coletiva da nação, unida para os fins da grandeza nacional,

⁷⁶ Apresentaremos essa idéia de modo detalhado no capítulo terceiro deste texto.

substitui a luta de classes, que para a classe proprietária é tão estéril quanto perigosa.⁷⁷

O imperialismo capitalista, contudo, para Hilferding, não é somente mais um sistema de organização em favor de poucos que se apresenta como sendo “de interesse geral”, enquanto Estado “nacional”. Isto porque a ideologia que definiu as unidades políticas na Europa sob a forma de Estados buscou se legitimar na idéia de que cada nação tinha o direito a um território – e, portanto, a expansão espacial era, com maior ou menor grau de arbitrariedade, limitada. Já o imperialismo levado a cabo pelas leis da acumulação capitalista não pode encontrar limites, porque esta acumulação capitalista é, em si, ilimitada⁷⁸.

O capital se converte no conquistador do mundo e a cada novo território conquistado estabelece uma nova fronteira que tem que superar. Este esforço se converte em uma necessidade econômica na medida em que qualquer restrição diminui os lucros do capital financeiro, reduz sua capacidade competitiva e, finalmente, pode ocasionar que uma região econômica mais fraca se torne simples tributária de outra maior.⁷⁹

Assim, é por meio da violência que se dá a radical alteração das formas nativas de sociedade para a consolidação de forças materiais e garantias jurídico-estatais de formação do capitalismo fora dos limites do noroeste europeu. Violência esta tanto maior quanto mais acirrada for a competição internacional entre as potências por esta região, mas também quanto maiores forem as bases internas de sustenação das lideranças autóctones hostis às políticas imperialistas. Especialmente nestes casos, quando não é possível “comprar” as elites dirigentes locais, faz-se necessária a sua deposição para a posterior substituição com o objetivo de criar Estados fortes aliados à potência imperialista; capazes de forjar condições propícias ao desenvolvimento capitalista na região.⁸⁰

Daí o clamor de todos os capitalistas interessados em países coloniais exigindo um poder estatal forte, cuja autoridade proteja também seus interesses nos rincões mais remotos da terra, daí o prestígio e a bandeira da guerra, que tem que se fazer ver em todas as partes para que se possam fincar em todos os lugares a bandeira comercial. Mas onde se sente mais à vontade a exportação de

⁷⁷ Mesmo texto, página 380.

⁷⁸ Defendemos a idéia de que “imperialismo” não é uma etapa posterior à “acumulação primitiva de capitais”, mas que são processos necessariamente concomitantes, conforme discutimos no artigo “A Acumulação Primitiva no “Novo” Imperialismo – algumas contribuições de Michael Perelman e David Harvey”, apresentado no Colóquio Marx Engels em parceria com Julierme Gomes Tosta. Voltaremos a este ponto.

⁷⁹ Mesma obra, página 379.

⁸⁰ Mesma obra, páginas 358 e seguintes.

capital é onde o poder estatal exerce o domínio mais seguro. Pois então está excluída a exportação de capitais de outros países, goza a posição privilegiada e seus lucros recebem, inclusive, sempre que possível, a garantia do Estado. Assim, pois, a exportação de capitais atua também em prol da política imperialista.⁸¹

É evidente, portanto, que para o capital financeiro afirmar sua hegemonia fazia-se necessária a superação da ideologia dominante do livre-comércio e uma nova postura da burguesia com relação ao Estado. Fazia-se necessária uma reestruturação da hierarquia do poder mundial pois, ao mesmo tempo em que era necessária a formação de Estados nacionais suficientemente fortes no plano interno para disciplinar suas classes exploradas, esse poder deveria ser muito limitado do ponto de vista internacional, de modo que o discurso da classe hegemônica – que outrora defendeu a teoria do *laissez-faire* – teve que ser substancialmente reformado, porque

O capital financeiro não quer liberdade, mas dominação; não tem interesse pela autonomia do capital industrial, mas exige seu atrelamento; detesta a anarquia da concorrência, e quer a organização, certamente para reavivar a competição num nível mais alto. Mas para impor isso, para manter e ampliar sua superioridade, precisa do Estado que lhe assegure o mercado interno mediante a política aduaneira e de tarifa, que deve facilitar a conquista de mercados estrangeiros. Precisa de um Estado politicamente poderoso que, na sua política comercial, não tenha a necessidade de respeitar os interesses opostos de outros Estados. Necessita, em definitivo, de um Estado forte que faça valer seus interesses financeiros no exterior, que entregue seu poder político para extorquir dos Estados menores vantajosos contratos de fornecimento e tratados comerciais. Um Estado que possa intervir em toda parte do mundo para converter o mundo inteiro em área de investimento para seu capital financeiro. O capital financeiro, finalmente, precisa incorporar novas colônias. Se o liberalismo era um adversário do imperialismo estatal e queria reservar-se a dominação própria em relação ao antigo poder da aristocracia e da burocracia, ao restringir os meios de poder estatal a áreas as mais reduzidas possíveis, então a política do poder ilimitado tornou-se uma exigência do capitalismo financeiro: este seria o caso, mesmo quando os gastos com o Exército e a Marinha não garantissem diretamente às camadas capitalistas mais poderosas um mercado importante com lucros na sua maioria monopolistas.⁸²

É importante que tenhamos consciência de que a necessidade de interferência na vida cotidiana local não é fortuita, mas, muito pelo contrário, é determinada radicalmente pelas próprias características do capital financeiro e pelas próprias características da acumulação capitalista em geral. São nessas características, inclusive, que repousam as diferenças entre o colonialismo regido pelo capital comercial autônomo e o imperialismo capitalista levado a cabo pelo capital financeiro. Se a

⁸¹ Mesmo texto, página 362.

⁸² Mesma obra, página 378.

exploração colonialista podia ser executada por sistemas de feitorias na costa africana, por colônias “de exploração” ou “de povoamento” na América, em suma, se o controle da produção poderia ser exercido pelo “gargalo”; **a exploração imperialista por meio do capital financeiro deve adentrar em todas as esferas da vida social e controlá-la de maneira totalizante.** Antes de qualquer outra coisa, para garantir o negócio capitalista, para reduzir os seus riscos. “O risco é muito maior quando se contróem ferrovias, em um país estrangeiro, se adquire terra, se constróem instalações portuárias, se descobrem e exploram minas, do que quando simplesmente se compram e vendem mercadorias”⁸³. Mas também, *principalmente*, porque há requisistos imprescindíveis para a acumulação capitalista que são atendidos somente com a expansão ilimitada do capital, que necessariamente precisa subordinar todas as relações sociais em que toca à sua lógica de reprodução. Somente assim podemos explicar porque “a exportação de capital, especialmente sob a forma de capital industrial e financeiro, acelerou enormemente a subversão de todas as relações sociais e a difusão do capitalismo por todo o globo.”⁸⁴

Não obstante, embora a visão costumeira de capitalismo – muito ligada à idéia de que capitalismo é produção industrial em larga escala – nos leve a pensar que esse processo de entrada do capital financeiro em todas as esferas da vida acaba por significar o que economistas contemporâneos chamam de “imobilização do capital” faz-se mister que tenhamos muito claro que isto não pode se dar de maneira indiscriminada simplesmente porque isso não faria sentido do ponto de vista dos donos do capital. Esse negócio não seria suficientemente vantajoso para eles. Por mais lucrativo que aparentemente se apresentassem, os negócios industriais sempre foram evitados pelos

⁸³ Mesma obra, página 362.

⁸⁴ Mesma obra, páginas 362 a 364. Essa mudança de sistemas de exploração – do colonialismo para o imperialismo especificamente capitalista sob a égide do capital financeiro também levou à diminuição da diferença de poder entre a Grã-Bretanha, que manteve o poder político-econômico da City e seus rivais, sobretudo Estados Unidos e Alemanha, que tiveram uma articulação mais profunda do capital financeiro como síntese dos capitais bancários, comerciais e industriais com a formação de grandes corporações como Rockefeller, JP-Morgan, Krupp e Siemens. Idéia que faz coro com a afirmação de que “A Inglaterra transforma-se pouco a pouco, de Estado-industrial em Estado-credor. Não obstante, o aumento absoluto da produção e da exportação industriais assiste-se ao aumento da importância relativa dos rendimentos provenientes dos juros, dividendos, emissões, comissões e especulações no conjunto da economia nacional. Na minha opinião [Schulze-Gaevernitz], é precisamente este fato que constitui a base econômica da expansão imperialista. O credor liga-se mais solidamente ao devedor do que o vendedor ao comprador.” Citado por Lenin, na página 100 de *Imperialismo*.

grandes capitalistas. Algum motivo muito forte há de haver para convencê-los a se arriscar em negócios que evitaram por séculos. Este motivo não é o lucro.

Então, qual é esse motivo? Por quê, afinal de contas, o capital financeiro **precisa** se expandir para além das zonas capitalistas e adentrar em todas as esferas da vida dessas sociedades? Por que não basta manter a exploração dos trabalhadores locais e as relações externas limitadas ao comércio, se deu a exploração “internacional” por tanto tempo? Por que a elite dominante se movimentou com tamanha intensidade, com tamanha “pertinácia de atuação”?

Já temos uma parte dessas respostas. As elites se movimentaram porque entenderam que precisavam se movimentar. Porque as classes trabalhadoras no centro estavam em convulsão. O imperialismo era necessário porque o sistema de dominação estava em xeque e, portanto, a pilhagem de recursos externos era necessária. Mas essa explicação não dá conta do problema. Por quê a mera pilhagem foi insuficiente? Por quê era necessária a destruição das formas econômicas locais e a incorporação destas mesmas *no sistema capitalista*. Por quê as colônias das potências capitalistas foram obrigadas a, em alguma medida, substituir suas formas tradicionais de exploração de mão-de-obra e recursos por *formas capitalistas de exploração*? E, por fim, por quê o capitalismo é necessariamente imperialista?

ROSA LUXEMBURG: IMPERIALISMO E REPRODUÇÃO CAPITALISTA

Ao longo de séculos, existiram diversas formas de impérios que, não obstante tenham subjugado populações inteiras, não se esforçaram para alterar radicalmente as relações sociais básicas das áreas exploradas, contentando-se com a extorsão de impostos. Levando isso em consideração, nos parece evidente que a explicação dos porquês de o capital financeiro – diferentemente de outras relações sociais imperialistas – necessitar da transformação de relações outrora apenas *subordinadas ao poder imperial* em *relações capitalistas* de exploração deve ser buscada nas contradições especificamente capitalistas. Algo particular a este sistema de dominação impele as suas elites a buscarem não apenas exercer *domínio* sobre outras sociedades, fato corriqueiro na história. Algo as impele a se esforçarem enormemente na *incorporação*

de todas as sociedades ao modo especificamente capitalista de exploração. Para as elites do sistema capitalista de dominação, não basta a dominação; é necessário que essa dominação seja estabelecida por meio de relações capitalistas.⁸⁵

Neste processo de renovação do pensamento anti-capitalista, no qual Hilferding atuou em papel de destaque, procurando adequá-lo às mais recentes etapas da acumulação e, portanto, de luta contra o capital, gostaríamos de destacar algumas heréticas idéias da grande revolucionária Rosa Luxemburg.

Em 1912, na tentativa de escrever uma versão popular da teoria marxista na forma de uma Introdução à Economia Política, Rosa se deparou com uma “dificuldade inesperada”. “Não conseguia expor com clareza suficiente o processo global da produção capitalista em suas relações concretas, nem suas limitações históricas objetivas.” Para ela, este problema não podia se resumir meramente numa dificuldade expositiva, mas deveria se referir a uma falha na própria teoria marxista que criava problemas para “a luta prática na qual nos empenhamos contra o imperialismo”. O problema da exposição das idéias sobre a economia política deveria resultar de uma dificuldade de compreensão das relações capitalistas concretas, daquilo que ela denominou “práxis da política imperialista atual e suas raízes econômicas”. Ou seja, fazia-se necessário repensar o que se concebia por capitalismo e parecia certo que em alguns momentos as investigações de Marx se mostraram insuficientes. Nestes momentos, sua exposição, em vez de explicar, confundia.⁸⁶

Para Rosa, o problema estava claro: entender como se dava a (re)produção global capitalista e como Marx a explicava. Em que ponto se localizava a dificuldade? Para ela, na exposição do esquema marxista de reprodução capitalista, especificamente no Livro II d’*O Capital*. Para Rosa, esse esquema de reprodução exposto no Livro II acabava por, em alguma medida, entrar em contradição com a definição de capitalismo que percorre toda a obra de Marx, em especial aquela

⁸⁵ Conforme David Harvey explicou na página 15 de *O novo imperialismo*, “Têm havido muitos tipos diferentes de impérios (romano, otomano, chinês imperial, russo, soviético, austro-húngaro, napoleônico, britânico, francês etc). A partir desse heterogêneo grupo, podemos concluir com facilidade que há considerável espaço de manobra quanto ao modo de conceber, administrar e implantar ativamente o império.” Como dissemos no início deste trabalho, acreditamos que cada um desses imperialismos esteve inscrito nas suas próprias contradições. Sendo assim, para que possamos entender o imperialismo capitalista dos britânicos, precisamos entender as contradições da economia capitalista britânica imperialista e sua estrutura de classes.

⁸⁶ Todas essas citações são da página 3 de *A acumulação de capital*.

apresentada no Livro III. Este pensamento encontra eco em passagens de Engels, e do próprio Marx, como fica claro no prefácio da 2ª edição, em que o editor póstumo da inacabada obra explicou que o próprio autor não estava satisfeito com a sua exposição no Livro II.⁸⁷ Assim, do testemunho de Engels, Rosa se apercebe de que

as duas primeiras, das três seções do volume II – a seção sobre a circulação do capital-dinheiro e do capital-mercadoria, e a referente aos custos de circulação e à rotação do capital – eram as partes do manuscrito praticamente já concluídas e em vias de impressão. Pelo contrário, a seção III, que trata da reprodução do capital total, só representa uma coleção de fragmentos, que pareciam ‘necessitar de uma reelaboração urgente’, segundo o próprio Marx. O último capítulo dessa seção, o capítulo XXI, que se refere ao que nos interessa, à acumulação e à reprodução ampliada, é o que ficou mais incompleto de todo o livro. Ele abrange tudo em apenas 35 páginas impressas, sendo interrompido em meio à análise.⁸⁸

e assim, o problema prático de saber *se* e *como* a reprodução capitalista era possível exigia que fosse revista toda a exposição *dos esquemas* de Marx.

Além de poderar de modo crítico sobre os pontos em que a magistral obra mantivera sua atualidade e sobre as necessidades de mediação com relação à fase financeira do capitalismo – que poderiam ser a tarefa do Livro IV – era preciso reconsiderar a exposição das idéias contidas no Livro II, sobretudo as longas investigações de Marx sobre como a reprodução capitalista é “normalmente” realizada; ou seja, era preciso definir em termos precisos qual, a despeito de variações conjunturais, é a forma “perene” do sistema capitalista e qual a forma atual que esse sistema assume? Noutros termos, era preciso apreender o que constitui a “essência” capitalista – ou seja, o que não muda nunca enquanto o sistema for capitalista e, com efeito, o que faz dele capitalista – e qual é a sua atual “aparência” – a forma específica entre outras possíveis que, portanto, é passível de ser reformada sem que as relações elementares do sistema de dominação sejam alteradas.

A primeira manifestação do problema é: como pode uma economia tão caótica, cujas decisões produtivas são tão anárquicas, continuar se reproduzindo? Essa indagação já havia sido encarada por incontáveis economistas. Rosa demonstra que o modo como essa discussão foi encarada pelos “economistas vulgares” – sua perspectiva “reformista e pequeno-burguesa” – os levou a encarar o problema da

⁸⁷ “‘Com esse material’, confidenciara Marx à filha Leonor, ‘eu deveria fazer alguma coisa’”. Citado por Rosa, na página 103 dessa mesma obra

⁸⁸ Mesma obra, mesma página.

reprodução social total sob o prisma da oscilação de preços, sob o prisma da oferta e da demanda, sob o prisma dos ciclos e crises. E lembra que foram os economistas políticos clássicos – de Smith a Marx – que perceberam que há um problema que não aparece sob esta perspectiva, mas que deve ser investigado de modo atento: o problema do valor. Para perceber como se davam as relações de valor, fez-se necessária a consideração da reprodução social para muito além dos ciclos e das crises. Para ela, quando analisado o comportamento da produção num período de tempo um pouco maior, observa-se que, a despeito dessas oscilações, a sociedade continua se reproduzindo. As pessoas continuam comendo, bebendo, morando, se vestindo, fabricando, tomando dinheiro emprestado, pagando juros *etc.*

Pois, apesar dos altos e baixos conjunturais, apesar das crises, as necessidades sociais são, bem ou mal, satisfeitas; a reprodução segue adiante em sua marcha complicada e as forças de produção se desenvolvem sempre mais. Como então pode isso ocorrer, se desconsiderarmos as crises e as alternâncias de conjuntura? Aqui começa o problema propriamente dito. A tentativa de resolver o problema da reprodução a partir da periodicidade das crises é, no fundo, tão própria da Economia vulgar quanto a tentativa de resolver o problema do valor a partir das oscilações entre a oferta e a demanda.⁸⁹

Como Rosa faz questão de frisar, a questão decisiva para que se entenda a produção total efetiva, diferentemente do que atestavam esses “economistas vulgares”, não é a constatação da ausência de comunicação entre os produtores. O decisivo é que se leve às últimas conseqüências a certeza de que a produção capitalista é radicalmente distinta de todos os outros modos de organizar a produção das coisas necessárias à vida, porque “os produtores privados não são produtores simples de mercadorias, mas produtores *capitalistas*”.

A produção total da sociedade não é nenhuma produção voltada simplesmente para a satisfação das necessidades de consumo, nem tampouco se trata de simples produção mercantil, mas sim de produção *capitalista*.” (...) “O produtor, que não produz apenas mercadorias, mas capital, precisa antes de tudo produzir mais-valia. A mais-valia é a meta final e mola propulsora do produtor capitalista⁹⁰

Esse fato não é trivial. A sociedade orientada para a produção de mais-valia é uma sociedade radicalmente diferente de todas as sociedades anteriores. É uma sociedade organizada desde o seu princípio para a geração de riquezas em forma de

⁸⁹ Mesma obra, páginas 10 e 11.

⁹⁰ Mesma obra, página 11.

lucro, na forma abstrata. Mas o fato de que a produção deixa de ser orientada para a satisfação das necessidades da população faz com que surja um novo problema:

O lucro como meta e fator determinante, não domina, neste caso, tão-só e simplesmente a produção simples, mas igualmente a reprodução. Assim, preside não só o método e alvo dos respectivos processos de trabalho (bem como da distribuição referente do produto), como também estabelece a proporção e o sentido que tomará o processo de trabalho quando novamente for retomado, após a conclusão de um período anterior de trabalho.⁹¹

Mas o problema não se encerra por aqui. Uma vez que “enquanto se apresentar sob a forma de mercadoria, a mais-valia será inútil para o capitalista”, para que a sociedade continue se reproduzindo, faz-se mister que essa mais-valia produzida possa se realizar. Noutros termos, é necessário que a mercadoria – que é o meio concreto em que se materializa essa mais-valia – seja vendida, para que aquela mais-valia produzida possa, finalmente, ser reconvertida na

sua forma pura de valor, ou seja, em dinheiro (...) Somente então, quando se consegue que a mercadoria toda, em seu conjunto, seja alienada por dinheiro correspondente a seu valor, é que se alcança o objetivo da produção.⁹²

Para Rosa, o problema da reprodução se encerraria aqui se o objetivo da produção capitalista fosse somente a apropriação de mais-valia em uma única apropriação. Mas esta, evidentemente, é uma falsa consideração. Pois

O objetivo e mola propulsora da produção capitalista não é simplesmente a mais-valia, em qualquer quantidade, em uma única apropriação, mas a obtenção ilimitada de mais-valia, em um crescimento incessante, em quantidades cada vez maiores.⁹³

Portanto, como demonstrou Marx ao longo de *O Capital*, do ponto de vista do capitalista tomado individualmente, o problema da reprodução se resume a como realizar suas mercadorias que carregam em si a mais-valia obtida no processo de produção de modo a ter em sua posse, concluído o processo de transformação de dinheiro em mercadoria e a venda dessa mercadoria, mais dinheiro do que o exigido neste processo de produção. Do que podemos concluir duas coisas extremamente importantes para o esboço do que está inscrito na essência da reprodução capitalista.

⁹¹ Mesma obra, página 9. Gostaríamos de destacar a nota de rodapé número três da página 12 do livro de Rosa: “Nesta exposição, consideramos a mais-valia idêntica ao lucro, o que é verdadeiro para a produção total, da qual aqui tratamos exclusivamente. Desconsideramos a divisão da mais-valia em seus componentes: lucro da empresa, juros de capital e renda fundiária, já que, para o problema da reprodução, essa divisão não tem, por ora, maior significado.” Acompanhamos a autora em sua decisão ao longo de todo o nosso trabalho.

⁹² Mesma obra, página 12.

⁹³ Mesma obra, mesma página.

Por um lado, temos que as qualidades dessa mercadoria, suas especificidades, são totalmente irrelevantes para o capitalista, que a considera somente um “meio inevitável” para realizar sua mais valia, do que decorre o fato de que – colocados nesses termos – o problema da reprodução é, essencialmente, um problema de “solvência” de efetivação de uma demanda que dê conta de realizar os mais-produtos. Por outro lado temos justamente que o processo de reprodução da sociedade capitalista *neste momento* se confunde com a própria acumulação capitalista de modo que “acumulação ou transformação da mais-valia em capital ativo é a expressão capitalista da reprodução ampliada”⁹⁴ Noutros termos, “a reprodução ampliada, no sentido capitalista, expressa-se portanto especificamente como crescimento do capital por meio da capitalização progressiva de mais-valia, ou, na expressão de Marx, como *acumulação de capital*.”⁹⁵

⁹⁴ Mesma obra, página 13.

⁹⁵ Mesma obra, página 15. Do nosso ponto de vista, é *possível* que após o fim do lastro entre a “forma pura de valor, ou seja, o dinheiro” e quaisquer equivalentes materiais, como, por exemplo, o ouro, essa característica tenha se modificado. É *possível* que ao capital tenha sido tornada viável sua reprodução sem que houvesse um problema prévio de demanda, que talvez agora seja mesmo criada artificialmente. É *possível* que os problemas de reprodução do dinheiro tenham se resumido à questão da crença ou da confiança de que determinado pedaço de papel, seja ele uma cédula de dólar ou um “título”, “vale” determinada coisa. É *possível* que tenha havido uma espécie de “descolamento” entre a esfera da reprodução da vida – em que se dá a dominação de classes – e a esfera da produção e apropriação de riquezas, ainda que esse modo de produção e apropriação de riquezas continue como um dos principais mecanismos de manutenção da dominação de classes. Com efeito, os “capitalistas” se valem de inúmeras outras formas que não a “produção” para aumentar seu “capital”. A afirmação de que a dominação e acumulação de capital não são mais coincidentes coloca a todos nós a necessidade de repensarmos grande parte das idéias com as quais nos acostumamos a apreender as relações sociais de uma perspectiva “marxista”. Contudo, não afirmaremos aqui que estes processos de “descolamento” de fato se concretizaram, porque isso nos exigiria uma análise apurada de um outro período da história capitalista que não está diretamente no escopo dessa dissertação, embora esteja a todo momento em nossa mente: o período do imperialismo capitalista estadunidense, sobretudo após a década de 1970, quando estas relações assumem sua forma atual. A partir de então, *pode* ter se tornado ainda mais evidente o que Rosa afirma, na página 14, sobre a produção capitalista, ou seja que “Assim, a *ampliação da produção no sentido de fabricar-se uma quantidade maior de valores de uso não é necessariamente ainda a reprodução ampliada em termos capitalistas. Inversamente, o capital também pode alcançar um nível mais elevado de mais-valia sem fabricar maiores quantidades de produtos, e isso dentro de certos limites, sem alterar a produtividade do trabalho, ou elevando o grau de exploração (por meio da redução de salários, por exemplo)*” O que em hipótese alguma significa que o trabalho se tornou desimportante para a acumulação, ou que a exploração dos trabalhadores tenha diminuído, ou que, como querem afirmar os apologetas do capital, a luta de classes tenha se encerrado. Muito pelo contrário. Como vimos insistindo desde o princípio, acompanhamos Marx e Engels quando afirmam que o que caracteriza o capital é a indiferença com que são encarados os modos de valorização ou, noutros termos, “o capitalismo é um regime de produção orientado para a busca de riqueza abstrata, da riqueza em geral expressa pelo dinheiro”. Outra forma, complementar a essa, de encarar o mesmo problema é a desenvolvida por Thompson em sua extensa obra sobre a formação da classe trabalhadora na Inglaterra. “A crítica de Thompson, na verdade, é bem mais geral e radical. Ela se dirige ao conjunto da análise de Marx, pelo fato de esta tentar explicar o movimento da relação como um movimento imanente à própria relação e que se esgota nela mesma, de tal forma que, no final das contas, esse movimento já se encontra inscrito (em germe) nas formas iniciais da relação. Assim, a industrialização ou, mais precisamente, a constituição da indústria moderna, não representam senão o resultado da lógica do capital (isto é, da

Mas o ponto crucial da argumentação de Rosa, sua principal contribuição para a compreensão concreta das relações capitalistas, é que – ao contrário do que afirmam seus maus leitores – **para ela, “o complicado problema da acumulação” não pode ser transformado em equações esquemáticas de progressão. O problema da acumulação, da reprodução capitalista, deve ser considerado em suas condições sociais concretas.**⁹⁶

Para que sua mais-valia se capitalize, é necessário que ele [o capitalista] encontre no mercado as formas concretas que pretende dar a seu capital acrescido. Primeiro, precisa dos meios materiais de produção – matérias-primas, máquinas etc – para dar forma produtiva a sua fração de capital constante, recursos que são necessários ao tipo de produção planejado e escolhido por ele. Em segundo lugar, é preciso ainda que a fração de capital destinada a converter-se em capital variável possa empreender também a respectiva transformação. Para tal, antes de tudo, duas coisas são necessárias: que se encontre no mercado de trabalho a mão-de-obra adicional em quantidade suficiente e de acordo com as necessidades do novo capital acrescido; além disso, já que os trabalhadores não podem viver de dinheiro, que no mercado também se encontrem meios adicionais de consumo pessoal passíveis de troca pela fração do capital variável que os novos trabalhadores empregados receberão do capitalista.⁹⁷

Para Rosa, portanto, a questão do consumo dos trabalhadores é extremamente importante, mas não é *todo* o problema da reprodução capitalista. A questão é muito mais complexa. É preciso que se encontrem *condições materiais* para esta reprodução: mão-de-obra, insumos, meios de transformação desses insumos em mercadorias, as próprias mercadorias, dinheiro, meios de se obter esse dinheiro, *etc etc etc*. O problema da “reprodução social total” não é o problema da “demanda efetiva” de Keynes, nem do “subconsumo” de Hobson. A “reprodução social total” é um conceito que ultrapassa em muito o problema das equações do Livro II e que nos remete às complicadas

relação, a relação social da dominação capitalista). (...) “A inversão da explicação pode ser sutil, mas me parece realmente radical. Segundo ela, não seria a industrialização que teria imposto a capitalistas e trabalhadores, com a força de uma lei que regeria suas relações: a busca da mais-valia relativa, como lei da acumulação de capital. Ao contrário, a industrialização seria o resultado de um processo histórico real, como todo processo histórico, único, pouco importando o fato de que, depois, por sua importância e características, ele se tornaria um modelo universal. Para Thompson, a grande indústria moderna é um resultado (histórico) da luta de classes. Como parte fundamental desse processo, poderia ser destacada a própria formação da classe operária.” Sérgio Silva: Thompson, Marx, os marxistas e os outros em *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*: E.P. Thompson, organizadores Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva Campinas, SP Editora da Unicamp 2001(1ª impressão 2001. 2ª reimpressão, 2007) págs 63 e 64.

⁹⁶ Mesma obra, páginas 66 e 67.

⁹⁷ Mesma obra, página 15 e 16.

discussões sobre o “modo de produção da vida”, definidos de maneira exemplar n’A *Ideologia Alemã*, na qual Marx e Engels afirmam que

os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer a história’. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos⁹⁸

Ou seja, enquanto do ponto de vista do capitalista pouco importa o que está sendo produzido contanto que essa coisa qualquer seja apropriada de modo lucrativo, do ponto de vista da sociedade, como do ponto de vista dos capitalistas tomados em seu conjunto, é necessário que haja condições concretas de reprodução. É necessário que sejam encontradas no mercado matérias-primas específicas; gêneros de primeira necessidade para os trabalhadores; máquinas especificamente concebidas para determinado tipo de produção; gentes passíveis de serem transformadas em mão-de-obra assalariada etc. São muitas as dificuldades da reprodução social e nada disso está sob o controle de qualquer capitalista tomado isoladamente.

Assim, a produção e a reprodução capitalistas se desenrolam continuamente entre o lugar de produção e o mercado de produtos, entre as fábricas e escritórios privados (onde é ‘estritamente proibida a entrada de estranhos’ e onde a vontade soberana do capitalista individual é a lei máxima) e o mercado, onde ninguém dita as leis e não se fazem valer nem a vontade, nem a razão. Mas são exatamente a arbitrariedade e a anarquia dominantes no mercado que fazem o capitalista individual sentir sua dependência com relação à sociedade, sua dependência com relação ao conjunto dos elementos produtores e consumidores. Para ampliar sua reprodução, ele necessita de meios de produção e mão-de-obra adicionais, além de meios de subsistência destinados à mão-de-obra; porém a existência desses fatores depende de aspectos, de circunstâncias e de processos que se consumam atrás de suas costas, totalmente independentes dele. Para poder realizar sua massa aumentada de produtos, o capitalista necessita de um mercado mais amplo. Mas uma ampliação efetiva da demanda em geral, especialmente de uma que se refira ao gênero de produto que ele fabrica, constitui um problema que ele é totalmente incapaz de resolver.⁹⁹

O que nos sugere que a ampliação contínua dos mercados de recursos e de pessoas é do interesse comum dos capitalistas, embora não possa ser garantido por nenhum deles. É um típico negócio comum que deve ser gerido, portanto, por um escritório que esteja ao mesmo tempo acima e dentro dos escritórios desses

⁹⁸ Página 33.

⁹⁹ Mesma obra, páginas 16 e 17.

capitalistas. Este problema – gravíssimo! – não se mostra somente em períodos esporádicos, como manifestações de crises cíclicas.

As condições enumeradas, que exprimem todas elas a contradição interna existente entre a produção privada e o consumo, de um lado, e o nexos social de ambos, de outro, não são aspectos novos que apenas surgem no momento da reprodução. *São contradições gerais da produção capitalista.*¹⁰⁰ [grifos nossos]

Essas “contradições gerais da produção capitalista”, que se apresentam do ponto de vista do produtor capitalista como uma sucessão de decisões aparentemente autônomas e independentes, contudo, constituem uma certa unidade, ainda que caótica, porque,

do ponto de vista da sociedade global descobre-se (...) que a existência isolada, autônoma e totalmente independente da empresa capitalista privada expressa apenas uma forma historicamente determinada, enquanto o nexos social se apresenta como o fundamento. Apesar de os capitalistas individuais atuarem totalmente independentes e de faltar por completo qualquer regulação social, o movimento total de todos os capitais realiza-se como um todo unitário.¹⁰¹

O capital social total e seu correspondente, a mais-valia social total não são, portanto, apenas grandezas reais de existência objetiva. Sua relação, o lucro médio, conduz e orienta – mediante o mecanismo da lei do valor – a troca toda, a saber, as relações quantitativas de troca dos tipos particulares de mercadorias, independente de suas relações particulares de valor. Orienta ainda a divisão do trabalho social, ou seja, a atribuição das porções de capital e mão-de-obra correspondentes às diferentes áreas de produção. Dirige e orienta, finalmente, o desenvolvimento da produtividade do trabalho, ou seja, por um lado, a estimulação da aplicação do capital individual ao trabalho pioneiro com o propósito de elevar-se acima do lucro médio, bem como, por outro lado, a extensão dos progressos isolados de cada um em relação à produção total *etc.* em resumo: por meio da taxa média de lucro o capital social total domina por completo o movimento aparentemente independente dos capitais individuais.¹⁰²

Sendo assim, a concepção de que é possível considerar analiticamente os capitalistas em seu conjunto é fundamentada no fato de que é possível apreender os efeitos globais das decisões individuais dos capitalistas tomados em sua totalidade. O que em hipótese nenhuma significa, como Kalecki acusa levianamente, que Rosa esteja afirmando que, em algum momento, “essas decisões são tomadas pela classe capitalista como um todo”¹⁰³. Ela não diz que os capitalistas se encontram e combinam

¹⁰⁰ Mesma obra, mesma página.

¹⁰¹ Mesma obra, página 39.

¹⁰² Mesma obra, mesma página.

¹⁰³ “Ao considerar a tomada de decisões de investimento por parte dos capitalistas, ela de algum modo supõe que essas decisões são tomadas pela classe capitalista como um todo. E essa classe se frustra pelo conhecimento de que não há um mercado final para o excedente de bens correspondente à acumulação; portanto, por que investir?” *O problema da demanda efetiva em Tugan-Baranovski e Rosa Luxemburg*, em *Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas* (1990), Editora Hucitec, São Paulo, organizado por Jorge Miglioli.

suas estratégias conjunta e aprioristicamente, mas que é possível, analiticamente, concebermos os resultados das ações de todos os capitalistas e, mais que isso, por meio da taxa média de lucro, como vimos, as ações desses capitalistas produz efeitos concretos sobre todo o sistema capitalista.

Destarte, para que a acumulação capitalista seja viável, a despeito da ausência de planejamento, faz-se necessário que, em alguma medida, sejam oferecidas aos capitalistas as *garantias* de que encontrem no mercado condições de acumulação concretas como meios de produção e força de trabalho “não apenas em geral, mas em progressão determinada, que corresponda a seus avanços na acumulação”¹⁰⁴. Essas *condições gerais de acumulação* não podem ser encaradas pelos capitalistas com indiferença. Meios de produção abstratos, matérias primas abstratas e trabalhadores abstratos não executam a produção. É preciso que sejam oferecidas no mercado máquinas específicas que trabalham com materiais específicos operadas por trabalhadores que tenham conhecimentos específicos e condições concretas de operar essas máquinas. A composição material, concreta, histórica dos meios de produção são condições indispensáveis à produção.

*Somos, assim, levados para novo domínio: do campo das relações puras do valor para o dos aspectos materiais da questão [grifos nossos]. O que passa a importar agora é a forma de uso do produto social total. O que é para o capitalista individual totalmente indiferente, torna-se uma preocupação séria, para o conjunto deles. Enquanto pouco importa ao capitalista individual se a mercadoria que ele produz é uma máquina, açúcar, adubo artificial ou um jornal da intelectualidade livre-pensadora, desde que seu capital retorne, junto com a mais-valia, por outro lado, para o conjunto dos capitalistas, é extremamente importante que seu produto total tenha uma forma determinada de uso, de modo que possa encontrar, nesse produto total, três coisas: meios de produção para a renovação do processo de trabalho, meios simples de consumo pessoal para o sustento da classe trabalhadora e meios de consumo de melhor qualidade e o respectivo luxo para a manutenção do universo de capitalistas propriamente ditos. [...] Para a reprodução do capital individual só interessavam as relações de valor, dadas como pressupostas as condições concretas da troca de mercadorias. Na reprodução do capital total reúnem-se relações de valor com aspectos concretos. Aliás, é claro que o capital individual só pode ocupar-se exclusivamente com aspectos puros de valor, sem levar em consideração as condições materiais, na medida em que o capital total, pelo contrário, responda pelos aspectos materiais.*¹⁰⁵

¹⁰⁴ Mesma obra, páginas 17 e 18. “A certa altura do desenvolvimento essa contradição só poderá ser resolvida pela aplicação dos princípios do socialismo – daquela forma de economia que por sua natureza é ao mesmo tempo um sistema internacional e harmônico, por não visar à acumulação, mas à satisfação das necessidades vitais da própria humanidade trabalhadora, por meio do desenvolvimento de todas as forças produtivas do planeta.” Página 320.

¹⁰⁵ Mesma obra, página 41.

Somente garantidas as condições materiais é possível que o capital individual possa se ocupar dos aspectos puros do valor. Somente garantidas as condições atuais de reprodução é possível que existam as condições futuras da reprodução. “A produção da própria vida material é, sem dúvida, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos”.

Com essa questão sobre o trabalho anterior, base para todo o trabalho atual, remontamos, pois, ao *princípio dos princípios*, que vale tão pouco para o desenvolvimento econômico do homem, quanto para o desenvolvimento natural da matéria. O esquema de reprodução não pretende e não deve representar a fase inicial, o processo social em seu *status nascendi*, mas deve captá-la em seu fluxo, como elo na ‘infinita cadeia da existência’. O trabalho anterior já realizado é sempre o pressuposto do processo social da reprodução, por mais que remontemos ao passado. Assim como o trabalho social não tem fim, também não tem princípio. As origens dos fundamentos do processo de reprodução perdem-se na aurora legendária da cultura humana, na qual também perdeu-se a história da origem do lago Méris contada por Heródoto. Com o progresso técnico e o desenvolvimento da cultura humana, altera-se a configuração dos meios de produção; objetos paleolíticos toscos são substituídos por instrumentos polidos, instrumentos de pedra por elegantes objetos de bronze e ferro, ferramentas manuais por máquinas a vapor. Mas qualquer que seja a variação das formas dos meios de produção e das formas sociais do processo de produção, a sociedade possui sempre determinada quantidade de trabalho anterior materializado por fundamento de seu processo de trabalho, trabalho que lhe serve de base para a reprodução anual.¹⁰⁶

Como Rosa nos lembra, a questão do trabalho anterior é uma questão que perpassa toda a história humana desde que superada a fase meramente extrativista. Nada disso é específico do capitalismo. O que é específico do capitalismo é que os trabalhadores que agora se apresentam ao mercado são trabalhadores “livres como pássaros”; “livres para morrer de fome”. E a partir do momento em que os trabalhadores se subordinaram às classes dirigentes de modo “livre”, a partir do momento em que foram transformados em mercadoria, a relação de produção das coisas da vida passaram a ser mediados pelo dinheiro. Essa relação, que hoje parece tão natural, é uma relação especificamente capitalista. Não que não existisse pagamentos por trabalho – estão aí os mercenários para provar que essa prática sempre foi recorrente.

¹⁰⁶ Mesma obra, página 46. “No modo de produção capitalista o trabalho passado da sociedade que é acumulado nos meios de produção assume a forma de capital; a questão sobre a origem do trabalho passado, que constitui o fundamento do processo de reprodução, transforma-se na questão da gênese do capital. Isso é evidentemente muito menos legendário; insere-se muito mais com letras de sangue na história moderna como capítulo da chamada acumulação primitiva”.

Mas a submissão geral e irrestrita da grande massa de trabalhadores aos donos do trabalho por meio do dinheiro não é trivial¹⁰⁷. Se antes existia um estatuto diferenciado gerido pelo nascimento, pelas relações pessoais, por privilégios divinos, agora todos se relacionam de maneira supostamente igualitária. Basta ter dinheiro. O empregador se relaciona com o empregado por meio do dinheiro. E vice-versa.

Socialmente e dentro do processo de reprodução tudo se desenvolve como se aos operários fosse dado um simples vale para a retirada de determinados meios de consumo pessoal, meios que lhe são normalmente atribuídos em todas as sociedades, independentemente de suas formas históricas de produção. [...] A venda de energia de trabalho e a livre compra dos meios de consumo pessoal pelos trabalhadores são os aspectos decisivos do modo de produção capitalista. ambas se expressam e são mediadas pela *forma de dinheiro* [...].¹⁰⁸

Mas precisamos sempre lembrar que o dinheiro que é propriedade do capitalista é muito diferente do dinheiro do trabalhador.

Em mãos do operário, o dinheiro se encontra apenas temporariamente, a fim de intermediar a troca de forma do capital variável, da forma de dinheiro para sua forma natural; no entanto, em mãos capitalistas o dinheiro se apresenta como parte de seu capital, e, como tal, deve sempre retornar aos mesmos. [...] depois de efetivar-se a circulação o dinheiro retorna sempre a seu ponto de partida, de maneira que após a troca recíproca todos os capitalistas terão realizado duas coisas. Primeiro, terão trocado seus produtos cuja forma natural lhes era indiferente por outros produtos cuja forma natural lhes seja necessária, quer fossem meios de produção, quer fossem meios de consumo. Segundo, terão em mão de novo o dinheiro que eles próprios puseram em circulação para intermediar esses atos de troca [...] Do ponto de vista da circulação simples de mercadorias isso é um fenômeno incompreensível. [...] Mas ela em si é mais do que a simples troca de mercadorias; é circulação de capital.¹⁰⁹

Mas, se para acumular faz-se necessário este “trabalho morto” e quantidades adicionais de dinheiro para realizar uma produção constantemente maior, é preciso que os capitalistas encontrem sempre uma quantidade de dinheiro a mais a cada etapa da produção. Considerando que os trabalhadores não podem ser mais explorados do que já são, porque a redução dos salários encontra como limites a própria sobrevivência do trabalhador e de seus dependentes (trabalhadores do passado ou do futuro), a acumulação crescente de capital não pode se dar às custas da exploração ilimitadamente maior deste trabalhador porque isso o levaria ao esgotamento do meio

¹⁰⁷ “Na verdade, o dinheiro e a produção de dinheiro, assim como a troca e a produção de mercadorias, são muito mais antigos do que o modo de produção capitalista. Mas é somente neste último que a circulação de dinheiro tornou-se pela primeira vez a forma geral da circulação social.” Rosa, mesma obra, página 53.

¹⁰⁸ Mesma obra, página 49.

¹⁰⁹ Mesma obra, página 51. Como resumiria mais tarde Kalecki, “os trabalhadores gastam o que ganham enquanto os capitalistas ganham o que gastam.”

de produção “gente”¹¹⁰. Sendo assim, neste esquema da reprodução de Marx, não é possível explicar como a acumulação se dá concretamente, porque falta uma explicação decisiva de como se repõe o dinheiro e as demais fontes de recursos necessárias à produção. Rosa nos mostra – nas páginas 78 e 79 – como Marx percebe que não é possível que a sociedade se componha exclusivamente de trabalhadores assalariados e capitalistas quando analisa outras possíveis fontes de rendimentos como soldados, burocratas, médicos, padres e prostitutas. Para ele mesmo, essas “classes” funcionariam na explicação como mero subterfúgio teórico uma vez que não produzem dinheiro, mas atuam simplesmente na esfera da circulação.

Essa questão, a da reprodução da sociedade, não é somente uma questão teórica. É uma questão crucial para o entendimento de como a sociedade continua sobrevivendo. Não pode ser tratado como “uma grandeza imaginária, uma grandeza cientificamente tão fundamentada e imprescindível quanto a $\sqrt{-1}$ para a Matemática”¹¹¹. Assim como, durante muito tempo, os cientistas se depararam com a insolubilidade teórica de problemas concretos como a eletricidade, que teimavam em acontecer à revelia dos malabarismos intelectuais que os negavam, os homens e as mulheres continuam comendo, se vestindo, indo à escola, à revelia do esquema de acumulação que não explica de onde vem o dinheiro. Se o esquema é incapaz de explicar uma questão crucial, o problema está no esquema.

Acompanhando o raciocínio de Marx no livro II de *O Capital* de perto, passo a passo, Rosa conclui com ele que “todas as tentativas de encontrar uma nova fonte de dinheiro, objetivando a acumulação, resultaram infrutíferas”¹¹² porque “a realização da mais-valia fora das duas únicas classes que existem na sociedade tanto parece necessária quanto impossível. A acumulação do capital entrou em um círculo vicioso.” “O volume II de *Das Kapital* não nos fornece igualmente nenhuma solução para o problema.”¹¹³

¹¹⁰ A não ser que a sobrevivência do trabalhador não passe mais pela produção, mas por outras formas quaisquer de renda, como bolsas famílias e afins...

¹¹¹ Mesma obra, página 100.

¹¹² Mesma obra, página 92.

¹¹³ Mesma obra, página 102.

Mas o que Rosa procura demonstrar é que Marx não poderia encontrar a resposta para as fontes do dinheiro, porque essa era uma pergunta *formulada* de modo equivocado.

A nosso ver, a análise de Marx ressentiu-se da tentativa feita de se resolver o problema partindo da pergunta equivocada sobre as 'fontes de dinheiro'. Na realidade, no entanto, a questão envolve a demanda efetiva, a utilização possível da mercadoria, e não as fontes do dinheiro para o respectivo pagamento.¹¹⁴

Examinemos a síntese de Rosa sobre o esquema de reprodução ampliada presente no livro II de O Capital.

Para quem produzem os capitalistas quando não consomem ou se abstêm, ou seja, quando acumulam? Há razão menor ainda para afirmar-se que o objetivo da acumulação ininterrupta do capital seja a manutenção do contingente cada vez maior de operários. Do ponto de vista capitalista, o consumo dos operários é uma consequência da acumulação, jamais seu fim ou pressuposto, sob pena de subversão total das bases da produção capitalista. De qualquer forma, os operários não podem consumir um centavo a mais além da parte do produto que corresponde ao capital variável. Quem realiza, então, a mais-valia, que cresce sem parar? O esquema responde: são os capitalistas e somente eles. E o que fazem com essa mais-valia crescente? O esquema responde: usam para ampliar sua produção cada vez mais. Esses capitalistas são, portanto, fanáticos adeptos da ampliação da produção, por amor à própria ampliação da produção. Mandam construir máquinas novas para, com elas, construírem outras máquinas novas. Daí não resulta uma acumulação de capital, mas uma produção crescente de meios de produção, sem nenhuma finalidade.¹¹⁵

Os capitalistas não podem produzir somente pela produção porque isso seria absolutamente contrário às leis gerais do capitalismo. Lembremos: o capitalismo é um sistema que produz para acumular mais-valia. Não é um sistema que produz para satisfazer as necessidades materiais de uma massa cada vez maior de operários ou os luxos crescentes de uma alta aristocracia. Deste modo, o esquema marxista da acumulação – no qual os capitalistas produzem para aumentar a produção – entra em contradição com pilares fundamentais do marxismo – em que os capitalistas produzem pelo lucro¹¹⁶. Além disso, o esquema não explica características fundamentais da economia sob o modo de produção capitalista – como o crescimento heterogêneo e “por saltos” da produção – e, portanto, não entra em contradição somente com a

¹¹⁴ Mesma obra, página 95.

¹¹⁵ Mesma obra, página 231.

¹¹⁶ Mesma obra, páginas 231 e seguintes.

“teoria” marxista, mas também com a realidade e com a história desse modo de produção¹¹⁷.

A conclusão de Rosa é cabal: ou se acredita que a sociedade funciona conforme o esquema marxista de reprodução ampliada ou conforme aquelas que Marx descreve como leis fundamentais do capital.

Desde que existam os meios de produção, ou seja, uma acumulação suficiente de capital, a acumulação de mais-valia não encontra outro limite senão o da população operária, posto que, para essa população de trabalhadores, não exista, além da taxa de mais-valia (ou do grau de exploração do trabalho estabelecido), nenhum outro limite imposto. O processo de produção capitalista consiste essencialmente na produção de mais-valia, representada pelo mais-produto ou pela parte alíquota das mercadorias produzidas na qual o trabalho não-pago se materializa. Não devemos esquecer jamais que a produção dessa mais-valia e a reconversão de parte dela em capital, ou em acumulação, constituem parte integrante dessa produção de mais-valia, razão imediata e determinante da produção capitalista. Por isso, não se deve representá-la jamais como uma coisa que ela não é, ou seja como produção que teria por objeto imediato o luxo ou a produção de meios de consumo para os capitalistas (e menos ainda para os operários). Assim, estaríamos deixando de atentar para o caráter específico da produção capitalista, inerente à sua forma intrínseca.

A obtenção de mais-valia determina o processo imediato de produção, processo que, como dissemos, não apresenta nenhum outro limite além dos acima referidos. Assim que a quantidade de mais-trabalho extraída se materializa em mercadorias, efetivou-se a mais-valia. Com a produção da mais-valia, apenas se encerra o primeiro ato do processo de produção capitalista, o processo imediato da produção. No caso, o capital terá absorvido certa quantidade de trabalho. Com o desenrolar do processo, o qual se expressa pela queda da taxa de lucro, cresce desmesuradamente a massa de mais-valia assim produzida. Vem em seguida o segundo ato do processo. O volume total de mercadorias, ou seja, o produto total – tanto a parte que repõe o capital constante e o capital variável, quanto a parte que representa a mais valia –, tem que ser vendido. Caso isso não ocorra, ou ocorra só em parte, ou ainda ocorra por preços que se situem abaixo do preço de produção, o operário terá sido explorado de fato, mas essa exploração, em si, não se terá realizado como tal, para os capitalistas, podendo implicar na não-realização ou apenas realização parcial da mais-valia extorquida, com a eventual perda total ou parcial do capital. As condições da exploração direta e as de sua realização não são idênticas. Elas não coincidem espacial e temporalmente, nem conceptualmente. Uma são limitadas apenas pela força produtiva da sociedade, outras pela proporcionalidade dos vários ramos de produção e pela capacidade de consumo da sociedade. Esta última não é, porém, determinada pela capacidade absoluta de produção, nem pela capacidade absoluta de consumo, mas pela capacidade de consumo que existe com base em condições antagônicas de distribuição, as quais reduzem o consumo da grande massa

¹¹⁷ “O esquema pressupõe, pois, um movimento do capital total, um movimento que se contrapõe ao andamento real do desenvolvimento capitalista. A história do modo de produção capitalista caracteriza-se, logo à primeira vista, por dois fatos: por um lado, pela expansão periódica, por saltos, do campo integral da produção e, por outro, pelo desenvolvimento altamente heterogêneo dos ramos distintos da produção. A história da indústria algodoeira inglesa, ou seja, o capítulo que melhor caracteriza a história do modo de produção capitalista desde o primeiro quarto do século XVIII até os anos 70 do século XIX, parece totalmente inexplicável sob o prisma do esquema marxista.” Mesma obra, página 236.

social a um mínimo entre limites de variação mais ou menos restritos. Ela é, além disso, limitada pela tendência de aderir à acumulação mais ampla. É a lei da produção capitalista, que se revela por meio das revoluções nos próprios métodos de produção, de que resultam, em consequência, as desvalorizações constantes do capital existente, a luta entre os concorrentes, a necessidade de aprimorar a produção e ampliar sua escala, e isso simplesmente para garantir a sobrevivência sob a pena de total ruína.¹¹⁸

Em suma:

Por isso o mercado tem que ser continuamente ampliado, de modo que seu nexos causal e suas condições reguladoras assumam cada vez mais a feição de lei natural independente de produtores e se tornem cada vez mais incontroláveis. A contradição interna procura equacionar-se mediante a ampliação do campo externo da produção. Mas, quanto mais se desenvolve a força produtiva, mais ela entra em contradição com a estreita base sobre a qual repousam as relações de consumo. Sobre essa base contraditória, não constitui nenhuma contradição associar excesso de capital com excesso crescente de população, pois, se a junção de ambos aumentaria a massa de mais-valia produzida, dessa maneira iria crescer também a contradição entre as condições de produção da mais-valia e as de sua realização.¹¹⁹

e também por isso as contradições da economia capitalista são impossíveis de serem resolvidas com o aumento da base de consumo. Com a expansão das relações de produção e consumo capitalistas, as contradições capitalistas são somente repostas.

Acontece que, na análise concreta da história, “não existe, nem existiu jamais, nenhuma sociedade capitalista que estivesse submetida ao domínio exclusivo da dominação capitalista”¹²⁰. O que faz com que o capitalismo seja a força mundial mais relevante do ponto de vista do entendimento das relações globais é que ele é a relação social predominante; aquela que consegue subordinar, por meio do imperialismo, formas tradicionais que vão desde o extrativismo até trabalho escravo, passando pelo tráfico de mercadorias “ilegais” e uma série de outras formas de “produzir” riqueza que não cabem no esquema de acumulação que Marx apresenta no livro II de *O Capital*. Sendo assim, a apreciação crítica da obra de Marx tomada em seu conjunto demonstra á Rosa que

É exatamente a análise global da reprodução simples em Marx, bem como a característica do processo capitalista total, que, com suas contradições internas e a evolução das mesmas (descritas no volume III de *Das Kapital*), contém implicitamente uma solução para o problema da acumulação, em consonância com as demais partes da doutrina marxista, com a experiência histórica e com a

¹¹⁸ Marx, *O Capital*, Livro III citado em Rosa, mesma obra, págs. 236 e 237.

¹¹⁹ Mesma obra, mesmas páginas.

¹²⁰ Mesma obra, página 239.

práxis cotidiana do capitalismo, oferecendo assim a possibilidade de se complementarem as insuficiências do esquema. O próprio esquema da reprodução ampliada, depois de examinado mais de perto, nos aponta em todos os sentidos, e transcendendo as próprias relações, para relações que se situam fora da produção capitalista e da acumulação¹²¹.

Mas quem são esses “outros”, esses “de fora da produção capitalista”? Tanto faz, desde que não sejam nem operários assalariados, nem capitalistas e muito menos aquelas “terceiras pessoas” (padres, reis, soldados, médicos, prostitutas etc). Tanto faz desde que não estejam ainda incorporados ao sistema capitalista; mas possam, neste processo, se tornarem subordinados a ele e tenham suas relações tradicionais de exploração substituídas por relações capitalistas. É uma das contradições mais características da reprodução capitalista que o seu desenvolvimento – que se dá, portanto, com a transformação de zonas não-capitalistas em zonas capitalistas – seja limitado pela sua própria expansão. Quanto mais zonas são transformadas em zonas capitalistas, maior a dificuldade de ampliar e, portanto, manter o sistema capitalista de exploração, que não existe senão na sua infinita expansão. Deste modo, “... não há razão alguma que nos obrigue a admitir que todos os meios de produção exigidos e os meios de consumo resultantes devam ser fabricados de modo capitalista”¹²². Aliás,

o próprio caráter da produção capitalista exclui, além do mais, a produção dos meios de produção que se restrinja ao modo capitalista. Um dos meios essenciais de que o capital individual dispõe para elevar a taxa de lucro encontra-se em sua tendência de baratear os elementos do capital constante. Sendo o método mais importante da elevação da taxa de mais-valia, o aumento incessante da produtividade do trabalho implica e se vincula, por outro lado, à utilização ilimitada de todas as matérias e condições que a Natureza e a terra põem à sua disposição. Nesse sentido e em função de sua natureza e de sua forma de existência, o capital não admite nenhuma limitação. Depois de vários séculos de desenvolvimento, o modo de produção propriamente dito abrange, até o momento, apenas uma fração da produção total da Terra...¹²³

Temos aqui finalmente um esboço de nossas perguntas iniciais. Por que a mera pilhagem foi insuficiente? Por que era necessária a destruição das economias locais e a incorporação destas mesmas *no sistema capitalista* obrigando-as, em alguma medida, a substituir as formas tradicionais de exploração de mão-de-obra e recursos por *formas capitalistas de exploração*? Por que o capitalismo é necessariamente imperialista?

¹²¹ Mesma obra, página 241.

¹²² Mesma obra, página 245.

¹²³ Aqui encontramos mais um indicativo de que *talvez* precisemos reformular ainda mais nossas concepções sobre o capitalismo a partir de 1970.

Conforme desenvolvido pela Rosa, a acumulação capitalista precisa constantemente da incorporação de novas áreas, novos recursos e novas pessoas (condições concretas de acumulação) porque fechado em si mesmo ele enfrentaria um limite intransponível: a exploração dos trabalhadores atingiria um nível muito acima do suportável, e que, inclusive, ameaça a sua própria subsistência.

Em sua ânsia de apropriação das forças produtivas com vistas à exploração, o capital esquadrinha o mundo inteiro, procura obter meios de produção em qualquer lugar e os tira ou os adquire de todas as culturas dos mais diversos níveis, bem como de qualquer forma social. A questão dos elementos materiais da acumulação do capital está longe de encontrar-se resolvida pela forma material da mais-valia de cunho capitalista; essa questão, pelo contrário, vem-se transformando em outra totalmente diferente. Para o emprego produtivo terrestre todo a fim de ter uma oferta quantitativa e qualitativamente ilimitada no condizente aos respectivos meios de produção.¹²⁴

O capital necessita cada vez mais de “recursos” naturais e “humanos”, porque não aceita limitações de qualquer tipo à sua sede acumulativa. Por onde se espalham as relações capitalistas, o grau de exploração da terra, dos minérios, do solo e de todos os outros “recursos” é elevado à enésima potência. Sendo a parte fundamental de um sistema de concorrência que não admite que ele se comporte de outro modo, o capital necessita de recursos materiais cada vez mais baratos. A concentração, a centralização, a acumulação agigantada em processos de cartéis, trustes e holdings, as megacorporações que Marx, Lenin, Hilferding e Rosa já enunciavam são provas irrefutáveis disso. Por fim, mas não menos importante, o capital necessita também do barateamento de um recurso decisivo na produção: gente. Para explorar a taxas altíssimas com salários irrisórios, mas também para impor por meio do desemprego funcional (exército industrial de reserva) a suas próprias classes trabalhadoras um nível de salário que não limite a acumulação.

O capital já nasce com o germe do imperialismo e jamais poderá se livrar dele. Em todo lugar, o capital destrói as formas de vida das pessoas e as subjuga por meio das relações capitalistas. Os proprietários dos meios de produção são deles destituídos ou levados a se tornarem capitalistas e os trabalhadores são transformados em assalariados ou desempregados, as duas faces da mesma moeda: a exploração de classes capitalista.

¹²⁴ Mesma obra, página 246.

O capital, mesmo em sua plena maturidade, não pode prescindir da existência concomitante de camadas e sociedades não-capitalistas. Essa relação não se esgota com a mera questão do mercado existente para o 'produto excedente', como a formulavam Sismondi e posteriormente os críticos da acumulação capitalista e os céticos que dela duvidavam. Em função de suas relações de valor e de suas relações de natureza material, o processo de acumulação do capital está vinculado, por meio do capital constante, do capital variável e da mais-valia a formas de produção não-capitalistas. Essas formas constituem o meio histórico que assiste ao desenrolar desse processo. Verdade é que, por si só, a hipótese do domínio geral e exclusivo do capital não basta para que a acumulação do capital se configure como tal, uma vez que sem o meio não-capitalista ela se torna inconcebível sob todos os pontos de vista.¹²⁵

Eis a expressão contraditória do imperialismo capitalista: se o capital efetivar sua tendência de englobar todas as relações sob sua lógica – transformando a todos em proletários ou capitalistas – a acumulação torna-se impossível e a luta de classes necessariamente atinge o seu paroxismo.

Alcançado o resultado final – que continua sendo uma simples construção teórica – a acumulação torna-se impossível: a realização e a capitalização da mais-valia transformam-se em tarefas insolúveis. No momento em que o esquema marxista corresponde, na realidade, à reprodução ampliada, ele acusa o resultado, a barreira histórica do movimento de acumulação, ou seja, o fim da produção capitalista. A impossibilidade de haver acumulação significa, em termos capitalistas, a impossibilidade de um desenvolvimento posterior das forças produtivas e, com isso, a necessidade objetiva, histórica, do declínio do capitalismo. Daí resulta o movimento contraditório da última fase, imperialista, como período final da trajetória histórica do capital.¹²⁶

O capitalismo é a primeira forma econômica capaz de propagar-se vigorosamente: é uma forma que tende a estender-se por todo o globo terrestre e a eliminar todas as demais formas econômicas, não tolerando nenhuma outra a seu lado. Mas é também a primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas de que se alimentar; que, tendendo a impor-se como forma universal, sucumbe por sua própria incapacidade intrínseca de existir como forma de produção universal. O capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição.¹²⁷

Essa contradição se expressa nas mais variadas formas. Por um lado, na alternância entre uma suavização das explorações de classes no centro e o seu posterior acirramento. Por outro, na colonização seguida dos processos de “independência” que acabaram por somente rearranjar os sistemas de dominação noutras bases. Por fim, nas guerras entre as grandes potências. Para que possamos

¹²⁵ Mesma obra, página 250.

¹²⁶ Mesma obra, página 285.

¹²⁷ Mesma obra, página 320.

entender cada uma delas, notamos que a idéia de que existem regiões “internas” e outras “externas” carece de uma conceitualização não exatamente convencional.

O mercado interno e o mercado externo desempenham, sem dúvida, papel importante e inconfundível na evolução do desenvolvimento capitalista, não como conceitos de Geografia Política, mas como conceitos de Economia Social. Do ponto de vista da produção capitalista o mercado interno é mercado capitalista, uma vez que essa produção é consumidora de seus próprios produtos e fonte geradora de seus próprios elementos de produção. Mercado externo é para o capital o meio social não-capitalista que absorve seus produtos e lhe fornece elementos produtivos e força de trabalho. Do ponto de vista econômico, a Alemanha e a Inglaterra constituem, em sua troca recíproca, uma para a outra, mercados capitalistas internos, enquanto as trocas entre as indústrias alemãs e seus consumidores e produtores camponeses alemães representam, para o capital alemão, relações de mercado externo. [...] No intercâmbio capitalista interno pode-se, no melhor dos casos, realizar apenas partes determinadas do produto social total: o capital constante utilizado, o capital variável e a parte consumida da mais-valia. Em contrapartida, a parte da mais-valia que é destinada à capitalização tem de ser realizada “externamente”. Apesar de a capitalização da mais-valia ser o objeto específico e a mola propulsora da produção, a renovação dos capitais constante e variável (assim como da parte consumível da mais-valia) constitui, por outro lado, a base ampla e pré-condição da produção. E se com o desenvolvimento internacional do capital a capitalização da mais-valia se torna a cada instante mais urgente e precária, de modo absoluto enquanto massa, bem como em relação à mais-valia, essa base de capital constante e variável, por sua vez, também se torna cada vez maior. Daí o fato contraditório de os antigos países capitalistas representarem, um para o outro, mercados cada vez maiores e imprescindíveis, e se digladiarem ao mesmo tempo mais intempestivamente na qualidade de concorrentes em função de suas relações com os países não-capitalistas – são típicas, nesse sentido, as relações entre Alemanha e Inglaterra. As condições de capitalização da mais-valia e as condições de renovação do capital total cada vez mais entram em contradição [...]¹²⁸

¹²⁸ Hilferding, mesma obra, página 252. A seguinte ilustração, bastante precisa da ambígua relação entre Alemanha e Inglaterra é do pensador britânico John Maynard Keynes em *As consequências econômicas da paz*, (1919), São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Editora da UNB, 2002. páginas 10 e 11. “O sistema econômico do continente dependia principalmente da Alemanha como base central de apoio, da sua prosperidade e iniciativa. O crescimento da Alemanha propiciava aos vizinhos um mercado para os seus produtos, em troca dos quais o espírito empreendedor dos comerciantes alemães lhes proporcionava o que era necessário para manter os preços baixos. Os dados estatísticos sobre a interdependência da Alemanha e dos seus vizinhos são reveladores. A Alemanha era o melhor cliente da Rússia, Noruega, Holanda, Bélgica, Suíça, Itália e Áustria-Hungria; o segundo melhor cliente da Grã-Bretanha, Suécia e Dinamarca; e o terceiro melhor cliente da França. Era a maior fonte de suprimento da Rússia, Noruega, Suécia, Dinamarca, Holanda, Suíça, Itália, Áustria-Hungria, Romênia e Bulgária; e a segunda maior fonte de suprimento da Grã-Bretanha, Bélgica e França. No caso da Inglaterra, exportávamos mais para a Alemanha do que para qualquer outro país, com exceção da Índia; e importávamos mais da Alemanha do que de qualquer outro país, excetuados os Estados Unidos. Todos os Estados europeus, exceto aqueles situados a Oeste da Alemanha, tinham mais de uma quarta parte do seu comércio exterior dirigida para aquele país. No caso da Rússia, Áustria-Hungria e Países Baixos essa proporção era muito maior. A Alemanha não só comerciava com esses países como supria uma grande parte do capital necessário para o desenvolvimento de alguns deles. Do investimento externo alemão antes da guerra, totalizava 1.250 milhões de libras esterlinas, quase 500 milhões estavam investidos na Rússia, Áustria-Hungria, Bulgária, Romênia e Turquia. Com o sistema de ‘penetração pacífica’ os alemães levavam a esses países não só o capital, mas a organização de que eles também necessitavam. Assim, toda a Europa, do Leste do Reno estava incluída na órbita industrial da Alemanha, e sua vida econômica estava ajustada a essa situação.”

Deste modo, para Rosa, concordando com Lenin, não é possível pensar na possibilidade concreta de as grandes potências cooperarem senão por um período de tempo limitado. O capitalismo é um sistema econômico essencialmente concorrencial. O equilíbrio vale enquanto nenhuma das potências envolvidas conseguir, por meio do desenvolvimento das forças produtivas, aumentar seu poder de projeção internacional. Noutros termos, o expansionismo faz parte do cálculo essencial das grandes potências. Quando houver capital acumulado incapaz de se valorizar em seu próprio país, as potências responsáveis pelos negócios comuns da exploração capitalista necessariamente recorrerão a formas violentas de expropriação da periferia. Como em qualquer mercado, os concorrentes não poderão, dessa maneira, se comportar de maneira passiva e estarão, necessariamente, em estado de guerra.

A esperança de um desenvolvimento pacífico da acumulação do capital, no qual 'o comércio e a indústria prosperariam em paz', a ideologia manchesteriana ofensiva da harmonia de interesses entre as nações mercantilistas do mundo – que constitui a outra face da harmonia de interesses entre o capital e o trabalho – provém do período romântico da Economia Política clássica e parece encontrar confirmação prática na breve era do livre-cambismo da Europa, nos anos 60 e 70. Essa esperança baseava-se no falso dogma da escola livre-cambista inglesa, segundo o qual a única condição e pressuposto da acumulação de capital seria a troca de mercadorias, identificando-se a economia mercantil com a acumulação de capital.¹²⁹

A esperança de que, como base para a acumulação, o capitalismo pudesse reduzir-se exclusivamente à 'concorrência pacífica', isto é, a forma natural de comércio, assim como é praticado entre países produtores capitalistas, baseia-se na ilusão de que a acumulação capitalista pode prescindir das forças produtivas e, sem a demanda de formações mais primitivas, contar apenas com o processo interno e lento de desintegração da economia natural. Assim como a acumulação capitalista não se dispõe a aguardar o crescimento natural da população operária, devido à sua capacidade de expansão por saltos repentinos, da mesma forma ela também não se dispõe a esperar a lenta e natural das formas não-capitalistas e por sua transição para a economia mercantil. O capital não conhece outra solução senão a da violência, um método constante da acumulação capitalista no processo histórico, não apenas por ocasião de sua gênese, mas até mesmo hoje.¹³⁰

Se o capitalismo, portanto, vive de formas econômicas não-capitalistas, vive, a bem dizer, e mais exatamente, da ruína dessas formas. Considerada historicamente, a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalistas e os não-capitalistas. Sem esses modos a acumulação não pode efetuar-se. Sob esse prisma, ela consiste

¹²⁹ Mesma obra, página 305. Esse assunto é de crucial importância e será desenvolvido detalhadamente no capítulo II dessa dissertação.

¹³⁰ Mesma obra, página 255. Analisamos a perenidade dos processos de acumulação primitiva em nosso trabalho supracitado, elaborado em parceria com Julierme Gomes Tosta e disponível em sua versão integral nos anais dos Colóquios Marx Engels realizados pelo Cemarx da Universidade Estadual de Campinas.

na mutilação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações não-capitalistas, nem permite que estas sobrevivam a seu lado. Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem condições de existência da acumulação de capital.¹³¹

Esse predatismo com que as grandes potências procuram devorar a periferia se deve, como já vimos, às próprias regras da acumulação capitalista. Primeiramente, para potencializar a capacidade de concorrência das grandes potências, na medida em que na periferia, por haver escassez de dinheiro em relação ao centro, este consegue obter maior vantagem na compra de recursos baratos. Por outro lado, a acumulação necessita das áreas periféricas porque existe um problema gravíssimo que o capital inscrito somente em relações capitalistas é incapaz de resolver por si mesmo: o problema da demanda efetiva global, necessária para garantir o crescimento da produção capitalista em termos capitalistas. Mas como resolver o complexo problema da necessária expansão das relações capitalistas para outras regiões? Rosa se detém na explicação de duas formas específicas dentre muitas outras que poderiam acontecer: o militarismo e os empréstimos internacionais.

O militarismo desempenha, na história do capital, uma função bem determinada. Ele acompanha os passos da acumulação em todas as suas fases históricas. No período da chamada 'acumulação primitiva', ou seja, nos primórdios do capital europeu, o militarismo desempenhou papel decisivo na conquista do Novo Mundo e dos países fornecedores de especiarias das Índias; desempenhou-o também mais tarde, na conquista das colônias modernas, na destruição das comunidades sociais das sociedades primitivas e na apropriação de seus meios de produção, na imposição violenta do comércio aos países cuja estrutura social constituía um obstáculo à velha economia mercantil, na proletarianização forçada dos nativos e na instituição do trabalho assalariado nas colônias, na formação e extensão de áreas de influência do capital (europeu em regiões não-européias), na imposição de concessões de ferrovias a países atrasados, na execução das dívidas resultantes de empréstimos internacionais do capital europeu e, finalmente, como instrumento da concorrência entre os países capitalistas visando à conquista de culturas não-capitalistas.¹³²

Como Rosa faz questão de lembrar¹³³, o exército é, antes de qualquer outra coisa, um mecanismo de dominação de classe. Se o Estado não garantisse a subordinação em última instância dos trabalhadores às leis que garantem o funcionamento da economia capitalista – sobre todas as outras o direito à propriedade

¹³¹ Mesma obra, página 285.

¹³² Mesma obra, página 311.

¹³³ Mesma obra, página 312.

privada dos meios de produção – os capitalistas precisariam dispende uma parte de sua mais-valia para a contratação de capangas e outras formas de feitoria¹³⁴.

Por fim, o militarismo exerce uma função que nenhuma outra fração do mercado capitalista é capaz de exercer. Estando completamente subordinado ao Estado e à sua vontade e contando com uma concentração altíssima de recursos, de volume e de tecnologia, trata-se de uma ferramenta importantíssima para atuar no mercado de modo a potencializar a acumulação capitalista. Um volume gigantesco de recursos produzidos se realizam por meio de soldos, bombas *etc.* Novas encomendas são realizadas, a tecnologia é desenvolvida... Conforme ela explica no capítulo XXXII, toda a economia é movimentada.

Por seu turno, os empréstimos internacionais são uma outra forma bastante recorrente de exploração da periferia. Um processo de subordinação mais sutil que as guerras, mas, possivelmente, mais perverso, porque seu discurso sustenta uma postura aparentemente benevolente por parte das grandes potências. Vejamos como se dá essa perversidade:

No período imperialista, os empréstimos externos desempenham papel extraordinário como meio de emancipação dos novos Estados capitalistas. O que existe de contraditório na fase imperialista se revela claramente nas oposições características do moderno sistema de empréstimos externos. Eles são imprescindíveis para a emancipação das nações capitalistas recém-formadas e, ao mesmo tempo, constituem para as velhas nações capitalistas o meio mais seguro de tutelar os novos Estados, de exercer controle sobre suas finanças e pressão sobre sua política externa, alfandegária e comercial.¹³⁵

Esta é a história – protagonizada pela Grã-Bretanha – da maioria dos países coloniais, história essa em que o capital financeiro – sobretudo o britânico. O primeiro capítulo era o reconhecimento da independência das áreas coloniais quase que de imediato. No segundo, como prova de bondade, os britânicos ofereciam linhas de crédito para o pagamento de indenizações e de financiamento das estruturas básicas de “modernização” do Estado-nação recém-criado – especialmente ferrovias. Este benevolente processo, por muito tempo, causou espanto na sociedade britânica, e,

¹³⁴ Nesta linha, Rosa aponta para o problema do aumento dos gastos, mas gostaríamos de ressaltar que, em nossa opinião, outro motivo é ainda mais importante: o uso recorrente de violência privada tende a ser mais contestado, na medida em que, ao abrir mão da suposta neutralidade do Estado, a exploração e o conflito de classes estariam completamente revelados e muito provavelmente as massas se revoltariam com muito mais facilidade.

¹³⁵ Mesma obra, página 288.

sobretudo em economistas, que não conseguiam entender as vantagens que o império obtia nesse “comércio estranho”

no qual os ingleses apenas exigiam dos americanos que comprassem mercadorias inglesas com o capital inglês. A situação da indústria inglesa parecia ótima. Não fora a renda, mas o capital inglês que gerara o consumo, os ingleses compravam e pagavam suas próprias mercadorias enviadas à América. Privavam-se apenas do prazer de consumi-las eles próprios¹³⁶

O “segredo” já estava parcialmente revelado mesmo nesta formulação – de um economista favorável ao império. Como ele mesmo o diz, as indústrias inglesas iam muito bem, obrigado. O que não era tão evidente para esses economistas, mas que era completamente cristalino para todos os capitalistas que jogavam internacionalmente nessa época era que, por trás dessa ótima situação da indústria inglesa, uma gama gigantesca de negócios prosperava, com ficava claro a partir do fato de que, já em meados de 1870, “a Bolsa de Londres tornou-se presa fácil de uma verdadeira febre de empréstimos concedidos ao exterior.”¹³⁷ Essa explicação é exposta por Rosa de modo cristalino.

Primeiramente, temos que entender que todo o montante de capitais acumulados na Inglaterra ou em qualquer outra potência imperialista não encontrava condições internas de realização porque nesses países não havia a necessidade de produtos excendentes e de investimentos novos. Do ponto de vista do consumo, temos que entender a radical diferença entre o padrão de industrialização do século XIX e o que conhecemos hoje. Diferentemente do que acontece a partir, principalmente, da segunda metade do século XX, a revolução industrial durante todo o século XIX baseou-se na produção de pouquíssimos artigos de consumo. Sobretudo de tecido de algodão barato. Ora, quantas camisas de algodão uma pessoa pode querer comprar?? Não se realiza uma revolução industrial aumentando o consumo interno de camisas de algodão para além de limites muito estreitos. E esse é o primeiro elemento a ser levado em consideração para que possamos entender a necessidade de encontrar meios de realizar internacionalmente dessa demanda efetiva, porque o contingente global de pobres que precisam comprar suas camisas de algodão é praticamente ilimitado. Mas o fator de sucesso da revolução industrial não são somente as maquinofaturas da indústria

¹³⁶ Sismondi, *Nouveaux Principes*, citado por Rosa na página 290.

¹³⁷ Mesma obra, página 291.

de camisas de algodão. Muito mais importante é a gigantesca concentração de capital nas mãos dos proprietários do capital financeiro. O que realiza capital em grandes escalas não são os artigos de consumo, mas os investimentos em grandes obras de infra-estrutura. Mais uma razão para a expansão do capital por outras áreas. Neste momento, as principais obras dentro das grandes potências já haviam sido realizadas. Na Inglaterra, praticamente todo o território – que não é dos maiores – havia sido completamente recortado por estradas de ferro. As grandes obras hidráulicas e de produção de energia já haviam sido empreendidas. Situação completamente diferente da periferia, em que a expansão dos setores de infra-estrutura poderia se dar em proporções gigantescas em países como a Índia e o Brasil, por exemplo. Assim, podemos explicar que – não estranhamente – é o “usufruto” dessas mercadorias – dinheiro, estradas de ferro, centrais hidráulicas, camisas de algodão – que precisava ser transferido para o exterior, porque o “usufruto” – a “realização” – é uma condição indispensável para a produção capitalista e uma de suas etapas mais difíceis – daí a figura do “salto mortal” genialmente talhada por Marx. Além disso, para pagar esses empréstimos e os investimentos necessários para “modernizar” a produção e a vida em geral desses países, há que se disponibilizar eles meios de pagamento suficientes para efetivar a compra. Assim, estimula-se a criação de um intenso comércio ultramarino que transfere recursos naturais decisivos para a produção na metrópole, sobretudo ouro e prata, mas também algodão para as camisas e drogas dos trabalhadores (açúcar, café, ópio etc.). A partir desse intenso fluxo, duas regiões que outrora tinham muito pouco ou nenhum contato, agora estavam interligados pelos interesses de uma avançada economia mercantil, prelúdio da destruição violenta de todas as formas sociais tradicionais no processo de expansão das relações capitalistas¹³⁸.

Vejamos agora uma ilustração crítica de um processo deste tipo tirado da história do imperialismo alemão, mas que também pode ser, por analogia, uma explicação para os imperialismos capitalistas dessa época e, mesmo, uma excelente explicação de como se dá, na prática, a acumulação capitalista que é, nesta época, a origem de um novo sistema de dependência:

¹³⁸ Mesma obra, páginas 292 e 293.

O mecanismo econômico de troca entre o campesinato da Ásia Menor, Síria e Mesopotâmia e o capital alemão se processa, pois, pelas seguintes vias: o cereal dos campos das províncias de Konia, Bagdá, Basra etc representa inicialmente um simples produto de consumo da economia camponesa primitiva e transforma-se de imediato em tributo estatal nas mãos dos arrendatários fiscais. Em seu poder o cereal transforma-se em mercadoria e de mercadoria em dinheiro, que vai parar nas mãos do Estado. Esse dinheiro – que não é mais do que a forma alterada do cereal camponês, de um produto que não fora produzido como mercadoria – serve então, em parte, para pagar as garantias públicas da construção e exploração das ferrovias, ou seja, para pagar o valor dos meios de produção ali empregados, assim como para realizar a mais-valia arrancada dos camponeses asiáticos e do proletariado empregados na construção e na exploração das ferrovias. Como na construção da rede ferroviária se empregam meios de produção feitos na Alemanha, o cereal camponês asiático, agora transformado em dinheiro, serve para dourar a mais-valia arrancada dos operários alemães empregados na produção dos referidos meios de produção. Nessa função, o dinheiro transita das mãos do Estado turco para as caixas do *Deutsche Bank*, para aí acumular-se como mais-valia capitalizada, como lucros, participações em lucros, dividendos e juros, nos bolsos dos senhores Siemens e administradores, dos acionistas e clientes do Deutsche Bank, assim como do respectivo sistema intrincado de filiais do mesmo. Na ausência de arrendatários de impostos – como, aliás, se previa nas concessões – a interligada série de metamorfoses reduz-se a sua forma mais simples e clara: o cereal camponês vai diretamente para as mãos da *Administration de la Dette Publique*, ou seja, para a representação do capital europeu e, ainda em sua forma natural, aí se torna renda do capital alemão e de outros capitais estrangeiros. Assim, a acumulação do capital europeu se verifica antes mesmo que o cereal tenha abandonado sua forma de valor de uso asiático, camponesa, realizando-se a mais-valia antes que ele se tenha transformado em mercadoria e realizado seu valor. A troca estabelecida entre o capital europeu e a economia camponesa asiática se processa em sua forma brutal e sem rodeios, enquanto o Estado turco assume o simples papel de aparelho político de extorsão da economia camponesa a serviço do capital – função que é assumida por todos os Estados orientais no período do capitalismo imperialista.¹³⁹

Em síntese:

O negócio que externamente se manifesta como tautologia absurda – pagamento de mercadorias alemãs com o capital alemão na Ásia, mediante o qual os alemães bonzinhos permitem que os espertos ‘desfrutem’ essas grandes obras culturais – é na verdade uma troca entre o capital alemão e a economia camponesa asiática, troca que é realizada por meio da força exercida pelo Estado. Os resultados dos negócios são, de um lado, uma progressiva acumulação de capital e uma ‘esfera crescente de interesses’, pretexto para a ampliação da expansão econômica e política do capital alemão na Turquia; de outro lado, ferrovias e comércio, que se baseiam na rápida destruição, na ruína e na absorção da economia camponesa asiática pelo Estado, implicam crescente dependência financeira e política do Estado turco em relação ao capital europeu.¹⁴⁰

São essas as linhas gerais da dominação imperial-capitalista na passagem do século XIX para o XX. Das linhas traçadas entre Hobson e Lenin, podemos concluir que

¹³⁹ Mesma obra, páginas 303 e 304.

¹⁴⁰ Mesma obra, mesmas páginas.

o imperialismo é uma manifestação necessária das contradições de classe e do sistema de produção capitalistas, sistema este que não existe senão da destruição da vida das pessoas e dos recursos do planeta; e que só encontra limites na revolta dos explorados sob alguma forma de subversão radical do modo de produzir as coisas necessárias à vida das pessoas.

Da polêmica entre Lenin e o “renegado” Kautsky, apreendemos que, dada a característica oligopolista da economia internacional capitalista, é possível que, durante algum intervalo de tempo, ocorra alguma forma de “concerto” entre as potências na partilha cartelizada do mundo; mas este “concerto” necessariamente é arruinado pelo necessário descompasso de acúmulo de poder dessas mesmas potências. Os acordos somente são mantidos quando são mantidas as condições em que foram firmados também são mantidas. Em regimes concorrenciais e anárquicos, qualquer arranjo é temporário e, a paz, precária. A guerra é o limite necessário de qualquer *pax* imperialista.

Das teses de Hilferding, podemos observar que o capital financeiro não é o capital que está somente nas finanças, mas aquele que está indistintamente nas finanças, nas indústrias e em toda e qualquer outra forma de acumulação capitalista. O capital financeiro surge da fusão do capital bancário com o industrial e com todos os outros que, na realidade, cria uma nova classe social de proprietários dos meios de produção cujas riquezas são extremamente concentradas e que possuem uma mentalidade bastante distinta das classes burguesa e aristocrática que a formaram. E vimos também que por ser extremamente concentrado e também porque é uma forma fundida, uma forma abstrata, uma forma indiferente ao meio e, portanto, mais “plástica”, que o capital financeiro consegue, mais que outras formas do capital, estabelecer meios mais eficientes de partilha dos benefícios dos arranjos específicos do Estado, ou seja, consegue exercer “hegemonia” sobre as demais.

Das teses de Rosa Luxemburg, podemos concluir que, para que a sociedade capitalista possa se desenvolver “normalmente”, para que possa manter suas bases e continuar sendo “capitalista”, faz-se necessária a constante expansão de seus limites de modo que mais e mais regiões sejam subordinadas completamente ao modo de produção capitalista. Aos capitalistas não basta a extração de recursos; faz-se mister a

destruição das formas tradicionais de subsistência e a subordinação de todas as formas de vida à lógica capitalista. Vimos também que este processo de expansão capitalista varia de acordo com a conjuntura específica da concorrência mundial, bem como do grau interno de oposição ao império e de articulação das lideranças locais. E por fim, vimos que, para as sociedades capitalistas, são principalmente dois os tipos de subordinação: as guerras e os empréstimos internacionais.

A conclusão da exposição deste capítulo é que existem alguns elementos invariáveis da exploração capitalista (principalmente a exploração de classes e a subordinação capitalista das regiões periféricas) e outros que dependem de muitos fatores. Como defende o geógrafo David Harvey, em passagem citada, os impérios assumem muitas formas ao longo da história e, na realidade, um mesmo império pode inclusive mudar a forma de sua dominação a depender da conjuntura. Dentre essas formas, que podem ser analisadas por inúmeros critérios, uma nos chama a atenção – talvez porque essa é a forma que o debate imperialista x anti-imperialistas assume no século XXI: a discussão entre controle direto e controle indireto; império formal e império informal; *hard power* e *soft power*.

Este é o debate do próximo capítulo, em que buscaremos também expor a estrutura de classes da sociedade britânica no período vitoriano manifesta nas disputas de poder no âmbito do Estado imperialista que são parte fundamental da constituição específica do capitalismo britânico. Procuraremos manter a tensão entre as características “essenciais” do imperialismo capitalista e as características “aparentes” ou “conjunturais”, que derivam da formação interna e da situação internacional específica desse período e dessa região. Como dissemos na introdução, esperamos que pontos levantados no primeiro capítulo e que não foram suficientemente desenvolvidos se tornem mais claros ao longo do texto.

CAPÍTULO II: O ASSIM CHAMADO IMPERIALISMO DE LIVRE-COMÉRCIO; ARGUMENTOS E CONTRA-ARGUMENTOS SOBRE A POLÍTICA EXTERNA BRITÂNICA NOS TEMPOS DA RAINHA VITÓRIA

O cinema falado
é o grande culpado da transformação
Dessa gente que sente
que um barracão prende mais que o xadrez

Lá no morro, seu eu fizer uma falseta
A Risoleta desiste logo
do francês e do Inglês

A gíria que o nosso morro criou
Bem cedo a cidade aceitou e usou
Mais tarde o malandro
deixou de sambar, dando pinote
Na gafieira dançar o Fox-Trote

Essa gente hoje em dia que tem a mania da exibição
Não entende que o samba não tem tradução
no idioma francês

Tudo aquilo que o malandro pronuncia
Com voz macia é brasileiro, já passou de português

Amor lá no morro é amor pra chuchu
As rimas do samba não são I love you
E esse negócio de alô, alô boy e alô Johnny
Só pode ser conversa de telefone

(Noel Rosa)

Não há nas ciências sociais objeto mais enigmático que o Estado capitalista. (...) [C]onstitui a unidade política organizada e suprema da formação social (é o núcleo da dominação nas formações sociais capitalistas) (...) [D]etém o monopólio da decisão sobre a vida dos homens (...) [Deve ser apreendido como] a esfera dos conflitos pela conquista do poder (político) de decisão. Melhor dizendo: são os conflitos políticos [o antagonismo social, a concorrência econômica, a competição político-ideológica] que dão vida ao Estado (o que não implica em destituí-lo de 'vontade')¹⁴¹

Ou seja, a complexidade contraditória que envolve a compreensão sobre o Estado capitalista é que este embora se apresente em nome de um pretenso “bem-comum”, paira acima dos homens e exerce sobre eles um poder coercitivo tão grande que pode até mesmo decidir sobre suas próprias vidas. Mas é também produto dessa interação social conflituosa, afinal, ele parece ter – mas não tem; daí as aspas da professora Angelita – vida própria: só existe por meio das relações humanas que o sustentam. Assim, pôde ser visto tanto como manifestação do dilema do criador e da criatura – em que a criatura passa a atormentar o criador – quanto como um mero utensílio de dominação de classe à disposição dos ricos – isto é, um simples instrumento.

Limitado internamente pela luta de classes e externamente pela competição intercapitalista mundial¹⁴², o Estado moderno capitalista é inegavelmente um instrumento de dominação. Mas é também muito mais que isto. Enquanto sistema de dominação de classes, não é tarefa das mais difíceis perceber que, no sistema capitalista, há classes privilegiadas *porque* outras sustentam esses privilégios com seu trabalho. Mas, dada a própria natureza concorrencial deste sistema, a oposição classes dominadas/classes dominantes acaba encobrendo determinadas relações que se escondem sob essa aparente homogeneidade. Há, evidentemente, interesses comuns às classes dominadas entre si, como há interesses comuns às classes dominantes entre si. Mas no interior das classes dominadas e no interior das classes dominantes também há uma série de interesses particulares às “frações” dessas classes, conforme definiu Poulantzas. Devido à sua própria organização interna – é, ao mesmo tempo, um sistema de exploração e de concorrência; características complementares que

¹⁴¹ SOUZA, Angelita Mattos, Deus e o Diabo na terra do sol: estado e economia no Brasil; São Paulo: Ed. Annablume. 2009. Páginas 13 a 15.

¹⁴² Mesma autora, mesma obra, página 20.

decorrem da luta entre as classes. Em síntese, há negócios comuns a toda a burguesia; mas também interesses particulares a uma ou mais dessas “frações”.

Como vimos, desde a constituição daquilo que Lenin e Hilferding chamaram de “novo capitalismo”, ou seja, desde a segunda metade do século XIX, o capital financeiro vem se consolidando de modo a fundir as frações de classe em um único interesse que não é “financeiro” e muito menos “industrial”, posto que, com as novas configurações da propriedade dos meios de produção, as grandes corporações não fazem mais distinções desse tipo na alocação de seus recursos. O que não quer dizer que o capital financeiro tenha abolido completamente as distinções de interesses dentro das classes, mas que, cada vez menos, o capital pode ser diferenciado de acordo com os ramos de atuação. Conforme passam os anos, mais se acirra a tendência à concentração, e, portanto, os interesses no interior das classes dominantes acabam se dando de acordo com ela. O que faz diferença é a quantidade de capital que um determinado capitalista consegue mobilizar, pois a esmagadora maioria dos homens mais ricos do mundo diversifica seu portfólio do modo como vimos delineando o capital financeiro e procuram alocar seus recursos independentemente do setor. O que exige que nos atentemos às nuances das disputas no interior das classes dominantes, em especial as que se expressam no Estado, porque

a formulação das políticas estatais, da política econômica em especial, constitui um campo de luta no interior da cúpula do Estado, no qual se decidem questões fundamentais relativas aos interesses econômicos dominantes [...] Se determinados interesses econômicos tendem a predominar politicamente, isso se deve, em geral, à sua preponderância no plano econômico nacional e mundial, que se traduz em recursos político-ideológicos fundamentais à realização política dos seus interesses econômicos. E se os resultados das relações conflituosas entre o Estado e os detentores da riqueza podem ser genericamente previsíveis (as forças estatais cedendo à pressão dos capitalistas), são sempre incertas as previsões em torno dos resultados parciais da luta política constante em cada conjuntura histórica, pois são muitas as variáveis a serem levadas em consideração – e, entre essas, a mais importante: a posição e capacidade de pressão dos vários setores das classes assalariadas, inclusive de setores da burocracia estatal (não desvinculadas dos interesses das forças sociais presentes na sociedade)¹⁴³

Assim, temos que a disputa pelo Estado não pode ser meramente “ideológica” ou “ilusória”, porque não existe ilusão ou ideologia que se sustenta desprovidas de bases materiais condizentes com ela. Desta maneira, para entendermos a configuração

¹⁴³ Mesma autora, mesma obra, páginas 22 e 24.

específica de um determinado Estado num determinado momento, faz-se mister que entendamos suas disputas internas (luta de classes) tanto quanto a sua inserção na “competição intercapitalista mundial”, especialmente países com altíssima inserção na “competição intercapitalista mundial”, como, obviamente, são os impérios capitalistas.

Os Estados imperiais ao longo da história – dada sua estrutura necessariamente conflituosa – com frequência apresentam um padrão de disputas muito típico, em que os debates acerca das vantagens e desvantagens da expansão imperial ocupam posição de destaque e os discursos dos grupos políticos se concentram na questão da grandeza do império *versus* a redução de seus custos. Assim, quando observadas de perto – sem a distância que permite enxergar as questões que transcendem o plano mais imediato – as disputas parlamentares parecem se concentrar exclusivamente em dois pólos: de um lado, os apologetas do império e, do outro, os anti-imperialistas.

Mesmo depois de muitos anos, o debate sobre as vantagens e as desvantagens do império não cessa de motivar pesquisadores – provavelmente porque muitas questões colocadas naquela época permanecem atuais. Em 1998, por exemplo, no Congresso Internacional de História Econômica, sediado em Madri, inúmeros historiadores e economistas – liderados por Patrick O’Brien e Leandro Prados de la Escosura – procuraram fazer um balanço da historiografia recente daquilo que se reconhecia pelo “ressurgimento dos estudos sobre o imperialismo”, eclipsados até então pelo colapso da União Soviética¹⁴⁴. Nesta ocasião, ficou clara a cisão entre duas perspectivas que, com efeito, não são necessariamente contraditórias. De um lado, a *história econômica* – na sua tentativa de “historicizar conceitos” e reconstituir a totalidade do acontecido – e, do outro, a *retrospectiva econométrica* (ou cliometria), que é exatamente aquela que procura mensurar os impactos da colonização para as contas nacionais das potências. Sobre esta última, em sua tese de doutorado, o Professor Mariutti afirmou que “a característica específica dos cliometristas é testar proposições econômicas – em sua maioria de inspiração neoclássica”.

No nosso caso particular [o debate sobre o ‘valor econômico’ das colônias], a proposição neoclássica que está sendo ‘testada’ é, exatamente, a sua premissa fundamental: o pressuposto de que o mercado livre é a melhor forma de organização e alocação dos fatores de produção. Nos casos onde, de uma perspectiva puramente econométrica (relação custos/benefícios), o império ‘dava

¹⁴⁴ Mariutti, tese de doutorado, página 3.

prejuízo', o discurso sobre as virtudes do mercado surge naturalmente. Já nos casos em que a estrutura imperial era rentável (a Inglaterra no século XIX, por exemplo), os contrafactuais entram em cena: se estes recursos tivessem sido empregados na economia interna e nos mercados livres, o retorno *teria sido* muito maior, assim como os riscos e os custos teriam sido muito menores.”¹⁴⁵
[grifos do autor]

Concordamos com Mariutti que, seguindo as teses que Hobsbawm desenvolveu em “Historiadores e Economistas”, afirmou que esta perspectiva, do modo como ela é encarada, é necessariamente anacrônica¹⁴⁶. Independentemente do que poderia ter acontecido caso a história tivesse sido outra que não a que foi, os impérios – máquinas de extorsão e dominação por excelência – foram os instrumentos da extração de gigantescas quantidades de recursos que foram acumulados nas metrópoles e, portanto, a questão que deve ser colocada não é se os impérios foram lucrativos ou não, mas *quem* se apropriou das riquezas que foram espoliadas das colônias? *Para quem* esses impérios foram vantajosos e lucrativos?

É evidente que uma sociedade estratificada como as imperiais não podem – justamente porque são estratificadas – distribuir os “lucros” da exploração imperialista de modo equânime. Como vimos no primeiro capítulo, a construção de uma ideologia imperial nacionalista não passa de um engodo que encobre a tremenda exploração interna das classes proprietárias, iludidas com a suposta grandeza da “sua” nação. Como também vimos, o projeto imperialista é necessário, dentre outros fatores, para amenizar a pressão das classes trabalhadoras revoltosas. Portanto, em todo projeto imperial há frações da sociedade que ganham mais, outras que perdem mais e outras que são – talvez de modo apenas aparente – menos afetadas pela estrutura imperial.

E é quando observamos os relatos daqueles que acompanhavam os acontecimentos no momento em que estes ainda se desdobravam que a questão se torna cristalina. A diversidade dos interesses envolvidos entre as frações de classe se manifesta na defesa ferrenha dos seus projetos particulares que tinha por intuito deslegitimar o projeto alheio, sobretudo a suposta oposição entre “imperialistas” e “anti-imperialistas”.

¹⁴⁵ Mariutti, mesma obra, página 17.

¹⁴⁶ “A perspectiva econométrica, pelo contrário [da história econômica], ao partir do presente como critério para a análise do passado, é necessariamente anacrônica e incapaz de revelar os interesses particulares que um raciocínio supostamente científico cristaliza.” Páginas 17 e 18.

A visão dominante na historiografia britânica do século XX sobre o império da rainha Vitória, até a década de 1950, construiu a idéia de que é possível demarcar três momentos muito distintos na política imperial. A primeira delas seria o expansionismo das primeiras décadas do período vitoriano. Posteriormente, uma onda de “anti-imperialismo” teria tomado conta da política externa britânica. Segundo esta perspectiva, os dois quartos centrais do século XIX – chamados de período da “Little England” – poderiam ser “retratados como aqueles em que o mercantilismo agonizou uma morte lenta e foi sucedido pela Era do Livre-Comércio, dominada pela aristocracia mercantil-industrialista dedicada à eficiência do *laissez-faire*.”¹⁴⁷ Como se os executores dessas políticas tivessem se tornado “indiferentes” ao império. Como se este fosse supérfluo e demasiadamente custoso. Essa onda supostamente anti-imperialista, por sua vez, teria sido sucedida por mais uma investida imperialista – o terceiro momento dessa perspectiva – como se os executores dessas políticas tivessem “se entusiasmado” novamente com o império. Como se tivessem redescoberto, por acaso, que valia a pena retomar os rumos da política imperial. Como se a construção de uma estrutura imperial fosse mero ato de vontade. Mas algumas questões pairam sobre esse tipo de raciocínio:

Por quê, na era do “anti-imperialismo” todas as colônias foram mantidas? Por quê tantas outras foram obtidas? Por quê tantas novas esferas de influência instituídas? [Do outro lado,] por quê, mesmo no assim chamado período imperialista, houve tanta relutância em anexar novos territórios? Por quê a “descentralização” iniciada no período chamado anti-imperialista continuou mesmo nos últimos anos da era vitoriana?”¹⁴⁸

Essas inquietações motivaram a publicação, em 1953, de um artigo em *The Economic History Review* que se tornaria um paradigma na interpretação do imperialismo britânico no século XIX: “The Imperialism of Free Trade”, de John Gallagher e Ronald Robinson. Para estes autores, os estudos que atestam as supostas diferenças entre os períodos da Era Vitoriana teriam sido baseados na superestimativa

¹⁴⁷ “The years between Waterloo and the 1870's are frequently portrayed as a time when mercantilism died a lingering death, to be succeeded by a free-trade era which was dominated by a merchant-industrialist aristocracy dedicated to efficiency and *laissez faire*.” Galbraith

¹⁴⁸ Perguntas formuladas por Gallagher e Robinson em “The Imperialism of Free Trade”, *The Economic History Review*, Second Series, Vol. VI, nº1 (1953).

da importância das formas legais na política britânica do período¹⁴⁹. Para eles, esses cálculos superestimados denotam a falsa impressão de que a política externa britânica pode ser encarada como uma série de acidentes, divididos em três períodos distintos. Do contrário, Gallagher e Robinson afirmam que, sob a superfície dos acontecimentos, havia uma estratégia coerente de expansionismo que sustentou uma política imperial sólida e ininterrupta. Mesmo o que parece à primeira vista um projeto de enfraquecimento dos laços imperialistas – o período intermediário da Era Vitoriana – “era baseado em critérios de estratégia comercial e militar, não em teorias apriorísticas sobre a inconveniência do império”¹⁵⁰. **Havia divergências quanto ao melhor método para o exercício do poder imperial o mesmo tempo em que havia consenso sobre a necessidade de mantê-lo.**

A principal evidência de que Gallagher e Robinson se valem para negar a visão até então usual de que o período vitoriano pode ser dividido em três momentos distintos é que, em *todos* esses períodos, a *orientação geral* em prol do império foi firmemente mantida. O que não quer dizer – isso seria impossível – que as relações com todos os países e em todos os momentos foi exatamente igual. É claro que vários tipos de configurações foram estabelecidas, porque para além da estratégia geral, sempre há o arranjo específico que varia conforme, por exemplo, o “valor econômico” do território e o interesse que este desperta noutras potências. Mas, em suma, para Gallagher e Robinson, “a diferença entre império formal e informal não era de natureza, mas de gradação.”¹⁵¹ O que, para eles, explicaria porque

[...] técnicas mercantilistas de império formal estavam sendo empregadas no desenvolvimento da Índia no período médio da era vitoriana ao mesmo tempo em que as técnicas informais do livre-comércio estavam sendo utilizadas na América Latina com o mesmo objetivo. [...] Os navios de guerra no Cantão são tão parte

¹⁴⁹ “The common assumption that British governments in the free-trade era considered empire superfluous arises from over-estimating the significance of changes in legalistic forms.” Mesmos autores, mesma obra.

¹⁵⁰ Mesmos autores, mesma obra.

¹⁵¹ “In practice it has tended to vary with the economic value of the territory, the strength of its political structure, the readiness of its rulers to collaborate with British commercial or strategic purposes, the ability of the native society to undergo economic change without external control, the extent to which domestic and foreign political situations permitted British intervention, and, finally, how far European rivals allowed British policy a free hand. (...)The difference between formal and informal empire has not been one of fundamental nature but of degree. The ease with which a region has slipped from one status to the other helps to confirm this. Within the last two hundred years, for example, India has passed from informal to formal association with the United Kingdom and, since World War II, back to an informal connexion. Similarly, British West Africa has passed through the first two stages and seems today likely to follow India into the third.” Mesmos autores, mesma obra.

do período quanto os ‘governos responsáveis’ para o Canadá; os campos de batalha do Punjab são tão reais quanto a abolição do *suttee* [TFF: prática de religiões hindus que consiste no suicídio por imolação no fogo do funeral do marido morto]”¹⁵²

Para eles, o período intermediário da era vitoriana foi um momento decisivo para a expansão ultramarina da Grã-Bretanha, especialmente por conta da particular combinação de “penetração comercial” e “influência política”. O que estava continuamente em jogo para os britânicos era *a garantia do comando* sobre o destino das outras sociedades e, mais que isso, *a garantia do comando* sobre o modo como a economia dessas sociedades iria se articular à lógica geral da economia britânica. Nos termos – complementares – de dois dos mais importantes historiadores brasileiros, o que estava em jogo para os britânicos era garantir o “sentido (profundo) da colonização”¹⁵³: a acumulação de capitais no centro e a consolidação do modo capitalista de exploração do mundo. Qual meio seria o “escolhido” para essa “garantia”? Controle direto ou indireto? Mais uma vez, *no limite*, os capitalistas se mostraram indiferentes a isso. Para Gallagher e Robinson, a estratégia se baseava no seguinte princípio: “Garantir a supremacia britânica. De modo informal, se possível, ou por meio de anexações formais, quando necessário.”¹⁵⁴

O que não significa que não houvesse uma preferência pelos métodos informais, mas que, sempre que a região se mostrasse estrategicamente decisiva e impossível de ser garantida por meios “pacíficos” não se hesitaria em recorrer à guerra. Como demonstraram as pesquisas de Perelman – em obra citada – sobre os homens desse período, mesmo aqueles tidos como os mais ferrenhos “advogados descompromissados do *laissez-faire*” não se furtaram do recurso à violência para subjugar trabalhadores, tanto na Europa quanto em qualquer outro rincão da Terra a que os navios das potências capitalistas tiveram acesso¹⁵⁵.

¹⁵² “Thus mercantilist techniques of formal empire were being employed to develop India in the mid-Victorian age at the same time as informal techniques of free trade were being used in Latin America for the same purpose. (...) The warships at Canton are as much a part of the period as responsible government for Canada; the battlefields of the Punjab are as real as the abolition of suttee.” Mesmos autores, mesma obra.

¹⁵³ Caio Prado Jr. e Fernando Antônio Novais

¹⁵⁴ “By informal means if possible, or by formal annexations when necessary, British paramountcy was steadily upheld.” Gallagher e Robinson, na obra citada.

¹⁵⁵ “One principle then emerges plainly; it is only when and where informal political means failed to provide the framework of security for British enterprise (whether commercial, or philanthropic or simply strategic) that the question of establishing formal empire arose. In satellite regions peopled by European stock, in Latin America or Canada, for instance, strong governmental structures grew up; in totally non-European areas, on the other hand,

Intervenção governamental direta sobre produtos necessários para a indústria britânica, manipulação governamental de tarifas para favorecer as exportações britânicas, construção de ferrovias a altas e asseguradas taxas de juros para abrir o interior dos continentes – todas essas técnicas de controle político direto foram empregadas de modos que pareceriam alienígenas na assim chamada era do *laissez-faire*.¹⁵⁶

Seguindo os argumentos básicos de Gallagher e Robinson, John S. Galbraith, em 1861, publicou, em *The American History Review*, um artigo intitulado “Myths of the ‘Little England’ Era”. Analisando de modo pormenorizado as disputas internas no seio da burguesia britânica, Galbraith percebe – de modo um pouco mais claro que Gallagher e Robinson – que, apesar de todas as distorções, existem, sim, razões para os historiadores afirmarem que o período chamado de “Little England Era” contrastou com os extremos do governo da Rainha Vitória. Pois,

Com certeza alguns escritores insistiram que o Império era um anacronismo muito dispendioso, e alguns homens-de-Estado em momentos de certa petulância produzida por uma guerra colonial cara e improdutiva chegaram a exclamar que as colônias eram ‘um peso em nossas costas’.¹⁵⁷

É verdade que movimentos políticos importantes se opunham em seus discursos à alegada ineficiência da exploração imperial. O argumento dos supostos “anti-imperialistas” assentava-se no fato de que supostamente seria possível, por meio da promoção do livre-comércio, exercer relações igualmente vantajosas para os britânicos sem os custos do império. Isso porque eles se baseavam na constatação de que os Estados Unidos, independentes, eram muito mais rentáveis que várias colônias britânicas ainda mantidas sob o jugo imperial.

Em artigo no qual buscou contrapor as teses de Gallagher e Robinson¹⁵⁸, o historiador irlandês, radicado na Austrália, Oliver MacDonagh afirma que existiram, sim, mudanças significativas entre a política externa nos períodos médio e final da Era Vitoriana. Analisando principalmente pronunciamentos públicos de pensadores ligados

expansion unleashed such disruptive forces upon the indigenous structures that they tended to wear out and even collapse with use. This tendency in many cases accounts for the extension of informal British responsibility and eventually for the change from indirect to direct control.” Gallagher e Robinson, na obra citada.

¹⁵⁶ “Direct governmental promotion of products required by British industry, government manipulation of tariffs to help British exports, railway construction at high and guaranteed rates of interest to open the continental interior--all of these techniques of direct political control were employed in ways which seem alien to the so-called age of *laissez-faire*.” Mesmos autores, mesma obra.

¹⁵⁷ “Certainly some writers insisted that the Empire was an expensive anachronism, and some statesmen in moments of petulance-likely to be produced by an expensive and unproductive colonial war-might exclaim that the colonies were “a millstone round our necks.” Galbraith

¹⁵⁸ Anti-imperialism of free trade...

à “Escola de Manchester” – destaque entre os assim chamados anti-imperialistas – Oliver MacDonagh procura demonstrar uma grande oposição interna ao império britânico, especialmente forte nas classes médias e na pequena burguesia industrial. Cobden, por exemplo, um dos principais nomes dessa “Escola”, chegou a afirmar que

ações governamentais evitáveis, ações evitáveis com outros governos, gastos governamentais evitáveis, servidores públicos evitáveis; a aristocracia; o exército, a marinha; imperialismo formal, imperialismo informal – todas essas coisas não são somente farinha do mesmo saco inimigo (*hostile*) como além disso estão em total interação e interdependência. Tanto o imperialismo formal quanto o informal sustentam as forças armadas; as forças armadas sustentam a aristocracia; a aristocracia sustenta o império, e com essa belicosidade, a guerra [...] e a dura oposição ao livre-comércio.¹⁵⁹

E mais:

‘Será um dia feliz quando a Inglaterra não tiver mais nenhum acre na Ásia Continental’. A tarefa de governar efetivamente milhões de asiáticos sempre foi impossível. Mas, mesmo quando não foi, que tipo de vantagens esse empreendimento poderia conferir? Aqueles que consideram a Índia como um mercado que somente pode ser mantido aberto pela força não ‘entenderam o significado pleno dos princípios do Livre-Comércio! Se você conversar com nossos amigos de Lancashire, eles irão argumentar que, a não ser que nós ocupemos a Índia não haverá mais comércio com aquele país, ou que alguém vai monopolizá-lo, se esquecendo de que essa é a velha teoria protecionista que eles costumavam antigamente ridicularizar’¹⁶⁰

MacDonagh argumenta que os termos “imperialismo de livre-comércio” apontados por Gallagher e Robinson são extremamente imprecisos e deveriam ser modificados. Com efeito, para ele, uma vez que os defensores do livre-comércio eram os mais ferrenhos opositores internos das políticas imperialistas, o conceito “imperialismo do livre comércio” seria equivocado, e, no fim das contas, sugeriria exatamente o oposto da realidade do período¹⁶¹. Os pensadores da Escola de

¹⁵⁹ “Avoidable government activity; avoidable truck with other governments; avoidable state expenditure, avoidable public servants; the aristocracy; the army, the navy; formal imperialism, informal imperialism – all these were not merely ranged upon the same hostile side, but were interacting and interdependent. Both formal and informal imperialism supported the armed forces; the armed forces supported the aristocracy; the aristocracy supported the empire, and with it bellicosity, war, waste, outdoor relief for its cadets and clients, and steadfast opposition to free trade.” (some reservations)

¹⁶⁰ “Next let us consider Cobden’s view of the Indian possessions after the mutiny of 1857. It would, he wrote, ‘be a happy day when England has not an acre of territory in Continental Asia’. The task of governing a hundred million Asiatics effectively had always been impossible. But even were it not, what advantage could the enterprise confer? Those who regarded India as a market which could only be kept open by force did not ‘understand the full meaning of Free Trade principles! If you talk to our Lancashire friends they argue that unless we occupied India there would be no trade with that country, or that someone else would monopolize it, forgetting that this is the old protectionist theory which they used formerly to ridicule’” (some reservations)

¹⁶¹ “(...) the concept of ‘free trade imperialism’ should be modified. Concepts do signify: and this phrase suggests the opposite of the truth. The doctrinaire free traders were both anti-imperialist, whatever the form of empire, and quick

Manchester, para MacDonagh, eram muito mais do que defensores do livre-comércio, que era apenas *um* dos aspectos de sua teoria. Na sua opinião, o pensamento de Manchester deveria ser caracterizado sobretudo por seu liberalismo radical – até moralista – e seus homens, como os mais empenhados em levar às últimas conseqüências o pensamento liberal britânico segundo o qual os indivíduos, ou, melhor dizendo, a livre-iniciativa econômica desses indivíduos, deveria ser resguardada totalmente da interferência estatal¹⁶².

Como demonstra Galbraith, esse moralismo britânico no período era marcado por um modo muito particular de conciliação entre valores humanistas-cristãos e utilitarismo econômico. Por exemplo, o *Selected Committee on the Aborigines*, referendou um sermão de um ministro evangélico no qual este afirma que

É nosso dever levar, aos lugares mais remotos do mundo, civilização e humanidade, paz e 'bom governo', e, acima de todas as coisas, o conhecimento na verdade de Deus.¹⁶³

Sabemos que esses interesses (religiosos e econômicos) nem sempre eram harmoniosos e que, na história do império, o respeito a esses valores foi freqüentemente ignorado em nome do pragmatismo da *realpolitik*. Mas não deixa de ser uma peculiaridade dos britânicos do período vitoriano a crença inabalável de que estavam sendo motivados pelos princípios do cristianismo¹⁶⁴ e a certeza de que esses valores eram o melhor modelo de homem possível, conforme analisaremos de forma mais detalhada no capítulo terceiro dessa dissertação¹⁶⁵. Com efeito, os governantes britânicos afirmavam estar seguindo valores humanitários mesmo na promoção de

discover and denounce all types of informality" (...) "Victorian imperialism and anti-imperialism were locked in unending if intermittent combat." (some reservations)

¹⁶² "First it [free trade] was the particular economic manifestation of a general moral and human principle; and secondly, it was (like the less-eligibility principle) one of those simple, yet fundamental and universal mechanisms, immanent in society and self-adjusting, which were so dear to the minds of the Victorians."

¹⁶³ "it is our office to carry civilization and humanity, peace and good government, and above all, the knowledge of the true God, to the uttermost ends of the earth."

¹⁶⁴ "Every respectable Englishman believed himself motivated by Christian principles."

¹⁶⁵ "Colonel George Gawler, writing to the commander of his son's regiment, expressed gratification at the outbreak of a Kaffir war, which would give the young man an opportunity to do his duty, and concluded, 'I have always laboured to impress upon him that, whether in or out of the Army, 'the Christian is the highest style of man'; and I am grateful to God that my son, though far away, remembers my admonition."

tratados coloniais na África meridional¹⁶⁶, o que também foi percebido por Hilferding na citação que já apresentamos no capítulo I¹⁶⁷.

Assim, temos uma possível solução da aparentemente inexplicável contradição entre os valores de um estranho cristianismo com as políticas coloniais imperialistas. Com efeito um mesmo indivíduo nesse período poderia ser rotulado de humanitário e defender com entusiasmo a inevitabilidade das leis de ferro da economia, porque, para os líderes do humanitarismo, a economia era também uma religião¹⁶⁸.

Para esses pragmáticos britânicos, a política colonial estava desatualizada e, portanto, deveria ser reformada. Como símbolo do movimento reformista, foi fundada, em 1850, a *Colonial Reform Society* para fazer campanha em favor da autonomia de governo das colônias, com a peculiar ressalva de que

será um objetivo central da Sociedade o empenho em retirar da Pátria-mãe todos os custos do governo das colônias, *exceto aqueles relativos à defesa da colônia da agressão de outras potências em guerra com o Império*¹⁶⁹ [grifos nossos]

No entanto, as observações de Galbraith não pôs fim ao imbróglio e, em 1968, um obstinado opositor de Gallagher e Robinson, o também historiador D.C. Platt,

¹⁶⁶ “British governors professed to be following a humanitarian line when they adopted the treaty system in southern Africa. Whatever policy the government chose to pursue could be defended on the basis of humanitarianism. But the universal use of humanitarian language does not mean the universal ascendancy of humanitarian influences, and the humanitarians' own assessment is a most unreliable basis for determining their actual strength.”

¹⁶⁷ Reproduzimos aqui a citação: “É sublime e arrebatador quando revela seu próprio ideal. O imperialista não quer nada para si: tampouco é um ilusionista ou sonhador que dissipa o contraste irremediável das raças em todas as etapas da civilização. Com toda possibilidade para desenvolver uma noção sanguinária de humanidade, com os olhos duros e claros, contempla a multiplicidade de povos e percebe sobre todos eles a sua própria nação. (...) vive no Estado poderoso que não cessa de ser cada vez maior e mais poderoso, e sua glorificação justifica todos os esforços. A renúncia do interesse individual em favor do interesse geral superior, que constitui a condição de toda ideologia social vital, se logra deste modo: o Estado – que é estranho ao povo – e a nação se confundem em uma unidade; e do ideal nacional nasce a força que impulsiona a política. Os antagonismos de classe são abolidos em prol da totalidade. A ação coletiva da nação, unida para os fins da grandeza nacional, substitui a luta de classes, que para a classe proprietária é tão estéril quanto perigosa.”

¹⁶⁸ “An individual in different situations might be labeled a “humanitarian” and an advocate of economy. (...) To the leaders of the humanitarians, as to Gladstone, economy was a religion.(...) The “humanitarians” and their detractors shared a conviction that British society had a higher destiny than the extension of its physical influence. Victorians long before Kipling's reference to “the lesser breeds without the law” had a sense of moral and intellectual superiority, which often expressed itself as arrogance. But coupled with this conviction was an acceptance of obligation which even in an age of free trade and retrenchment was never entirely absent. British law, the most enlightened distillation of the best in the human intellect, was an article for export, and the conferral of British order, security, and justice was a priceless boon. Of this sense of destiny, the humanitarian movement was one, but only one, manifestation, and in recasting the interpretation of nineteenth-century imperial policy this broader “missionary” impulse must be given greater recognition.”

¹⁶⁹ “In 1850 a Colonial Reform Society was founded to campaign for local self-government “for every de-pendency which is a true colony of England,” but the prospectus of the Society provided that “it will be a main object of the Society's endeavours to relieve the Mother country from the whole expense of the local government of Colonies, except only that of the defence of the Colony from aggression by foreign powers at war with the Empire.”

retomou as teses de MacDonagh segundo as quais os little-englanders eram, de fato, anti-imperialistas e defensores da absoluta negação de qualquer interferência do Estado nos assuntos privados, pois pensavam que “a promoção dos interesses individuais não era parte das responsabilidades do governo”¹⁷⁰. Assim, ainda seguindo os passos de MacDonagh, afirmou que o período intermediário da Era Vitoriana jamais poderia ser considerado imperialista¹⁷¹, porque

O governo britânico exerceu, no período intermediário da Era Vitoriana, um papel muito limitado e foi forçado a promover uma atitude política mais ativa na direção de comércios e investimentos ultramarinos, somente sob pressão internacional, nas últimas décadas do século. Os governadores do período final da Era Vitoriana não estavam aplicando os mesmos métodos sob novas condições para alcançar as que permaneciam sendo as mesmas metas. Todo o conceito do que era a função ‘legítima’ do *Foreign Office* e do *Diplomatic Service* teve que ser alterado e transformado sob as condições de competitividade e diplomacia externa ativa dos anos oitenta. Os oficiais viram-se metidos numa relação inteiramente nova com os comerciantes e financistas britânicos, uma relação que eles poderiam ter rejeitado anteriormente¹⁷² [...] [E mesmo que] as ações britânicas tenham ocasionalmente terminado em violência, em nenhum momento houve alguma reivindicação por controle ou influência exclusiva sobre novos territórios ou por tratamento diferenciado. Do contrário, essas ações sempre foram limitadas à abertura dos mercados mundiais para o exercício do comércio em condições de igualdade internacional.¹⁷³

Para ele, a supremacia britânica não era garantida por políticas estatais imperialistas, mas por esforços individuais, sobretudo ligados aos interesses industriais¹⁷⁴. Já o uso da força, neste período, teria sido exercido somente de modo

¹⁷⁰ “The promotion of individual interests was no part of official responsibilities” (some reservations)

¹⁷¹ “(...) the policy of laissez-faire, non-interventionists government can not realistically be described as “trade with informal control if it’s possible, trade with rule when necessary” (some reservations)

¹⁷² “The British government's role, in mid-Victorian England, was limited, and it was forced into an active promotional policy towards trade and investment overseas only under international pressure in the last decades of the century. Late-Victorian governments were not applying the same methods, under new conditions, to achieve what remained the same goals. The whole concept of what was a “legitimate” function for the Foreign Office and the Diplomatic Service had had to be altered and transformed under the competitive conditions and active foreign diplomacy of the ‘eighties. Officials were compelled to see themselves in an entirely new relationship to British traders and financiers, a relationship which they would have rejected out of hand earlier in the century.” (further)

¹⁷³ “So far as an ‘imperialism of free trade’ can be said to have existed at all – and Prof. Mac Donagh has already warned us how misleading that title can be – it was limited to the opening of world markets on equal terms to international trade: an action which, though it may have ended occasionally in violence, at no stage made any claim to exclusive political influence or control, to new territory, or to preferential treatment” (some reservations) E ainda chamam isso de imperialism, ora??

¹⁷⁴ “British ‘paramountcy’ was the creation of our head-start in industrialization – it was the creation of the British traders and investors themselves, who neither sought nor expected government intervention” (some reservations)

ocasional; e em nome do bem-geral, não apenas da sociedade britânicas, mas de todas as sociedades do mundo [!] ¹⁷⁵.

Entretanto, podemos notar pelas próprias observações de Platt e MacDonagh que, mesmo que este não fosse o método preferido de abertura de mercados, o recurso à violência sempre fez parte do horizonte de cálculo dos governantes:

O uso *desencessário* de linguagens ameaçadoras deve ser cautelosamente *evitado*, tanto quanto qualquer tipo de apelo por proteção para nossas forças militares navais (*exceto em casos extremos*), ou qualquer tipo de ação que porventura irrite os sentimentos, provoquem a revolta ou tragam prejuízos para o povo chinês. ¹⁷⁶ [grifos nossos]

Não é pela força ou pela violência que Vossa Majestade *pretende* estabelecer as relações comerciais entre seus agentes e a China, mas por *outras* medidas conciliatórias tão fortemente inculcadas em todas as instruções que recebemos ¹⁷⁷ [grifos nossos]

Desta maneira, embora Platt tivesse tentado desqualificar a intensidade e a frequência do uso da violência para promover os interesses britânicos, não foi capaz de negar que a guerra fosse encarada sempre como possibilidade. Contraditoriamente, reconhece que “Gallagher e Robinson estavam corretos somente em sua ênfase na importância da garantia da segurança no comércio Britânico que permaneceu nas políticas governamentais britânicas”¹⁷⁸. Ora, este é o núcleo do argumento de “Imperialism of Free Trade”: o reconhecimento de que não existe uma distinção muito nítida entre a guerra e a diplomacia, pois ambos fazem parte da mesma estratégia e não passam de métodos distintos, aplicados em contextos diferentes, para atingir a mesma meta: garantir a manutenção segura das relações de dominação e subordinar novos povos a essa mesma lógica de dominação; ou seja, garantir a supremacia (*paramountcy*) britânica.

¹⁷⁵ “Her Majesty’s Government have no desire to obtain any exclusive advantages for British trade in China, but are only desirous to share with all other nations any benefits which they may acquire in the first instance for British commerce” (some reservations)

¹⁷⁶ “The Sign-Manual Instructions to the Superintendents of Trade in China emphasized that they were ‘cautiously to abstain from all unnecessary use of menacing language, or from making any appeal for protection to our military or naval force (except in extreme cases), or to do anything to irritate the feelings or revolt the opinions or prejudices of the Chinese people.’” (some reservations)

¹⁷⁷ “It is not by force and violence that his Majesty intends to establish a commercial intercourse between his subjects and China, but by the other conciliatory measures so strongly inculcated in all the instructions which you have received.” (some reservations)

¹⁷⁸ “Gallagher and Robinson carry conviction only in their emphasis on the continued importance in British government policy of the security of British trade.” (some reservations)

Entretanto, se é verdade que a obsessão de Platt por contestar as teses centrais de Gallagher e Robinson, o levou a inúmeros equívocos, do nosso ponto de vista, noutro texto, cinco anos depois¹⁷⁹, essa mesma obsessão deu frutos interessantes. Não que Platt tenha logrado êxito na formulação da crítica ao ponto mais frágil das teses de “Imperialism of Free Trade” – que é a excessiva importância dada ao “comércio”, não à oposição entre “controle direto” e “controle indireto” – mas, além de tangenciá-lo, acabou contribuindo para o esclarecimento de dois pontos cruciais para o entendimento da Era Vitoriana. Nos nossos termos: como se deu a hegemonia da classe proprietária do capital financeiro e como podemos compreender a dinâmica do imperialismo britânico no contexto colonial.

Platt continuou mirando no alvo errado e continuou colecionando exemplos e citações que reafirmam que o Estado britânico, em todos os momentos, garantiu *a segurança dos negócios*, mesmo que, quando necessário, tenha tido que recorrer à força – que, reiteramos, é a tese de Gallagher e Robinson:

Não há como negar que ao longo do século indivíduos britânicos organizaram-se eles mesmos em áreas remotas, na costa oeste da África, na América Central, no sudeste asiático, no Pacífico, e que a presença deles pode ter sido, e foi, conduzida por episódios imperialistas e pelo uso da força¹⁸⁰

Mas, se *Further Objections* insiste no argumento de que havia frações de classe que se opunham ao modo como a política imperial estava sendo conduzida, as pesquisas de Platt têm o grande mérito de nos permitir qualificar *quais* eram essas frações de classe que se opunham à política imperial, o que, por seu turno, nos permite perceber *porque* o *Foreign Office* permaneceu, a despeito dessa oposição interna, garantindo a manutenção dessa política.

E a atenção ao pensamento da classe média industrialista da Escola de Manchester nos parece ser o método mais indicado para apreender essas nuances. Como indicam as pesquisas levantadas por Platt, os pequenos e médios industriais britânicos, na maior parte do tempo – ou seja, exceto em “ondas excepcionais de euforia com os surtos de abertura internacional” – se mostravam indiferentes aos

¹⁷⁹ *Further Objections to the Imperism of Free Trade*.

¹⁸⁰ “There is no denying that throughout the century individual Britons set themselves up in remote areas overseas, on the West Coast of Africa, in Central America, in South East Asia, in the Pacific, and that their presence could and did lead to imperialistic incidents and the use of force.” (further)

mercados distantes¹⁸¹ – que, salvo nesses momentos de surtos de abertura, eram oligopolizados pelos grandes capitalistas, já neste momento proprietários do grande capital financeiro.

O fato é que na primeira metade do século XIX, o comércio cotidiano com os mercados distantes não suportava mais do que um número limitado de grandes casas de exportação de Liverpool, Manchester e Londres, fornecidas por manufatureiros especialistas com uma ampla gama de negócios; mantidos vivos por poucas casas comerciais britânicas além-mar. Muitos outros tentaram entrar nessa competição pelas próprias mãos e por meio de remessas em consignação durante períodos de 'boom', mas, na primeira turbulência, quebraram, tendo que deixar o mercado ainda mais rapidamente do que entraram. O comércio com mercados no fim do mundo, antes da banalização do uso da tecnologia do vapor e do telégrafo [TFF: e mesmo depois disso] não era lugar para amadores. 'Pânicos' de proporções alarmantes afetaram o mercado financeiro britânico em 1825, 1837, 1847, 1857 e 1866 – afora muitas outras crises menores e mais localizadas. Todo esse período foi marcado, não pela pressão pela abertura dos mercados ultramarinos para o comércio e oportunidades de investimento direto, mas por uma série de pequenos 'booms' seguidos por depressões desastrosas e por longos períodos de crescimento lento, nos quais a confiança foi abalada e comerciantes, banqueiros e investidores procuraram empregar seu capital em qualquer empreendimento seguro e conservador.¹⁸²

Crises de crédito, dificuldades do comércio em longas distâncias e busca por segurança num clima comercial e financeiro turbulento persuadiram os pequenos a abandonar os mercados mais longínquos. Manufatureiros e comerciantes maiores sustentaram-se, em parte porque podiam comandar uma quantidade de crédito suficiente para superar uma tempestade, em parte para descartar os excedentes de produtos dos últimos anos e em parte pela apreciação de qualquer saída para os excedentes de 'longas crises de superprodução' (*long production run*), mesmo a baixos preços. Os principais portos e cidades da América Latina, do Levante e do Extremo Oriente podiam suportar, ao longo dos anos, um número considerável de mercados fixos em setores bastante

¹⁸¹ "Economic historians, acquainted with the distribution of overseas trade in the 'thirties, 'forties, and 'fifties and with the problems of such British traders as operated in distant markets, might wonder whether so grossly expansionist an interpretation reflects the actual pressure for markets at the time, the priorities of British businessmen, or the expectations of British politicians and officials. Rather, the attitude of British industry, except at times of unnatural excitement, might seem to have been characterized by indifference to distant markets. (...) Shaw claims that only a minority was opposed to the 'Imperialism of Free Trade'. But it is far more likely that there was a general indifference at the time, among the great majority of British manufacturers and traders, to marginal markets in distant parts of the world." (Further)

¹⁸² "The fact was that for the first half of the nineteenth century the day-to-day trade to distant markets in cotton yarn and piece-goods could not support more than a limited number of large houses in Liverpool, Manchester, and London; it provided some specialist manufacturers with a large line of business; it kept alive rather fewer British commercial houses overseas. Many others tried their hands at speculative consignments during boom periods, but once the storm broke, they left the markets as easily as they had entered. Trade to a market at the end of the world, in days before regular steamer services and the telegraph, was no place for the amateur. "Panics" of alarming proportions convulsed the British money market in 1825, 1837, 1847, 1857, and 1866, and a host of minor, more localized crises intervened. The whole period was distinguished not by steady pressure for overseas trade outlets and for opportunities for investment, but by a series of short booms followed by disastrous slumps and by long "slow" periods, in which confidence was shattered and commercial men, banks, and investors looked out for any safe, unadventurous employment for their capital." (further)

especializados em nichos mais lucrativos nos setores bancário, de mineração e na manufatura local.¹⁸³

Ou seja, existiram muitas crises e muitos capitalistas quebraram. Mas os maiores sobreviveram e mantiveram abertas as vias desse lucrativo comércio. Portanto, a lógica de operação do sistema permaneceu. Concentração, estratificação e “seleção natural”, afinal de contas, são características essenciais do capitalismo e não seria diferente na era do capital financeiro. Aliás, muito pelo contrário. Dada a gigantesca concentração e a gigantesca centralização do capital na forma de capital financeiro, de se espantar seria se a competição se desse em termos diferentes. Mesmo porque, havia outro tipo de dificuldade para os capitalistas britânicos que ainda não está presente nesse esquema: a competição com as formas tradicionais de produção.

Exceto pela competição na produção de algodão para os mercados locais, que se distinguiram de quase todas as colonizações no interior do continente em cada uma das áreas do ‘império informal’, a expansão dos negócios britânicos foi limitada (*delayed*), muito mais do que se imagina, pela sobrevivência das formas tradicionais de produção em pequenas fábricas e oficinas das cidades [...] Mesmo na manufatura do algodão é fácil ter uma visão exagerada da ‘hegemonia’ britânica na primeira metade do século XIX. Manufatureiros britânicos nunca puderam competir, num nível de subsistência local, com a indústria do algodão do camponês e da sua família. [...] Mas nenhum aumento rápido, sustentável e dramático poderia ser previsto para áreas em que o poder de compra das populações era tão baixo, o retorno do investimento tão restrito e os mercados internos necessariamente tão auto-suficientes.¹⁸⁴

Nem se poderia esperar que o fosse! Como vimos, uma das principais características do sistema capitalista de reprodução social é a imprevisibilidade decorrente da ausência de planificação. Não se poderia esperar que algum setor de uma economia caracterizada pela imprevisibilidade e pela competição fosse o Eldorado.

¹⁸³ “Credit crises, the difficulties of distant trades, the quest for security in a most unstable commercial and financial climate persuaded small men to abandon the more remote foreign markets. Larger manufacturers and traders held on partly because they could command sufficient credit to weather a storm, partly to dispose of last year's fashions, and in part because they welcomed an outlet, even at low prices, for the surplus of a long production run. In the end, many even of these were compelled to withdraw. The principal ports and cities of Latin America, the Levant, and the Far East could support a few substantial, resident mercantile houses in a highly skilled and specialized trading business developing, over the years, into further profitable lines in banking, mining, and local manufacturing.” (further)

¹⁸⁴ “Quite apart from the competition of cottage production for home or local markets, which distinguished almost every inland settlement in each of the areas of “informal empire”, the expansion of British economic interests was delayed for far longer than is generally realized by the survival of traditional mill and workshop production in the towns. (...) Even in cotton manufactures it is easy to get an exaggerated impression of British “hegemony” in the first half of the nineteenth century. British manufacturers could never compete, at a local subsistence level, with cottage industry worked by the peasant and his family. (...) But no rapid, sustained, and dramatic increase could be anticipated for areas in which the purchasing power of the population was so low, the return trade so restricted, and the internal market perforce so self-sufficient.” (further)

A característica da economia concorrencial é que, descoberto um nicho especialmente lucrativo em relação aos outros, muitos produtores tentam, em alguma medida, competir nesse mercado. Nesse processo, os preços tendem a cair e um *aparente* equilíbrio se formar. O que não significa, em absoluto, que a economia se “equilibre perfeitamente” e que os modelos liberais possam ser defendidos como modos desejáveis de organizar a sociedade, mas que, sim, nenhum setor da economia concorrencial tem por característica apresentar, em períodos longos, taxas de lucro extraordinárias – o que faz com que os capitalistas com maior capital optem quase sempre por setores em que a concorrência seja mais dificultosa – e, portanto, o monopólio (oligopólio) seja mais facilmente estabelecido – como aqueles em que se exige o domínio de tecnologias difíceis de copiar ou grande aporte de investimentos, como a infra-estrutura e os de longo prazo de retorno.

Concordamos com Platt que o tremendo esforço – tanto “econômico” quanto “político” – para a manutenção de políticas “dispendiosas” e aparentemente irracionais não se explica pelo comércio. Mas, ao mesmo tempo, podemos perceber que, diferentemente do que ele afirma, a pequena e a média burguesia não eram “indiferentes” ao mercado exterior, pois do contrário não teriam sido impelidas a mover seus negócios além-mar e não teríamos um número tão elevado de burgueses quebrados nas crises que ele mesmo cita. O que os argumentos do próprio autor nos mostram é que a pequena e a média burguesia não *conseguiram* arcar com os custos da competição internacional, oligopolizada pelos grandes competidores, não que não a desejavam.

Contudo, o que Gallagher e Robinson, Galbraith, MacDonagh e Platt não conseguem explicar é: sendo os grandes capitalistas um setor necessariamente minoritário na sociedade britânica, como se dava a hegemonia em seu favor? Ou seja, por que a política externa – por meios diretos ou indiretos – continuou sendo imperialista – e, portanto, atendendo aos interesses da grande burguesia financeira – por todo o período vitoriano, a despeito da oposição interna de setores relativamente numerosos da burguesia? Esse é o “segredo” de todas as hegemonias em Estados modernos capitalistas: a fração de classe capitalista hegemônica necessariamente precisa arranjar um modo de conciliar seus interesses com os interesses das frações de

classes não-hegemônicas. Ainda que uns ganhem mais que os outros – e que, portanto, as disputas internas permaneçam vivas – todas as frações da burguesia, ou a maioria delas, deve obter ganhos relativos para que a hegemonia seja exercida de modo continuado.

No caso da Grã-Bretanha no século XIX, por mais importante que tenha sido o papel da Escola de Manchester e outros defensores do pensamento industrialista, comercial e “anti-imperialista”, estes não conseguiram apresentar um modelo de política capaz de “acomodar” os interesses das demais frações de classe. Mesmo “indiferentes” ao mercado internacional, os burgueses médios e pequenos acabaram se beneficiando de modo indireto com os aparentemente irracionais gastos com a política imperialista. Enquanto os grandes focaram seus negócios nos mercados mais longínquos e mais lucrativos, deixaram a competição local para os capitalistas com menor poder financeiro, “acomodando” as disputas dentro da burguesia britânica, acirrando a exploração sobre os proletários britânicos e subordinando outras partes do mundo ao seu capital. A hegemonia do capital financeiro – como afirmou Hilferding – foi erigida porque todas as frações das classes dominantes ganharam com ela, ainda que, evidentemente, não na mesma proporção. Com a entrada do capital espoliado da periferia na economia britânica e nas sub-economias européias – por meio do “efeito transbordamento”? – o mercado interno se fortaleceu, e pouco a pouco, o mercado externo foi se tornando *relativamente* menos lucrativo. Mesmo porque, destruídas as relações autóctones das sociedades além-mar e subordinada a sua sobrevivência à lógica capitalista de reprodução social, as sociedades locais começaram a imitar os padrões de produção ingleses – lembrando que a dominação tecnológica neste momento era baseada no conhecimento de princípios mecânicos relativamente simples. O grande “segredo” das políticas imperialistas – que as faz, tantas vezes, passar por irracionais – é que a destruição das formas autóctones de produção tradicional – chamada por tantas vezes de “abertura” – não foi sucedida pela permanente exploração desse mercado por capitalistas britânicos. Surgiram nesses locais – exceto nos setores permanentemente lucrativos para os capitalistas detentores de capitais extremamente concentrados, como a produção de “bens de capital” e investimentos

infra-estruturais, capitalistas relativamente bem-sucedidos capazes de articular o modo de produção local com a dinâmica mais ampla da economia capitalista dos centros.

Como afirma o próprio Platt,

Neste momento – exceto por condições isoladas de ‘boom’ no comércio, ou ‘bolhas’ especulativas nos investimentos diretos [...] não existiu nenhuma pressão sustentada para abrir e manter novos mercados em territórios distantes. Os homens-de-negócios já tinham muito para se ocupar, ou riscos para correr, em mercados mais próximos e mais fáceis de lidar¹⁸⁵ [grifos nossos]

Se durante algum tempo, foram os produtos ingleses que dominaram esses mercados; posteriormente, eles se tornaram *relativamente* desvantajosos, seja porque apareceram competidores locais capazes de enfrentar a concorrência; seja porque – o que é muito mais relevante – surgiram negócios *relativamente* mais lucrativos para os britânicos, tanto internamente – para os pequenos e médios capitalistas – quanto externamente – para os grandes capitalistas que, dada a gigantesca concentração de capital, podiam se ocupar de negócios muito maiores, como a construção de ferrovias, hidrelétricas e outras grandes obras infra-estruturais.

Grandes cargas e premiações seguras, mercados desconhecidos, distúrbios políticos, comunicação incerta, moedas flutuantes, remessas escassas e erráticas produziam vantagens pelo tamanho, magnitude das reservas e experiência. Num período de baixo retorno e comércio lento, mercadores e manufatureiros estiveram inclinados a retirar seu capital do comércio exterior em favor de investimentos promissores em casa. Homens de negócios de Manchester, Liverpool e Glasgow, que normalmente seguravam grande parte do comércio internacional britânico, estavam profundamente engajados na especulação durante o ‘boom’ das rodovias na própria Grã-Bretanha em 1845-7 [...]¹⁸⁶

Deste modo, não deixa de ser verdadeiro o raciocínio de Platt segundo o qual

[o conceito de] ‘Imperialismo de Livre-Comércio’ antecipa em várias décadas a importância do ‘império informal’, tanto como destino dos investimentos diretos britânicos como enquanto fornecedor de gêneros alimentícios e matérias-primas para a indústria. Antes da década de 1860, nem a América Latina nem o Levante podiam oferecer abertura substancial para investimentos rentáveis, enquanto a

¹⁸⁵ “Apart from the isolated “boom” conditions in trade, or speculative “bubbles” in investment-and there are obvious pitfalls in taking these as a measure of British interest in commerce or investment overseas- no sustained pressure existed, at this point in time, to break open and maintain new markets in distant territories. Businessmen already had as much as they cared to handle, or dared to risk, in closer, more easily worked outlets.” (further)

¹⁸⁶ High freights and insurance premiums, unfamiliar markets, political disturbances, uncertain communications, fluctuating currencies, scarce and erratic remittances put a premium on size, reserves, and experience. In a period of low returns and slow trade, merchants and manufacturers were inclined even to withdraw their capital from trade altogether in favour of promising home investments. Manchester, Liverpool, and Glasgow businessmen, who normally handled the greater part of Britain's foreign trade, were deeply engaged in speculation during the home railway boom of 1845-7(...)

China não produziu impacto algum nos empréstimos internacionais até a metade do século XIX¹⁸⁷

O que o autor não percebeu é que, a partir desse mesmo raciocínio, podemos concluir que foi somente depois de algumas décadas de abertura forçada e destruição das formas autóctones de produção que essas áreas se tornaram significativamente importantes para o capital britânico – o que justifica o esforço imperialista. Depois de rearticulada a dependência em termos capitalistas, ou seja, no momento em que as relações econômicas das áreas exploradas passaram a ser orientadas de modo capitalista, a produção local dos países menores passou a se dar *em função* do mercado capitalista global e a sociedade local passou a ser orientada em torno das atividades que articulam o mercado local com o global.¹⁸⁸

Aqui, podemos precisar a crítica às teses de Gallagher e Robinson¹⁸⁹. Se é verdade que a orientação geral – a que está acima dos métodos – das relações exteriores britânicas no período vitoriano era a manutenção dos negócios britânicos – recorrendo à força quando necessário – ; também o é que a natureza desses negócios foi-se alterando ao longo do tempo, dependendo tanto da dinâmica interna da economia britânica (concentração e centralização do capital financeiro e articulação das frações de classe burguesas); quanto da competição internacional e do modo como as sociedades do além-mar responderam às investidas britânicas. Se é possível falarmos

¹⁸⁷ “Finally, an “Imperialism of Free Trade” antedates by several decades the importance of the “informal empire” both as a destination for British investment and as a supplier of foodstuffs and industrial raw materials. Before the 1860’s neither Latin America nor the Levant could offer substantial openings for profitable investment, while China made no real impact on the international loan market until the mid-’nineties.” (further)

¹⁸⁸ Como podemos observar no caso brasileiro, em que é em função da economia cafeeira que surgem tanto as primeiras manufaturas quanto as primeiras indústrias e a esmagadora maioria dos grandes investimentos infra-estruturais.

¹⁸⁹ Não nos deteremos aqui na crítica aos argumentos dos autores no que se refere ao fato de que eles acreditam que o imperialismo é uma função política (desnecessária) da expansão econômica. Já abordamos este ponto no capítulo primeiro dessa dissertação. “Imperialism, perhaps, may be defined as a sufficient political function of this process of integrating new regions into the expanding economy; its character is largely decided by the various and changing relationships between the political and economic elements of expansion in any particular region and time. Two qualifications must be made. First, imperialism may be only indirectly connected with economic integration in that it sometimes extends beyond areas of economic development, but acts for their strategic protection. Secondly, although imperialism is a function of economic expansion, it is not a necessary function. Whether imperialist phenomena show themselves or not, is determined not only by the factors of economic expansion, but equally by the political and social organization of the regions brought into the orbit of the expansive society, and also by the world situation in general.” (Gallagher e Robinson)

num imperialismo que permeou todo o período vitoriano, não é possível falarmos que este imperialismo tenha sido executado em favor da promoção do livre-comércio. Não acreditamos que o que articulava os interesses das classes dominantes britânicas fosse a indústria e os grandes comerciantes, mas, sim, o grande capital financeiro. Como veremos no capítulo terceiro, não é simples fazermos essa distinção, porque, como já vimos no primeiro capítulo, se trata do surgimento de uma nova classe, cujos membros foram recrutados de vários extratos da antiga ordem decadente. Como veremos, esses capitalistas proprietários do capital financeiro surgiram tanto entre aristocratas que foram hábeis em se articular nas novas regras quanto entre burgueses que se aristocratizaram para lançar mão das privilegiadas relações dos nobres com a máquina estatal, primordial para a garantia dos negócios além-mar. Sim, haviam diferenças significativas quando consideramos a magnitude do capital que os grandes capitalistas conseguiam mobilizar em relação aos pequenos; mas, se é verdade que os pequenos somente de modo tímido puderam participar do comércio internacional, a partir do que afirma Platt, é também verdade que os grandes conseguiram ganhar tanto em momentos de comércio – “quando o capital comercial podia ser facilmente retirado e empregado em qualquer lugar” – quanto em momentos de investimentos de capital imobilizado – “em ferrovias, serviços públicos e plantas industriais”.¹⁹⁰ Deste modo, podemos explicar porque áreas como a América Latina, o Levante e a China, que em muitos momentos não apresentavam taxas lucrativas de retorno comercial¹⁹¹, foram consideradas sempre como de fundamental importância para a manutenção da grandeza do império: porque eram áreas de grande recepção de investimentos diretos.

Impressões de expansão econômica vigorosa em regiões do ‘império informal’, que fizeram surgir a noção de ‘Imperialismo de livre-comércio’, foram concebidas a partir de informações (*recollections*) sobre períodos isolados de super-comercialização (*over-trading*) e especulação – “carregamentos irresponsáveis” (*‘harum-scarum shipments’*) para Buenos Aires em 1806; o frenesi especulativo de 1824/25; o teste dos mercados otomanos depois da Convenção de Balta

¹⁹⁰ “On the narrower definition of imperialism as a subordination of individuals to other individuals in command of superior economic resources, there is much to be said for Hobson’s distinction between mid-Victorian trade on the one hand, and late-Victorian investment on the other, between a trading capital easily withdrawn and employed elsewhere, and the fixed immovable capital of railway enterprises, public utilities, and industrial plants.” (further)

¹⁹¹ “Three main areas are habitually described as falling within Britain’s informal empire of trade and investment-Latin America, the Levant, and China. Yet all three, from the point of view of the British businessman, shared a common disability: they could hold out no prospects for an expanding return trade.” (further)

Liman (*Balta Liman Convention*), em 1838; e a disputa por remessas consignadas (*consignments*) especulativas para a China depois dos Tratados de Nanking e Tientsin. Para os anos de 1830/60, o padrão experimentado pelas Casas Comerciais mais permanentemente interessadas no comércio foi principalmente de racionalização, retirada (*withdrawal*) e consolidação. [...] Uma nova composição de demanda (*range of demand*) se desenvolveria posteriormente, a partir do fluxo (*outflow*) de investimentos britânicos, com os quais se comprava minas de carvão, ferro, maquinário e materiais ferroviários, o que modificou o caráter das exportações britânicas para alguns dos mercados mais distantes, nas últimas décadas do século. Uma demanda adicional por manufaturas inglesas seguiu (*followed*) o crescimento na demanda por matérias-primas industriais e alimentos na própria Grã-Bretanha. Nesse ínterim, manufaturas de algodão eram o único item significativo num comércio que, em relação à população das áreas, continuava muito pequeno. Há, de fato, algo de absurdo em atribuir, para um período em que produtos primários não eram ainda demandados, características modernas ou neocoloniais à relação entre produtores primários subordinados e potências industriais desenvolvidas.¹⁹²

Enquanto o comércio de algodão era exercido sem grandes complicações, outros setores comerciais não conseguiam competir com os produtores locais e a parte significativa dos capitais britânicos que lograva êxito em seus negócios nos mercados distantes não estava no setor comercial, mas nos grandes investimentos de infraestrutura nos quais somente os capitais financeiros mais concentrados podiam competir. De fato, a partir dos confusos dados da época – que abrem margem para interpretações bastante díspares – é difícil precisar em qual setor a Grã-Bretanha estava ganhando em cada um dos momentos do seu império. Mas não temos dúvidas de que as políticas exteriores imperialistas não eram “desperdício” nem tampouco “irracionalidade”, conforme taxadas por seus opositores. Como observa o historiador marxista Eric J. Hobsbawm,

esperaríamos encontrar – e encontramos realmente – depois de 1860 um déficit cada vez maior das exportações sobre as importações. No entanto, verificamos

¹⁹² “Impressions of vigorous economic expansion into regions of “informal empire”, which in turn have given birth to the notion of an “Imperialism of Free Trade”, have been formed from recollections of isolated periods of over-trading and speculation-the “harum-scarum shipments” to Buenos Aires in 1806, the speculative frenzy of 1824-5, the testing of Ottoman markets after the Balta Liman Convention of 1838, the rush of speculative consignments to China after the Treaties of Nanking and Tientsin. The pattern experienced by those commercial houses more permanently interested in the trade, for the years 1830-60, was rather of rationalization, withdrawal, and consolidation.” (...) “A new range of demand was later to develop from the outflow of British investment, by which the coal, iron, machinery, and railway materials were purchased which changed the character of British exports to some of the more distant markets in the last decades of the century. Further demand for British manufactures followed from subsequent increases in the demand for industrial raw materials and foodstuffs in Britain herself. In the meantime, cotton manufactures were the only significant item in a trade which, in relation to the population of the areas, remained ridiculously small. There are, indeed, absurdities in attributing a modern, neo-colonial relationship between subordinate primary producers and developed industrial powers, to a period and to trades where primary products were not, as yet, in demand(...)” (further)

também – e isso é um tanto estranho – que em *nenhum* momento do século XIX a Grã-Bretanha apresentou um superávit nas exportações de mercadorias, a despeito de seu monopólio industrial, sua acentuada orientação para o mercado externo e seu modesto mercado interno para bens de consumo. Antes de 1846, os partidários do Livre Comércio afirmavam que isto se devia ao fato de as Leis do Trigo impedirem os clientes em potencial da Grã-Bretanha de ganharem, através de suas exportações, o suficiente com que pagarem as dos britânicos, porém tal explicação é duvidosa. Os compradores de produtos britânicos refletem os limites dos mercados para os quais a Grã-Bretanha exportava e que consistiam essencialmente em países que ou não desejavam adquirir grande quantidade de tecidos britânicos ou que eram pobres demais para apresentarem mais que uma insignificante procura per capita. Mas a situação reflete também a tradicional inclinação da economia britânica para o mundo ‘subdesenvolvido’ e ainda, de certa forma, a demanda de luxo das classes altas e médias do país. [...] Na verdade, as transações ‘invisíveis’ da Grã-Bretanha proporcionavam-lhe um grande excedente, e não um déficit com relação ao resto do mundo. É provável que o mais importante destes ingressos proviesse a princípio da *frota mercante* britânica, que representava de um terço à metade da tonelagem mundial. [...] Até o começo da década de 1870, seus ganhos excederam os juros e dividendos oriundos dos investimentos britânicos no exterior. [...] Mais ou menos na mesma época, tornara-se também razoavelmente importante um quarta fonte, os ganhos de seguros, comissões de corretagem etc. – ou seja, aqueles advindos da posição financeira dominante da City.”¹⁹³ [grifos do autor]

Assim, podemos novamente colocar a flexibilidade conferida aos seus proprietários pelo capital financeiro dos grandes capitalistas como o fator explicativo principal do período. Sua hegemonia foi constituída pela particular capacidade de acomodação que essa fração da burguesia foi capaz de apresentar como “modelo de gestão”, como “hegemonia”. Por isso que, a despeito do que argumentam Platt e MacDonagh, e como podemos observar mesmo nos textos de Galbraith, “nenhum homem-de-Estado responsável (*no responsible statesman*) durante a ‘Little England Era’ abraçou a idéia de que a separação das colônias era uma perspectiva desejável”¹⁹⁴. Com efeito, é significativo que o adjetivo “Little Englander” jamais fosse reclamado para si ou para seus aliados, mas fosse utilizado com o intuito de denegrir adversários políticos¹⁹⁵. Na preciosa máxima de William Huskisson¹⁹⁶: “A Inglaterra não

¹⁹³ Eric J. Hobsbawm Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo (Industry and Empire): 2003. Forense Universitária, pág. 133.

¹⁹⁴ “But no responsible statesman during the ‘Little England’ era embraced the view that separation of the colonies from Britain was a desirable prospect.”

¹⁹⁵ “Significantly, the label of ‘Little Englanders’ was applied by politicians to opponents, not to themselves or friends.”

¹⁹⁶ Citada por C.R.Fay e reproduzida por Galbraith no texto apresentado: “Every reflecting man from the Tories of the right to the Radicals of the left realized in 1853, as in 1828, the ineluctable truth of [William] Huskisson’s memorable words ‘England cannot afford to be little. She must be what she is, or nothing.’”

pode se dar ao luxo de ser pequena. Ela deve ser o que ela é, ou nada.” Mas, então, o que sustenta o “anti-imperialismo” dos “anti-imperialistas”? Segundo Galbraith,

o próprio Cobden, como, aliás, toda a Escola de Manchester, da qual ele era freqüentemente porta-voz, não expressou uma filosofia consistente com respeito à política imperial. Ele era relativamente indiferente aos problemas do relacionamento dos britânicos com suas colônias, exceto com relação às suas implicações econômicas [TFF: ele as considerava um “desperdício”]. A sua grande causa do livre-comércio e da paz envolvia certos corolários na sua visão de império, mas sobre o Império Britânico como tal ele era ignorante (*uninformed*). Sua ênfase nas colônias variou de tempos em tempos, dependendo de circunstâncias específicas. Em público, ele geralmente insistia que era um imperialista esclarecido (*enlightened*).¹⁹⁷

Cobden, na opinião de Galbraith, não deve ser considerado exatamente um anti-imperialista, mas, antes de qualquer outra coisa, um reformista da política imperial britânica. Num registro da Câmara dos Comuns, sobre o debate acerca da “sugar bill”, costa a seu respeito que:

ele estava tão preocupado quanto qualquer outro que a competição (*race*) inglesa deveria estender-se sobre a terra; e ele acreditava que a colonização, sob um sistema próprio de gerenciamento, deve ser tão propícia aos interesses da pátria mãe quanto aos dos próprios *emigrantes*. Mas ele também acreditava que o sistema sobre o qual nossas relações coloniais estavam sendo conduzidas agora era puramente mau, injusto e uma perda para as pessoas desse país.¹⁹⁸ [grifo nosso]

Como vemos, não é um opositor das políticas imperialistas, mas um crítico da forma como ela é executada. Noutra ocasião, em Manchester, no ano da graça de 1849, disse que

As pessoas me dizem que eu quero abandonar nossas colônias; mas eu digo: você pretende segurar nossas colônias pela espada, pelos exércitos, pelos navios de guerra? Esse não é um modo permanente de segurá-las. Eu quero retê-las pelo afeto...¹⁹⁹.

¹⁹⁷ “Cobden, like the “Manchester School” of which he was frequently a spokesman,⁹ did not express a consistent philosophy with regard to imperial policy. He was relatively unconcerned with the problems of Britain’s relationships with colonies except regarding their economic implications. His great causes of free trade and peace involved certain corollaries in his views on empire, but on the British Empire as such he was uninformed. His emphasis on colonies varied from time to time depending on specific circumstances. On public occasions he often insisted that he was an enlightened imperialist.” (Galbraith)

¹⁹⁸ “He was as anxious as anyone that the English race should spread itself over the earth; and he believed that colonization, under a proper system of management, might be made as conducive to the interests of the mother country as to the emigrants themselves. But he also believed that the system upon which our colonial affairs were now conducted was one of unmixed evil, injustice, and loss to the people of this country.” Citado por Galbraith.

¹⁹⁹ “People tell me I want to abandon our colonies; but I say, do you intend to hold your colonies by the sword, by armies, and ships of war? That is not a permanent hold upon them. I want to retain them by their affections...” (Citado por Galbraith)

chegando mesmo a confessar, em correspondência a Edward (Bear) Ellice, em 1856, que suas idéias são completamente inaplicáveis à realidade britânica da sua época:

A idéia de defender, como parte integral de nosso Império, países a 10 mil milhas de distância, como Austrália, que não paga sequer um shilling à nossa Receita (para satisfazer a visão colonial do Lord North) *nem nos proporciona nenhum comércio exclusivo* (para realizar as demandas de Lord Chatham) é uma espécie quixotesca de asneira nacional como nunca se viu. Mas eu me controlo (*But I check myself*) – estou com um transtorno em meu humor (*I am in a serious mood*) e estou falando um senso comum, que é completamente inaplicável para a política de 1856.²⁰⁰ [grifos nossos]

Dessas declarações, podemos apreender observações interessantes para a compreensão do sistema capitalista de dominação. A primeira delas é que, muitas vezes, o que parece oposição não passa de autocrítica e o que se apresenta como disputa entre frações de classe, na verdade, não passa de uma disputa pelos rumos da mesma classe. Com efeito, a diferença entre direita e esquerda é o ponto de referência em que se estabelece o corte. Os estudos que apontam para o “anti-imperialismo” britânico no século XIX, por exemplo, focam nos pronunciamentos de defensores das colônias e excluem de suas análises os reais opositores do sistema imperial da época, sobretudo os partidos comunistas que se fortaleciam neste período, como sugerem os textos analisados no primeiro capítulo dessa dissertação. É um equívoco considerar a reforma de um sistema de dominação como fosse sua negação. Muito pelo contrário, toda a munção dos reformistas tem o evidente objetivo de perpetuar as atuais formas de dominação que se encontram ameaçadas interna ou externamente. Nenhum pensamento reformista é propositivo. Ele sempre está no campo da reação.

Quanto aos britânicos do século XIX, seu pensamento reformista não é menos imperialista que aqueles que assim se auto-intitulam. A partir do momento da consolidação do capital financeiro e, portanto, do imperialismo, não é mais possível “crescer” de outro modo que não seja por meio da busca incessante pela ampliação das bases de reprodução social e não é mais possível pensar numa hegemonia que seja

²⁰⁰ “The idea of defending, as integral parts of our Empire, countries 10,000 miles off, like Australia, which neither pay a shilling to our revenue (to satisfy the Colonial views of Lord North) nor afford us any exclusive trade (to fulfil the demands of Lord Chatham) is about as quixotic a specimen of national folly as was ever exhibited. But I check myself - I am in a serious mood, & am talking common sense, which is utterly inapplicable to the politics of 1856.” (citado por Galbraith)

dada por algum outro grupo que não aquele dominado pelo grande capital financeiro imperialista que, como nos ensinou Hilferding, é a forma suprema do capital.

Isso explica o fato de que, por mais que os britânicos confiassem que as regras do livre-comércio podiam, num momento de aparente calma, em meados do século XIX, garantir as trocas de modo vantajoso para os seus negócios – ou seja, nos termos de Kautsky, de que era possível de alguma maneira encontrar meios de estabelecer um concerto internacional, uma “ordem” entre as potências – era a perspectiva da concorrência internacional dos impérios que pairava no horizonte político que norteava as decisões acerca do destino das colônias.

Uma situação bastante emblemática dessa complexidade das relações internacionais do período era a que envolvia a Grã-Bretanha e a América do Norte (Canadá e Estados Unidos). Embora o Canadá fosse uma colônia em sentido estrito, eram os Estados Unidos (já independentes) que rendiam os maiores lucros aos britânicos. Os Estados Unidos, contavam com certa benevolência britânica, pois estes não queriam perder o importante mercado americano. Assim, quando os Estados Unidos atacavam o Canadá, os britânicos não se ocupavam em defendê-los, embora estivessem “obrigados a fazê-lo”²⁰¹. Mas isso desde que estivesse garantido que os Estados Unidos não conseguissem anexar o Canadá. Nos termos de Galbraith,

A exposição do Canadá aos ataques Americanos [estadunidenses] obviamente foi uma fonte de embaraço para a pátria-mãe, uma vez que existia a obrigação com a defesa. Mas nenhum ministro jamais expressou esses sentimentos, nem mesmo nas suas relações mais privadas com seus mais confiáveis amigos. Pelo contrário, todo governante – Whig ou Tory, Liberal ou Conservador – buscou manter a conexão e esteve dedicado à idéia de que a América do Norte Britânica não devia jamais cair nas mãos dos Estados Unidos²⁰²

Em sociedades capitalistas nunca é uma questão de todo simples separar adversários de clientes. Os próprios Estados Unidos, que nesta época se apresentavam como uma ex-colônia, como um mercado consumidor, logo se tornariam um entre os

²⁰¹ A metrópole nunca é obrigada a intervir em favor da colônia, por mais tratados e convenções que tenha assinado. Como nunca é demais lembrar, o pacto colonial não é simétrico, é de exploração.

²⁰² “(...) the exposure of Canada to American attack obviously was a source of embarrassment to the mother country so long as there was an obligation for its defense. But no minister ever expressed these sentiments, even in his most private communications with his trusted friends. On the contrary, every government-Whig or Tory, Liberal or Conservative-sought to maintain the connection and was dedicated to the proposition that British North America must not fall into the hands of the United States”

principais concorrentes à superação da Hegemonia britânica. Nas palavras de Galbraith,

as condições mundiais entre 1815 e a década de 1870 favoreceram a execução de políticas mais relaxadas do que aquelas que foram possíveis nos últimos anos do século. Antes de 1870, a Grã-Bretanha desfrutou a liberdade do acesso aos mercados do mundo todo num estágio sem paralelos até então. Outros Estados, que no último quarto do século se tornariam extraordinários competidores, eram ávidos consumidores das mercadorias e equipamentos britânicos. Potências que se tornariam seus mais importantes competidores na luta por colônias ainda nem tinham nascido (Alemanha e Itália) ou estavam preocupados demais com problemas internos para dedicar uma grande energia na expansão ultramarina [Estados Unidos].²⁰³

Se no período intermediário da Era Vitoriana o controle indireto foi mais utilizado o foi porque assim foi possível. A continuidade na política externa britânica no período imperialista que Gallagher e Robinson apresentam como nova forma de interpretar a história do império britânico do século XIX é, na verdade, a percepção de que os vitorianos seguiram sempre a máxima de Maquiavel de que a violência deve ser utilizada sempre que necessário, mas evitada sempre que possível. O que eles tangenciaram – sem, contudo, se aprofundar – é que para muito além de disputas internas da sociedade britânica, o que está em jogo é uma nova forma de configuração internacional do capitalismo²⁰⁴. Esse tipo de interpretação que Gallagher e Robinson fazem bem em criticar – a que analisa somente os discursos descolados da realidade efetiva – somente podem existir se abstraído o movimento das outras peças do jogo.

Primeiramente, temos que lembrar que os negócios britânicos precisaram dos esforços imperialistas no primeiro momento para abrir barreiras intransponíveis por meio das regras do livre-mercado – que, inclusive, ainda não existiam. Depois de

²⁰³ “World conditions between 1815 and the 1870's favored a more relaxed policy than was possible in the later years of the century. Before 1870 Great Britain enjoyed a freedom of access to the markets of the world unparalleled before or since. Other states, which in the last quarter of the century would become formidable competitors, were eager buyers of British consumer goods and capital equipment. Powers which were to become leading participants in the scramble for colonies were either yet unborn (Germany and Italy) or were too preoccupied with internal problems to devote great energies to over-seas expansion.”

²⁰⁴ “The fact that informal techniques were more often sufficient for this purpose in the circumstances of the mid-century than in the later period when the foreign challenge to British supremacy intensified, should not be allowed to disguise the basic continuity of policy. (...) But this investment, as was natural, was concentrated in such countries as Argentina and Brazil whose governments (even after the Argentine default of 1891) had collaborated in the general task of British expansion. For this reason there was no need for brusque or peremptory interventions on behalf of British interests. For once their economies had become sufficiently dependent on foreign trade the classes whose prosperity was drawn from that trade normally worked themselves in local politics to preserve the local political conditions needed for it. British intervention, in any case, became more difficult once the United States could make other powers take the Monroe doctrine seriously.” Mesmos autores, mesma obra.

normalizada a relação, de criados outros modos de exploração – e as próprias regras do livre-mercado – nos termos da Rosa, a partir do momento em que os laços que impediam a subordinação capitalista da economia local aos negócios britânicos haviam sido desatados, os executores da política imperial perceberam que poderiam fazer algumas “economias” e estabelecer formas indiretas de exploração. Do alto de sua soberba, “relaxaram”.

Mas a história dos outros países não estava congelada. Não existem somente a Grã-Bretanha e suas colônias no mapa geopolítico da colonização imperialista. Por este momento, além da Espanha, de Portugal e da Holanda – todos decadentes – a Grã-Bretanha enfrentava em seus propósitos imperial-capitalistas a concorrência da França e dos Estados Unidos e a recém-unificada Alemanha, que ascendiam rapidamente à condição de potência. Nos últimos anos do período vitoriano, os capitalistas de outros países – principalmente alemães e estadunidenses – aprendendo com os ingleses e encontrando suas próprias vias, formavam seus capitais financeiros com uma velocidade muito superior àquela que os britânicos empregaram na formação de sua sociedade. Em poucas décadas o capital financeiro alemão – pela via estatal – já estava concentrado em graus que – veremos no capítulo terceiro – os ingleses jamais conseguiriam alcançar e já era capaz de competir em setores decisivos como a química fina e a produção de máquinas. De outro lado – por meio de associações privadas – conglomerados financeiros estadunidenses já eram capazes de competir internacionalmente em setores tão cruciais quanto a energia, dominando, sobretudo, a tecnologia do petróleo. A esta lógica, movida pelos capitais financeiros – já carregando em si a fusão entre indústria e finanças – os Estados em que estes capitais se formavam responderam com o delineamento de políticas imperialistas que ofereceram uma forte concorrência aos interesses britânicos. Para entendermos o imperialismo britânico temos também que entender a sua dinâmica internacional com relação às outras potências. Se os homens do período final do império da Rainha Vitória, mais do que seus antecessores, recorreram às vias formais do imperialismo isso se deve muito mais às ameaças dos outros países capitalistas do que a um “atavismo”, a uma sanha imperialista inexplicável ou a um suposto maior “entusiasmo” com o império. Nas palavras de Lenin,

o que cria dificuldades à Inglaterra é também o monopólio e o imperialismo dos outros países (América, Alemanha). [...] Se a Alemanha aumenta o seu comércio com as colônias inglesas mais rapidamente do que a própria Inglaterra isso só prova uma coisa: que o imperialismo alemão é mais forte, melhor organizado do que o inglês, que lhe é superior; mas isso, não prova, de forma alguma, a 'supremacia' do comércio livre. E isto porque essa luta não opõe o comércio livre ao protecionismo, à dependência colonial, mas opõe entre si dois imperialismos rivais, dois monopólios, dois grupos do capital financeiro. A supremacia do imperialismo alemão sobre o imperialismo inglês é mais forte do que a muralha das fronteiras coloniais ou a das tarifas aduaneiras protetoras; tirar daí argumentos a favor da liberdade do comércio e da 'democracia pacífica' é divulgar asneiras, é esquecer os traços e os caracteres essenciais do imperialismo, é substituir o marxismo pelo reformismo pequeno-burguês.²⁰⁵

Diferentemente do que afirmam Platt e MacDonagh, a garantia da segurança dos negócios imperiais não é uma coisa qualquer. É tudo o que um Estado burguês poderia oferecer aos capitalistas que não a criação de um monopólio artificial. Ou seja, se existe uma sociedade burguesa relativamente desenvolvida (como a da Inglaterra), o Estado capitalista precisa exercer o papel de conciliar esses interesses e não pode, portanto, promover diretamente os negócios privados, pois a separação legal entre público e privado é questão essencial do Estado Moderno – mesmo que isso não signifique a total autonomia (impossível) de um frente ao outro. O papel do Estado Moderno consiste justamente na promoção dos interesses *comuns* da burguesia, e foi exatamente isso que o Estado imperial britânico fez por todo o período vitoriano, como podemos perceber mesmo nos argumentos de Platt:

Com relação ao capital [investimentos diretos; ferrovias, hidrelétricas, etc], como em relação ao comércio, o apoio oficial esteve confinado à criação de condições nas quais os investimentos em geral tivessem lugar; projetos individuais não foram apoiados.²⁰⁶

Já onde não pre-existia uma sociedade burguesa desenvolvida, o Estado pôde – em situações bastante específicas, como, por exemplo, na Alemanha – criar conglomerados financeiros extremamente concentrados a uma velocidade impossível de ser acompanhada nos termos em que os britânicos foram formados. Paradoxalmente, as condições que permitiram a ascensão do império britânico – uma sociedade burguesa (industrial e bancária) bastante desenvolvida (com muitos

²⁰⁵ Lenin, mesma obra, página 113

²⁰⁶ “In capital, as in trade, official support was confined to the creation of conditions in which investments in general might take place; individual projects were not supported, and the Foreign Office showed itself much more reluctant to consider claims for investment opportunities in China than it was to press for the general interests of British trade.” (some reservations)

banqueiros e capitães de indústria) – foram as mesmas condições que viriam a entravar seu desenvolvimento num momento posterior, permitindo que sociedades mais concentradas, como a alemã, ameaçassem sua condição de supremacia, como veremos no terceiro capítulo desta dissertação.

CAPÍTULO III: O IMPERIALISMO GENTLEMAN; A GENTIL ÉTICA DOS NEGÓCIOS DA GUERRA

Coração
Grande órgão propulsor
Transformador do sangue
Venoso em arterial

Coração
Não és sentimental
Mas entretanto dizem
Que és o cofre da paixão

Coração
Não estás do lado esquerdo
Nem tampouco do direito
Ficas no centro do peito - eis a verdade!

Tu és pro bem-estar do nosso sangue
O que a casa de correção
É para o bem da humanidade

Coração
De sambista brasileiro
Quando bate no pulmão
Lembra a batida do pandeiro

Eu afirmo
Sem nenhuma pretensão
Que a paixão faz dor no crânio
Mas não ataca o coração

Conheci
Um sujeito convencido
Com mania de grandeza
E instinto de nobreza

Que, por saber
Que o sangue azul é nobre
Gastou todo o seu cobre
Sem pensar no seu futuro

Não achando
Quem lhe arrancasse as veias
Onde corre o sangue impuro
Viajou a procurar de norte a sul

Alguém que conseguisse
Encher-lhe as veias
Com azul de metileno
Pra ficar com sangue azul

(Noel Rosa)

Vimos pelo que tratamos até aqui que é da intenção de grupos que aspiram à hegemonia de um Estado qualquer apresentar suas propostas de políticas públicas enquanto expressão de ‘interesses gerais’. Contudo, comumente, estes modelos, vêm acompanhados de longas justificativas segundo as quais essas políticas seriam também expressões de um conjunto de valores pautados pela coerência e moralmente superior àqueles que embasam as políticas públicas apresentadas por outros grupos que concorrem pelos rumos do Estado. Este conjunto de valores é constituinte tanto dos modelos de políticas públicas apresentados ao Estado quanto dos próprios grupos em questão. Sendo assim, é possível concluirmos que existe uma dimensão própria deste conjunto de valores; por seu conteúdo moral, passível de ser estendido a outros grupos que não estão contidos nos limites arbitrários de unidades políticas tais quais os Estados modernos. Do contrário, podem formar por vezes grandes grupos transnacionais, que comungam dos mesmos valores e se sentem mais parte dessa comunidade de interesses do que da própria “nação”.

Desta forma, os Estados-nação modernos, enquanto expressão máxima do poder organizado, podem ser vistos por estes grupos políticos como “objeto” necessário para a realização local de valores que têm caráter universal, quanto como “veículo” para a própria universalização desses valores, por meios imperialistas.

Como vimos, o Estado moderno – burguês – é a tentativa de conferir aos interesses específicos das classes dominantes o caráter de “bem-comum”. Se faz parte da ideologia dominante *em geral* apresentar-se como desprovida de interesses particulares, faz parte da ideologia dominante *moderna* – burguesa – apresentar-se como “racional”, “objetiva” e, portanto, *no limite*, isenta de valores morais. Mas, do fato de que o Estado, enquanto sistema – ou seja, enquanto soma de partes que ganha uma dimensão própria – adquire a particularidade de *aparentemente* possuir interesses próprios desprovidos de valores morais; não podemos concluir que esses interesses aparentemente próprios do Estado são os interesses dos cidadãos representados neste Estado, nem que existe uma “razão de Estado” propriamente dita²⁰⁷.

Essa afirmação – a de que existe uma “razão de Estado” – leva freqüentemente os historiadores e cientistas sociais a conclusões de que este ou aquele líder, este ou

²⁰⁷ Como afirma Marx em passagem já citada na nota 2.

aquele partido, se valem de determinado discurso como mera “ideologia”, por hipocrisia; somente para enganar suas populações. Ainda que isto ocorra muitas vezes, o estudo da história política – supostamente “realista” – pautado na oposição “ideologia” *versus* “pragmatismo” geralmente produz inferências que desprezam totalmente o papel das idéias. Concordamos com o historiador da política internacional Martin Wight:

poucos erros no estudo da política internacional são maiores do que supor que doutrinas revolucionárias foram descartadas ou são mantidas somente de maneira hipócrita por motivos de estado (*sic*). Isto é mostrar ignorância a respeito das convicções e das motivações humanas²⁰⁸

O Estado ganha vida por meio da ação dos homens. As idéias, interesses e paixões destes homens devem, portanto, ser levados em consideração na análise política.

O fato de personificarmos as potências [...] dizendo que a *Grã-Bretanha* faz isto, que os *Estados Unidos* exigem tal coisa, e que a política da *União Soviética* é de tal forma, é uma consequência do nacionalismo do século XIX. Esta linguagem é tão mitológica quanto se falássemos em John Bull, Tio Sam ou no Urso Russo. Nesse contexto, ‘Grã-Bretanha’ constitui um símbolo para designar um agente político extremamente complexo, formado pelos funcionários permanentes do *Foreign Office* e pelas seguintes pessoas ou entidades: o Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Primeiro-ministro, o Gabinete, a Câmara dos Comuns, bem como as gerações mortas que criaram as tradições nacionais, todos combinando e interagindo numa infinidade de variações e de influências mútuas. Esses termos estenográficos²⁰⁹ são, é claro, inevitáveis nos artigos políticos, mas tornam-se perigosos se nos levam a pensar que as potências são monstros inescrutáveis e temerosos que seguem suas próprias leis predestinadas. Uma potência é simplesmente uma coleção de seres humanos seguindo certas formas de ação tradicionais, e, caso um número suficiente deles resolva alterar seu comportamento coletivo, é possível que tenham sucesso.²¹⁰

Discordamos do autor de que a potência seja “simplesmente” uma coleção de seres humanos, uma vez que a palavra “simples” significa exatamente o oposto da formação dos Estados-nacionais. Mas não temos dúvida de que o uso de “termos estenográficos”, como aponta o autor, são muito freqüentes nas análises das coisas sociais, justamente pelo fato de que essas abstrações, sob a forma de Instituições, assumem concretude por meio de ações. Comumente somos levados a personificar coisas de difícil definição, com o intuito de simplificarmos, como quando usamos as expressões “mau-humor dO Mercado”; “a ética dA Empresa”; e “o pensamento dA

²⁰⁸ Martin Wight, *A política do poder*, página 83

²⁰⁹ Segundo o Houaiss: estenografia é uma “técnica de escrita que utiliza caracteres abreviados especiais, permitindo que se anote as palavras com a mesma rapidez com que são pronunciadas; taquigrafia, logografia, pasistenografia.”

²¹⁰ Mesma obra, páginas 7 e 8.

Casa”, e muitas outras. No estudo da sociedade britânica do período vitoriano, uma dessas “personagens” nos chama a atenção: “a City”, ou seja, o centro financeiro de Londres; lugar em que os grandes banqueiros, os grandes industriais e os grandes comerciantes – antes e depois da fusão do capital financeiro – se encontravam para trocar informações, dinheiro e outras mercadorias. Entretanto, segundo os jornalistas/historiadores Hamish McRae e Frances Cairncross, no livro *Capital City – London as a Financial Centre*, “A City” era muito mais que isso. Com efeito,

este é o modo como os estrangeiros vêem a City – simplesmente como a capital financeira/econômica (*financial*) do mundo. Mas na Grã-Bretanha, a reputação da City é muito diferente. Muitas pessoas vêem essas atividades com receio e aversão. Eles as vêem não como um setor particularmente eficiente da indústria britânica, mas fundamentalmente como um centro de tráfico (*share dealing*), onde a sorte das companhias e seus empregados é decidida por um punhado de jovens operadores de mercado. Realmente, lendo grande parte da imprensa da City, pode-se perdoar quem pensa que essa era a coisa mais importante ocorrendo na *Square Mile*.²¹¹

A intenção desses dois autores é desmistificar a imagem de que a City “vivía” somente das atividades dos financistas, mostrando facetas geralmente desconhecidas e mecanismos internos do setor de modo a sustentar o argumento de que a City não é um parasita, mas, muito pelo contrário, sempre foi fator de dinamismo para a economia britânica, conforme discutido anteriormente. Da perspectiva internacional do capitalismo britânico, nos chama a atenção não somente o funcionamento dos bancos, mas, justamente, o precioso retrato que eles nos fornecem daquela City em que os jovens operadores de mercado definem o destino de milhões de pessoas ao redor do mundo. Porque

A City, na realidade, é uma vila (*village*). Quase todas as firmas e mercados descritos neste livro estão apinhados dentro de poucas centenas de jardas umas das outras; algumas, em pequenas ruelas e becos; outras, em quarteirões de prédios (*tower blocks*) ao longo das maiores ruas que irradiam do *bank of England*.²¹²

²¹¹ “This is how foreigners see the City – quite simply, as the financial capital of the world. But in Britain the City’s reputation is rather different. A lot of people view its activities with suspicion and distaste. They see it not as a peculiarly efficient sector of Britain industry but primarily as the centre of share dealing, where the fate of companies and their employees is decided by a handful of sharp young market operators. Indeed, to read much of the City press, one might be forgiven for thinking that this was the most important thing that goes in the Square Mile. This book tries to show that there is a lot more to the City than share dealing.” Hamish McRae e Frances Cairncross, página XI.

²¹² Mesma obra, página XIV “The City, indeed, is a village. Almost all the firms and the markets described in this book are clustered within a few hundred yards of each other, some down small lanes and alleyways, others in tower blocks along the bigger streets radiating out from the bank of England.”

E no que implica o fato de que grande parte dos negócios do mundo estejam tão concentrados geograficamente?

Muitas das pessoas mais *top* da City – ou pelo menos na comunidade central (*central community*) dos *money markets*, bancos e bolsa de valores – se conhecem e normalmente gostam uns dos outros. Eles provavelmente se encontram de tempos em tempos no almoço. Não existe nada como um almoço descontraído (*free lunch*) na City. Esta é a ocasião, quando eles relaxam e seu senso de oportunidade indica (*when cautions hints and dropped*), em que as informações delicadas são trocadas, e as parcerias mais lucrativas são seladas.²¹³

É de se esperar também que, nesta prosaica “vila”, os homens tendam – justamente por conta do convívio – a trocar muito mais do que mercadorias. Num lugar de tantos encontros, é “natural” que eles passem a compartilhar experiências, hábitos e valores; forjando um modo particular de vida. É “natural” que nesta comunidade – no sentido forte do termo – surja de modo sólido tanto um “sentido de pertencimento”, quanto um modo peculiar de conceber a identidade do grupo. E como é esse grupo, metonimicamente chamado de “a City”?

Como em toda vila (*village*), a City é exclusiva. Ela fica ressentida com a interferência externa – particularmente se essa interferência externa vem de *Whitehall*²¹⁴ – e *demora um longo tempo para aceitar recém-chegados [...]*. Na verdade, algumas das figuras mais bem-sucedidas da City podem ser taxadas como estranhos por muitos homens da City.²¹⁵ [grifos nossos]

Deste “exclusivismo”, podemos perceber duas características muito importantes desta “vila”. A primeira delas é que é *possível*, depois de um longo período de tempo, um estrangeiro ser aceito como um “igual”. A segunda é o forte sentido de resistência à interferência por parte de “estranhos”, especialmente quando esses “estranhos” são gente do governo cuja tarefa é regular os negócios privados dos homens da City – o

²¹³ Mesma página. “Most of the top people in the City – or at least within the central community of the money markets, banks and stock market – know and usually like each other. They probably meet from time to time over lunch. There is no such thing as a free lunch in the City. It is the occasion when cautions hints and dropped, delicate information traded, lucrative acquaintances sealed.”

²¹⁴ Segundo a Wikipedia: “*Whitehall* é uma rua arterial em Westminster, Londres, Inglaterra que serve como centro administrativo do Reino Unido. Conexão entre *Parliament Square* e *Trafalgar Square*, *Whitehall* é conhecida como sede do governo britânico, já que a maioria dos prédios que abrigam as mais importantes instituições do país estão situadas lá. O nome *Whitehall*, muita vezes utilizado como metonímia para o Gabinete real, foi-lhe colocado em memória do antigo Palácio de *Whitehall*.” <http://pt.wikipedia.org/wiki/Whitehall> acessado em 5 de janeiro de 2011, às 20:12h.

²¹⁵ Mesma página. “Like every village, the City is exclusive. It resents outside interference – particularly if it comes from Whitehall – and it takes a long time to accept newcomers, though the new entrant may not be aware of this. Indeed, a few of the City’s most successful figures would be set down as outsiders by many City men.”

que não quer dizer de modo imediato que as políticas públicas não lhes interessem, ou que qualquer ajuda do Estado seja mal-quista, mas que

a City tem um senso de responsabilidade: preferencialmente, poderia acossar seus próprios velhacos (*it would rather hound its own rascals*) em vez de deixar-se policiar abertamente pelo *bank of England* ou (a suprema indignação) passar esse controle para o *Department of Trade and Industry*.²¹⁶

Portanto, a “suprema indignação” dos homens da City não era exatamente a interferência do Estado em geral, mas passar o controle de seus problemas para o Departamento de Comércio e Indústria. *Este tipo* de interferência nos negócios era totalmente indesejada.

Com efeito, faz parte da formação da sociedade capitalista britânica – a primeira sociedade industrial do mundo – a peculiaridade de que, nela, nas palavras de Martin J. Wiener, “o industrialismo nunca pareceu absolutamente em casa”. No país que deu início à ‘grande ascensão’ da humanidade, o crescimento econômico freqüentemente foi visto com receio e desdém²¹⁷ e formou-se um pensamento anti-industrialista tão forte que, nas palavras de Wiener, foi criado um “cordão sanitário cultural” cercando as forças do desenvolvimento econômico como a tecnologia, a indústria e o comércio.²¹⁸

É claro que um sentimento anti-industrialista somente poderia surgir onde existem indústrias, mas o fato de que foi justamente onde ela se mostrou pioneira que o movimento em seu contrário foi mais forte, pode sugerir duas coisas concomitantes e complementares. Primeiramente que foi necessária muita violência para obrigar os trabalhadores a se submeterem ao trabalho assalariado, especialmente pelas condições desumanas de trabalho no início das manufaturas inglesas e diversos movimentos organizados e rebeliões “espontâneas” marcam os anos “industrialistas” antes da saída imperialista. Não se governa com base na violência por muito tempo e, como vimos, a hegemonia do capital industrial necessariamente se confronta com oposições demasiadamente fortes e têm extrema dificuldade para conseguir as

²¹⁶ Mesma página. “Finally the City has a sense of responsibility: ideally it would rather hound its own rascals than let itself be policed too openly by the bank of England or (the ultimate indignity) handed over to the Department of Trade and Industry.”

²¹⁷ Martin J. Wiener, *English Culture and the decline of the industrial spirit (1850-1980)*, página n “In the world’s first industrial nation, industrialism did not seem quite at home. In the country that had started mankind on the ‘great ascent’, economic growth was frequently viewed with suspicion and disdain.”

²¹⁸ “they seemed to bore witness to a cultural *cordon sanitaire* encircling the forces of economic development – technology, industry, commerce”; Mesma obra.

parcelas necessárias de consentimento no período da assim chamada acumulação primitiva. Mas por outro lado, as forças produtivas sob a forma industrialista se mostraram muito competitivas e o modo assalariado de exploração de pessoas foi vencendo lentamente a hesitação dos capitalistas mais ricos, que passaram a dedicar partes cada vez maiores de seu capital no setor industrial – ainda que essa porção ainda fosse minoritária no conjunto de negócios desses grandes capitalistas. Métodos pré-industriais como o *putting-out-system* e as manufaturas foram crescendo de importância até que as indústrias ganhassem forma e – reiteramos – lentamente, a sensação de que o “progresso” era o futuro da humanidade e que o mundo inevitavelmente se industrializaria começou a impactar no modo como as pessoas produziam as coisas necessárias à vida.

O *sentimento* inicial com relação ao industrialismo era de ambigüidade, e a *idéia* de que o industrialismo foi “escolhido racionalmente” – que foi uma “evolução” – porque se mostrou um método mais “eficiente” de acumulação de riquezas do que outros e que as classes dominantes “optaram” por modificar o modo de produção porque ele era mais lucrativo; é, como diria Marx, um mito; um capítulo inscrito na “história idílica do capitalismo” tanto quanto o “capitalista poupador” da “acumulação originária”. E ainda que possamos perceber que – lentamente – a indústria foi ganhando espaço na economia britânica e o industrialismo foi – com muitas ambigüidades – se consolidando em alguns setores relativamente importantes da elite; trata-se de um grande anacronismo o pensamento de que esses homens tivessem a condição de perceber racionalmente, de antemão, que o industrialismo fosse a forma mais eficiente de explorar o mundo. **O industrialismo foi a forma mais eficiente de explorar o mundo somente em um período muito específico da história humana.** Um período de difícil determinação, mas que, seguramente, em escala global, começa apenas no século XIX e dura, provavelmente, até mais ou menos a metade do século XX. Noutros períodos da história, persiste como sistema de organização das idéias do mundo o que pensador estadunidense Thorstein Veblen definiu como a “cultura do ócio”, em que as atividades industriais são consideradas indignas.²¹⁹

²¹⁹ A principal obra de Thorstein Veblen tem por título original “The Theory of the Leisure Class”. Acompanhamos as traduções para o português que utilizam o termo “ócio” no lugar de “leisure”, que também pode expressar em inglês o que em português expressamos com o vocábulo “prazer”. Nesta dissertação, nos apoiamos na tradução para

Em seus estudos sobre “a origem e a natureza de uma classe ociosa convencional, de um lado, e, de outro, o início da propriedade individual”²²⁰, Veblen aponta como traço universal das comunidades humanas, desde os seus primórdios, a distinção entre dois tipos de trabalho, sendo que um deles é tido como honroso e o segundo como desonroso²²¹. O critério que determina se tal ou qual atividade pertence a um tipo ou ao outro não são as mesmas ao longo da história das comunidades humanas, mas uma característica fundamental permanece: as atividades rotineiras, monótonas, que exigem poucas competências extraordinárias tendem a ser consideradas inferiores, desonrosas; ao passo que tarefas que exigem astúcia são consideradas dignas de honraria.²²² Sendo assim,

O trabalho manual, a indústria e de modo geral todas as tarefas relativas ao trabalho diário de subsistência tocam exclusivamente à classe inferior. [...] De qualquer modo, com insignificantes exceções, as classes altas em regra não têm funções industriais e este fato é a expressão econômica de sua superioridade.²²³

É assim que, quanto mais a sociedade cria condições materiais de produção de artigos necessários à sobrevivência do grupo, mais se intensifica uma certa tendência a “dispensar” alguns homens de atividades rotineiras imediatamente relacionadas a essa sobrevivência. Conseqüentemente, estes homens dirigem seus esforços para a prática de atividades outras, geralmente tidas por espetaculares, e passam a formar aquilo que o autor denomina “classe ociosa”.²²⁴ Nas suas palavras,

o português digitalizada. Essa digitalização se baseou na edição de 1980 da Coleção “Os Pensadores” da Editora Abril. Contudo, no processo de digitalização, a paginação foi bastante desconfigurada e algumas páginas ficaram ilegíveis, tornando-a (a paginação) pouco confiável. Nestes casos, nos valem da tradução para o espanhol. Sendo assim, preferimos fazer as citações dessa obra indicando somente os capítulos de onde foram tiradas.

²²⁰ Obra citada, Capítulo II. Antes de qualquer outra coisa, gostaríamos de deixar clara a ressalva de Veblen neste capítulo segundo a qual “o termo ‘ócio’, na conotação que tem neste estudo, não implica indolência ou quiescência. Significa simplesmente tempo gasto em atividade não-produtiva.”

²²¹ A idéia de “honra” e “desonra” se explica, para ele, pelo fato de que todos os homens concebem a sua existência em relação a outros homens com os quais convive, estabelecendo entre estes e eles mesmos uma “comparação odiosa”, ou seja, são invejosos. Voltaremos a esse ponto logo mais.

²²² Capítulo I. “A classe ociosa, como um todo, compreende as classes nobres e as classes sacerdotais e grande parte de seus agregados. As ocupações são diferentes dentro da classe ociosa, mas todas elas têm uma característica comum - não são ocupações industriais. Estas ocupações não-industriais das classes altas são em linhas gerais de quatro espécies - ocupações governamentais, guerreiras, religiosas e esportivas.”; Capítulo II “Desde os tempos dos filósofos gregos até hoje, reconheceram os homens ponderados, como requisito de uma vida digna, bela ou mesmo virtuosa, que é preciso ter um certo ócio e estar livre de contato com certos processos industriais ligados às necessidades cotidianas da vida humana. A vida ociosa, por si mesma e nas conseqüências, é linda e nobre aos olhos de todos os homens civilizados.”

²²³ Capítulo I.

²²⁴ Capítulo I. “a subsistência deve ser possível de modo suficientemente fácil para que uma parte considerável da comunidade fique livre da rotina regular do trabalho.”

a instituição da classe ociosa surgiu gradualmente durante a transição da selvageria primitiva para o barbarismo; ou, mais precisamente, durante a transição de um modo de vida pacífico para um mais consistentemente guerreiro. [...] Habitando-se o grupo firmemente a um modo predatório de vida, a função do homem capaz, na economia social, passa a ser matar, destruir os concorrentes que na luta pela existência tentam resistir-lhe ou enganá-lo, vencer e reduzir à subserviência as forças estranhas que no ambiente se mostram refratárias. [...] Uma diferença injuriosa surge deste modo entre a proeza e a aquisição pela força, de um lado, e a atividade industrial, de outro²²⁵.

Veblen não afirma, contudo, que seja possível existir um estado da humanidade em que não ocorra algum tipo de luta. O que importa, para ele, não é a ocorrência excepcional da luta, mas o surgimento de um “estado de espírito habitualmente belicoso.”²²⁶ E este “estado belicoso”, para ele, tem origem justamente com a formação dessa “classe ociosa” pois,

no curso da evolução cultural, o aparecimento de uma classe ociosa coincide com o início da propriedade. É uma coincidência necessária porque as duas instituições resultam do mesmo conjunto de forças econômicas. Na fase inicial do seu desenvolvimento, as duas são somente aspectos diferentes dos mesmos fatos gerais de estrutura social. Tanto o ócio como a propriedade são elementos da estrutura social, são fatos convencionais; e como tais nos interessam no momento. O abandono habitual do trabalho não constitui uma classe ociosa; tampouco o fato mecânico do uso e consumo constitui propriedade.

Então, para ele, o que constitui “propriedade”? Seria uma relação “econômica”?

A propriedade surgiu e se tornou uma instituição humana sem relação com o mínimo de subsistência. O incentivo dominante desde o início foi a *distinção odiosa* ligada à riqueza [grifos nossos][...]. A propriedade foi inicialmente presa conseguida como troféu numa surtida armada. Enquanto o grupo manteve de certo modo a sua primitiva organização comunal ou enquanto continuou em estreito contato com outros grupos hostis, a propriedade de coisas ou pessoas

²²⁵ Capítulo I. De certo modo a mesma afirmação pode ser feita quanto às comunidades mais civilizadas de hoje. Este ponto de vista se reforça ainda quando se considera a predileção, nos emblemas heráldicos, por animais e aves de rapina mais vorazes. O bárbaro, com a sua apreciação de honra e dignidade, fundada no senso comum, considera que matar adversários temíveis, humanos ou não, é uma atividade eminentemente honorífica. E esta alta função de morticínio, expressão da prepotência do bárbaro, torna todos os outros feitos de morte igualmente honoríficos e prestigiosos, assim como todos os seus instrumentos e acessórios. As armas são honoríficas, e o seu uso, mesmo contra as mais insignificantes criaturas dos campos, torna-se um emprego honorífico. A atividade industrial, de outro lado, torna-se odiosa; e do ponto de vista do senso comum os instrumentos e equipamentos da indústria se consideram indignos de um homem capaz. O trabalho se torna tédio.

²²⁶ Capítulo I. “Poder-se-ia, portanto, objetar que é impossível a existência deste suposto estágio inicial de vida pacífica. Na evolução cultural não existe um momento em que não se observe luta. A questão, contudo, não é a ocorrência de luta, esporádica ou ocasional, ou mesmo mais ou menos freqüente e habitual; a questão é a existência de um estado de espírito habitualmente belicoso, a existência de um hábito dominante de julgar os fatos e os acontecimentos sob o ponto de vista de luta. Atinge o grupo a sua fase cultural predatória somente quando a atitude predatória se torna a atitude espiritual habitual e aceita para os seus membros; quando a luta se torna a nota dominante na teoria de vida do grupo; quando a apreciação vigente dos homens e das coisas é feita sob o ponto de vista da luta.”

era útil principalmente pela comparação odiosa que se estabelecia entre o seu possuidor e o inimigo de que ele as tomara²²⁷

A propriedade, que não é uma relação eterna, e que, portanto, muda de significado ao longo do tempo; tem, assim, sua origem em dois sentimentos complementares, quais sejam, a “comparação odiosa” – inveja – e o “ímpeto guerreiro” originados pela distinção entre trabalho rotineiro e trabalho espetacular. Com efeito, essa propriedade, ao longo do tempo, foi assumindo o caráter pecuniário e, com o crescimento da “indústria normal”, a posse da riqueza se tornou mais importante como critério de valoração social do que a própria façanha guerreira, uma vez que as oportunidades de demonstrar superioridade por meio delas se tornaram mais raras a partir do crescimento das atividades industriais – que, por sua natureza, exigem maior dedicação rotineira. Assim, outros critérios se mostraram necessários para a demonstração de distinção perante os olhos dos outros²²⁸.

Ao mesmo tempo, crescem em número e possibilidade as oportunidades para agressão industrial e para a acumulação de propriedade pelos métodos quase-pacíficos da indústria nômade. E o que é mais relevante ainda, neste ponto, é que a propriedade se torna agora a prova mais evidente de um grau honorífico de sucesso como coisa distinta de realização heróica ou notável. A propriedade se torna portanto a base convencional da estima social. Nenhuma posição honrosa na comunidade é possível sem ela. Torna-se indispensável adquirir e acumular propriedade a fim de conservar o próprio bom nome. Logo que a posse de muitos bens se torna assim a marca de eficiência pessoal, a posse da riqueza assume a seguir o caráter de uma base independente e definitiva de estima dos outros. Os bens materiais, sejam eles adquiridos agressivamente por esforço próprio, sejam eles adquiridos passivamente por herança de outros, tornam-se a base convencional da honorabilidade. A riqueza, no início valiosa, simplesmente como prova de eficiência, se torna no entendimento popular um ato meritório por si mesmo. A riqueza é agora coisa honrosa intrinsecamente; confere honra ao seu possuidor. A instituição da classe ociosa, mesmo que não tivesse surgido juntamente com a propriedade individual, por força da desonra ligada às tarefas produtivas, teria sido de qualquer modo uma das primeiras conseqüências da propriedade. E é preciso notar que, embora tivesse existido em teoria desde o início da cultura predatória, a classe ociosa assume nova e mais completa significação com a transição de um estágio predatório para o seguinte estágio pecuniário²²⁹. Desde então é ela uma "classe

²²⁷ Capítulo II.

²²⁸ Capítulo II. Não quer isto dizer que não se obtenha estima por meio de outros sinais de proeza, mais diretos; nem que o sucesso na agressão predatória ou na façanha guerreira cesse de ter a aprovação e admiração da multidão. Ou cesse de suscitar a inveja dos concorrentes menos felizes. Quer dizer simplesmente que as oportunidades de distinção por meio da direta manifestação de força superior são cada vez menos possíveis e freqüentes.

²²⁹ Segundo o Houaiss, palavra de origem latina sinônimo de dinheiro. Capítulo II: “Um padrão de vida ainda seria possível, que admitisse comparação invejosa a outros respeitos que não o da opulência; como, por exemplo, uma comparação nas manifestações de força moral, física, intelectual ou estética. Hoje em dia estão em voga comparações em todas essas direções; e a comparação feita a esses respeitos está em geral tão inextricavelmente ligada à comparação pecuniária, que dificilmente se distingue desta última. Isto é especialmente verdadeiro no que

ociosa" não somente em teoria mas também de fato. Desse momento data a instituição da classe ociosa na sua forma consumada.²³⁰

pois é somente com a condição de se apropriar dos próprios os frutos do trabalho alheio que é possível o surgimento de uma classe excluída de fato das atividades que garantem a sobrevivência do grupo. Mas, por outro lado, em culturas pecuniárias, a mera propriedade do dinheiro não é capaz de conferir aos homens a distinção honorífica, pois, devido ao seu grau abstrato, a propriedade não pode ser facilmente exibida aos olhos dos outros, de modo que precisa se fazer expressa de outro modo que não nela mesma²³¹; é preciso encontrar meios de exibir provas de que o homem honroso não se “sujou” com o trabalho industrial. Como

o homem ocioso [TFF: mesmo numa região tão pequena e exclusiva como a City] não passa todo o seu tempo diante dos olhos dos outros, a fim de regalá-los com o espetáculo do ócio honorífico que, segundo o esquema ideal, constitui a sua vida; parte do seu tempo gasta-o ele forçosamente longe dos olhos do público. Tem, por amor ao seu bom nome, de prestar contas convincentes de sua utilização deste tempo disponível privado. Tem de encontrar um meio de mostrar a todos que passa no ócio também tais horas gastas longe de espectadores. Isto só pode ele fazer indiretamente, mostrando algum resultado tangível e duradouro do seu ócio; isto é, só pode fazê-lo como fazem os artesãos e servos que ele emprega, exibindo os produtos tangíveis e permanentes de seu trabalho. [...] São dessa espécie, por exemplo, no nosso tempo, o conhecimento das línguas mortas e das ciências ocultas, da ortografia correta, da sintaxe e da prosódia, das várias formas de música doméstica e de outras artes do lar, dos últimos refinamentos do vestuário, da mobília e da equipagem, de jogos, esportes e animais de raça como cães e cavalos de corrida. Em todos estes ramos do conhecimento, o motivo inicial de sua aquisição e de sua voga pode ter sido algo de muito distanciado do desejo de demonstrar que não se perdeu tempo em atividade industrial. Todavia, se tais talentos não tivessem sido aceitos como prova de atividade improdutiva, eles não teriam sobrevivido sob a forma de talentos convencionais da classe ociosa.

O decisivo, portanto, para que uma pessoa seja reconhecida como digna aos olhos dos outros é que ela consiga demonstrar que possui dinheiro o suficiente para não precisar trabalhar. É evidente que as atividades consideradas mais dignas aos olhos dos outros podem variar – e variam – substantivamente ao longo dos anos. Hoje em dia, diversos conhecimentos são mais valorizados do que a música clássica ou a sintaxe das línguas mortas; mas o fato de que nas classes mais altas e mais

concerne à classificação contemporânea das expressões de força ou proficiência intelectual ou estética; de modo que freqüentemente interpretamos como estética ou intelectual uma diferença que, em substância, é apenas pecuniária.”

²³⁰ Capítulo II.

²³¹ Capítulo II “Para obter e conservar a consideração alheia não é bastante que o homem tenha simplesmente riqueza ou poder. É preciso que ele patenteie tal riqueza ou poder aos olhos de todos, porque sem prova patente não lhe dão os outros tal consideração.”

“tradicionais” costuma-se preservar o culto àquilo que se chama de “alta cultura” – freqüentemente preservando inclusive as mesmas atividades de há séculos – é sinal de que o esquema de Veblen é bastante explicativo do comportamento das elites, pois, em qualquer época,

o conhecimento das normas da boa educação é sinal ostensivo de que o indivíduo, enquanto está longe da observação dos outros, se ocupa em adquirir talentos de nenhum valor lucrativo. Em última análise o valor das boas maneiras está no fato de que são prova de uma vida de ócio.²³²

Portanto, temos que não somente a riqueza e a propriedade constituem sinal de honra, mas também a educação e o hábito. A questão não é o meio no qual se expressa a superioridade, mas que ela seja exibida aos olhos do público. Deste modo, atividades como o desperdício, o consumo de coisas inúteis, o total desprezo pelas regras comedidas com que as pessoas “normais” organizam seus “orçamentos” são altamente valorizadas como sinal distintivo da elite.

Todavia, do ponto de vista da construção da hierarquia social, o importante não é que ela se assenta no ócio, na propriedade ou na “boa educação”. Na verdade, tanto faz o meio de expressão. O que importa é que o seu fundamento é – uma vez que se dá por meio da “comparação odiosa” – relacional. O importante é que os homens, sobremaneira os “da elite”, se sintam mais especiais que os homens “normais” e que assim o sejam por eles reconhecidos. Deste fato, deriva que se torna possível um sistema de hierarquização em que as pessoas mais distantes da necessidade de se aterem aos trabalhos imediatamente ligados à sobrevivência da comunidade podem se dedicar ao cultivo de hábitos e valores que os distingue tanto no plano “econômico” quanto no “cultural”. Esta estratificação – “econômica” e “cultural” – permite, por sua vez, o surgimento de subclasses dentro da elite, com interesses ligeiramente diferentes dos de seus senhores, mas cuja reprodução está subordinada aos deles, pois “afiliam-se a eles por um sistema de dependência ou lealdade, ganhando respeitabilidade e adquirindo de seus patronos os meios necessários à vida de ócio”.²³³

²³² Capítulo II.

²³³ Capítulo II. Inclusive, torna-se interessante ao senhor contar com um número elevado de “agregados”, de modo a demonstrar sua capacidade pecuniária perante os outros. Assim, quanto mais “agregados” – e quanto mais especializados e inúteis forem os seus serviços – maior é o prestígio pecuniário do senhor. A essa (sub)classe de agregados, Veblen denomina “consumidores vicários”, ou seja, os que consomem, ou exercem ócio no lugar dos seus senhores, em função do prestígio que conferem a ele nesta atividade de “desperdício”. “Deste modo, portanto, surge

O “ócio” pode ser, é claro, facilmente emulado pois não depende de riqueza, ou algum outro meio que não “tempo” e, assim, conforme o avançar das atividades industriais e a formação de uma cultura pecuniária, tende a perder importância como sinal de distinção. Já as atividades relacionadas àquilo que se convencionou chamar de “boa educação”, porque precisam de riqueza prévia para pagar o preço da “formação”, acabam substituindo, com vantagem, o “ócio” tido como ausência total de atividades. Mas, como se não bastasse, conforme a sociedade vai crescendo e as pessoas vão tendo mais e mais contato com outras pessoas com as quais convivem somente de modo efêmero, e a quem, portanto, não se têm a oportunidade de exibir o espetáculo do “ócio conspícuo”, faz-se necessário ostentar provas cada vez mais extravagantes de poder pecuniário, no que o consumo do senhor e de seus dependentes assume um papel cada dia mais importante²³⁴. Diante desta enorme flexibilidade nos meios de expressão da superioridade pecuniária e da dificuldade em criar padrões de

uma classe ociosa, subsidiária ou derivada, cuja função é o ócio vicário em proveito da respeitabilidade da classe ociosa principal ou legítima. Esta classe ociosa vicária se distingue da classe ociosa propriamente dita por um traço característico de seu modo habitual de vida. O ócio da classe de senhores, pelo menos ostensivamente, se caracteriza pelo seu êxito em satisfazer a sua inclinação para evitar todo e qualquer trabalho; ele presumivelmente aumenta o bem-estar do senhor e a opulência de sua vida. De outro lado. O ócio da classe de criados domésticos, isenta de trabalho produtivo, é um ócio necessário a que estão obrigados e não visa primariamente o seu próprio conforto. O ócio do criado não é ócio seu; na medida em que ele é realmente um criado e não pertence ao mesmo tempo a uma das camadas inferiores da classe ociosa. O seu ócio passa normalmente por ser serviço especializado que tem por fim aumentar opulência da vida de seu senhor. Esta relação de subserviência é patente na atitudes e na maneira de vida do criado.” [...] “Em toda esta hierarquia de ócio vicário e consumo vicário, a regra é que todos os cargos devem ser exercidos de tal modo, ou em circunstâncias tais, ou ainda sob sinais de tal modo evidentes, que se saiba inequivocamente de quem é o ócio ou o consumo a que se ligam os dependentes, e a quem de direito pertence ao resultante incremento de respeitabilidade. O consumo e o ócio de tais pessoas representam um investimento que faz o senhor ou patrono com a finalidade de aumentar a sua reputação.”

²³⁴ “Nessa altura os meios de comunicação e a mobilidade da população expõem o indivíduo à observação de muitas pessoas que não têm outros meios de julgar da sua boa reputação exceto mediante a exibição de bens (e talvez de educação) que ele esteja apto a fazer enquanto estiver exposto à sua observação direta. A moderna organização da indústria opera na mesma direção também por outra linha. As exigências do moderno sistema industrial freqüentemente justapõem os indivíduos e os estabelecimentos domésticos entre os quais existe pouco contato que não esse de justaposição. Os vizinhos de uma pessoa, mecanicamente falando muitas vezes não são seus vizinhos sociais, nem mesmo seus conhecidos: e todavia a sua boa opinião transitória possui um alto grau de utilidade. O único meio prático de impressionar esses observadores não simpatizantes da nossa vida cotidiana é a demonstração ininterrupta da nossa capacidade de pagar. Na comunidade moderna há também uma freqüência mais assídua de grandes reuniões de gente que desconhece o nosso modo de vida, em lugares tais como a igreja, o teatro, o salão de baile, os hotéis, os parques, as lojas e semelhantes. A fim de impressionar esses observadores efêmeros e a fim de manter a satisfação própria em face da observação deles, a marca da força pecuniária da pessoa deve ser gravada em caracteres que mesmo correndo se possa ler. É portanto evidente que a presente tendência do desenvolvimento vai na direção de aumentar, mais que o ócio, o consumo conspícuo”. Capítulo II.

comparação mais rígidos, resulta que quanto maior a bizarrice do comportamento das pessoas, mais eficiente ele é como prova de distinção.

Entretanto, conforme avança o processo de total desvalorização de outras coisas que não o poder de esbanjar e, portanto, conforme avança o dinheiro – o capital em sua forma mais flexível – como forma de distinção, mais claro se torna que o que hierarquiza a sociedade, de fato, são os meios de *obtenção e apropriação* de riquezas. Essa obtenção e essa apropriação das riquezas podem assumir tanto um caráter “predatório” quanto outro “industrial”. Frequentemente são construídos tabus sociais que regulam essas formas de produção e apropriação de riquezas, mas também condições materiais sem as quais estariam fadadas ao desaparecimento instantâneo. Em suma, é a apropriação de riquezas e a possibilidade de seu gozo, o que podemos chamar de “regime de propriedade”, que diferencia as classes sociais; e não nos resta dúvida de que o caráter mais importante da hierarquização das pessoas, o que efetivamente permite ou restringe o acesso ao patamar de “elite”, é o regime de propriedade.

Enquanto o sistema social estiver baseado no nascimento, ou em qualquer outra característica impossível de ser emulada, este acesso está restrito de forma definitiva e a elite se reproduz de modo mais ou menos estável. **Não é o caso de organizações sociais pecuniárias, como as sociedades capitalistas; e é por isso, porque a dominação de classes capitalista – diferentemente de outras formas de organização da produção da vida – se dá por um caráter eminentemente “econômico”; ou, melhor dizendo, porque a reprodução da ideologia do capitalismo se deu por meio da suposta autonomização de uma esfera eminentemente “econômica”; que a chave para entender as sociedades capitalistas é o seu discurso econômico. É por isso que, para entender as sociedades capitalistas, Marx escolheu o método da “crítica da economia política”²³⁵. E é por isso também que, para o entendimento da sociedade imperial-capitalista britânica no século XIX escolhemos, como “porta de entrada”, a**

²³⁵ O Professor Fernando Novais, em piada de extremo poder explicativo, afirma com frequência que Marx escreveu “*Das Kapital: a crítica da economia política*” porque lhe interessava o entendimento do modo capitalista de produção da vida. Estivesse ele interessado no entendimento da sociedade feudal, escreveria “*Das Feudum: a crítica da Suma Teológica*”.

análise do capital financeiro. O capital financeiro é a relação social dominante do capitalismo desde o século XIX, etapa chamada por Lenin de “novo capitalismo”, conforme discutimos.

O fato é que, em sociedades de organização pecuniária, tanto faz o meio de acumulação de riquezas e, portanto, os critérios de distinção entre as classes, *em comparação* com o que ocorre em sociedades que se hierarquizam pelo nascimento ou outros méritos de impossível emulação, se torna *menos* estanque e *relativamente* mais permeável. Não que as classes deixem de estar separadas entre os que trabalham nas atividades “industriais” e aquelas que se apropriam dos frutos desse trabalho sem trabalhar. Uma coisa é o “critério de distinção entre as classes” e outra muito diferente são as condições materiais de pertencimento a esta classe. Se a ideologia que estabelece os critérios de pertencimento a essa classe se tornaram mais plásticos e mais distribuídos ao longo das diversas frações da sociedade, não significa que o acesso ao estatuto de “elite” se democratizou.

Essa maior plasticidade resulta em dois fatos concomitantes e complementares. Primeiramente, que por mecanismos que explicaremos logo mais, as idéias das classes dominantes permeiam toda a sociedade; e o fato de que existe alguma promessa de permeabilidade efetiva – porque o dinheiro, diferentemente do nascimento, é algo que, ao menos em tese, se pode adquirir – somente intensifica o que Marx e Engels observaram:

As idéias das classes dominantes são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como idéias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as idéias da sua dominação.²³⁶

Nas palavras de Veblen,

Nas modernas comunidades civilizadas, as linhas de demarcação entre as classes sociais se tornaram vagas e transitórias, e onde quer que isto ocorra, a norma da boa reputação imposta pela classe superior estende a sua influência coercitiva, com ligeiros entraves, por toda a estrutura social, até atingir as

²³⁶ Marx e Engels, *A Ideologia Alemã*, página 47.

camadas mais baixas. O resultado é os membros de cada camada aceitarem como ideal de decência o esquema de vida em voga na camada mais alta logo acima dela, ou dirigirem as suas energias a fim de viverem segundo aquele ideal. Sob pena de perder seu bom nome e respeito próprio em caso de fracasso, devem eles, pelo menos na aparência, conformar-se com o código aceito. Nenhuma classe da sociedade, nem mesmo a mais abjetamente pobre, abre mão da totalidade do consumo conspícuo costumeiro. Os últimos artigos desta categoria de consumo não são por ela abandonados, exceto mediante os rigores da mais aflitiva necessidade. Grande soma de esqualidez e privação será suportada antes que ela ponha de parte a última tetéia ou a derradeira pretensão à decência pecuniária. Não há classe nem país que tão abjetamente cedesse à pressão da necessidade física ao ponto de se recusar todas as satisfações desta necessidade mais alta ou espiritual.²³⁷

O segundo fato que deriva da plasticidade dos critérios de diferenciação das classes sociais em sociedades pecuniárias é que se torna possível pela astúcia, pela apropriação violenta ou por outras competências honrosas – não pelo trabalho cotidiano e monótono – algumas pessoas ascenderem ao estatuto de “elite”. Não qualquer pessoa, é claro, mas pessoas que consigam atingir um patamar de riquezas capaz de conferir-lhe a ele mesmo ou, mais freqüentemente, aos seus descendentes, o reconhecimento de que é uma pessoa digna.

No caso específico da elite imperialista britânica do século XIX, chama a atenção que tendências opostas como a “cultura do ócio”, enclausurada no sistema de valores da aristocracia; e o “instinto de artesanato”, que movimentava os negócios industriais da burguesia ascendente, puderam – ainda que com atritos e resistências – se conciliar numa mistura que deu forma àquela nova classe dos proprietários do capital financeiro, conferindo tanto aos aristocratas quanto aos burgueses um lugar socialmente para onde ir. “O ócio ostensivamente inútil veio a ser condenado, especialmente em vastos setores da classe ociosa onde a origem plebéia atua para os pôr em desacordo com a tradição do *otium cum dignitate*”²³⁸ e as honras oriundas da façanha guerreira deixaram de entrar em contradição com as atividades industriais, porque, em regime capitalista, estas passam a ser consideradas guerra. E “a energia que primeiro tinha vazão na atividade predatória, agora em parte se dirige para algum fim ostensivamente útil”²³⁹ [TFF: a outra parte continua sendo extravazada nas guerras propriamente ditas]. Destarte, o modo de pensar das classes dirigentes foi modificado, e também neste

²³⁷ Capítulo II.

²³⁸ Capítulo II.

²³⁹ Capítulo II.

plano houve uma fusão entre os valores da aristocracia que acabou se aburguesando e se tornando mais pragmática; mas, também, por outro lado, “desenvolveram-se muitas e intrincadas observâncias polidas e deveres sociais de natureza cerimonial”²⁴⁰, num processo de “enobrecimento da burguesia”.

No processo de fusão das duas classes, “há muitas idas e vindas, e muita conversa, a fim de que os interlocutores não tenham o ensejo de refletir naquilo que constitui o valor econômico efetivo de seu comércio”²⁴¹. Os hábitos aristocráticos em grande medida foram mantidos; mas mantidos com o poder pecuniário dos negócios do capital burguês. Os nobres não podiam mais manter o seu padrão pecuniário sem a partilha do poder com a burguesia que, justamente por isso, passara a ser – desde que cumpridas as observâncias comportamentais – considerada um pouco menos execrável. Os nobres passaram a valorizar o seu capital por meio de empréstimos e arrendamentos – até a fusão completa do capital financeiro – e o seu próprio sistema de valores – ainda que modificado – continuou comandando o pensamento da sociedade como um todo.

Todavia, essa alteração não poderia se dar de modo radical e instantâneo e muito do poder aristocrático passou a ser partilhado com a burguesia, diminuindo o poder relativo da elite ociosa, ou antes, reconfigurando-a, pois

Cabe a esta classe determinar, em linhas gerais, qual o esquema de vida que a comunidade deve adotar como decente ou honroso; e é sua missão preservar, por meio de preceito e exemplo, este esquema de salvação social na sua forma ideal mais elevada. Mas a classe superior pode exercer esta missão quase sacerdotal somente sob certas limitações materiais. A classe não pode efetuar à vontade uma revolução repentina ou reversão dos hábitos populares de pensamento em relação a qualquer desses requisitos de cerimonial. Leva tempo para que qualquer mudança impregne as massas e altere a atitude habitual das pessoas; e é especialmente demorada a mudança de hábitos das classes socialmente mais afastadas do corpo central. O processo será mais lento onde a mobilidade da população for menor ou onde os intervalos entre as diferentes classes forem maiores ou mais abruptos. Mas, se o tempo o permite, é vasto o campo de influência da classe quanto às questões da forma e detalhe no esquema de vida da comunidade, enquanto, no que diz respeito aos princípios substanciais (básicos) da respeitabilidade, as alterações que pode efetuar se situam dentro de limites estreitos de tolerância. O seu exemplo e preceito têm a força de uma ordem para todas as classes abaixo dela; porém, ao elaborar os preceitos destinados a governar a forma e o método da respeitabilidade – moldando os usos e a atitude espiritual das classes inferiores - esta prescrição autoritária age constantemente

²⁴⁰ Capítulo II.

²⁴¹ Capítulo II.

sob a direção seletiva das regras de desperdício conspícuo, temperado em vários graus pelo instinto do artesanato [...] As regras da respeitabilidade devem, então, adaptar-se às circunstâncias econômicas, às tradições e ao grau da maturidade espiritual de uma determinada classe, cujo esquema de vida pretende regular. Deve-se notar especialmente que, independente da força de sua autoridade e da veracidade quanto aos requisitos fundamentais da respeitabilidade na época da sua instituição, uma observância formal específica não pode, em circunstância alguma, se manter em vigor se, com o correr do tempo ou na sua transmissão a uma classe pecuniária menos favorecida, se verificar que se opõe aos princípios fundamentais de decência entre os povos civilizados, isto é, à serventia no sentido de uma equiparação individual no sucesso pecuniário²⁴².

E neste processo de fusão, de alteração nos critérios de valorização social e de mudança substantiva no padrão de exploração das classes trabalhadoras, aquelas classes médias de que tratamos no capítulo anterior cumprem um papel crucial. Com efeito, é na mediação entre as classes que se forma o processo de consolidação das novas idéias dominantes diante de um novo regime de propriedade e, portanto, de exploração e a consolidação de um novo modo de pensar o mundo jamais teria o efeito que teve na Grã-Bretanha não fosse o desenvolvimento das suas classes médias, pois

cada classe inveja e compete com a classe logo acima dela na escala social, enquanto que raramente se compara com a que fica debaixo ou muito acima. Isto significa, em outras palavras, que o nosso padrão de decência nos gastos, assim como em outros meios de competição, é determinado pelo que vigora entre os logo acima de nós quanto à respeitabilidade; até que, desse modo, especialmente nas comunidades em que as distinções de classe sejam um tanto vagas, todos os cânones de respeitabilidade e decência, e todos os padrões de consumo derivem, por gradações imperceptíveis, dos usos e hábitos de raciocínio dos da classe social e pecuniária mais elevada – a classe ociosa abastada.²⁴³

Assim, neste novo modo de pensar o mundo – o modo capitalista – houve, como no regime de propriedade, uma fusão nos esquemas valorativos, especialmente os das classes mais altas. Os negócios, especialmente os negócios imperialistas, o comércio a longas distâncias, aqueles que somente poucos homens tinham condições de empreender e que são executados com astúcia, virilidade e por meio da guerra – que, portanto, são dignos de distinção – ocuparam o papel mais nobre na escala valorativa – em exata compatibilidade com os setores mais lucrativos dos negócios capitalistas. Nos negócios de além-mar, como nas guerras de qualquer sorte, “nenhuma tarefa e

²⁴² Capítulo IV.

²⁴³ Capítulo IV.

nenhuma aquisição, que não se apóie na proeza, isto é, na força e na fraude, é moralmente possível para o homem que se respeita a si próprio.”²⁴⁴

Na Era da rainha Vitória não foi diferente. Os grandes negócios (as guerras imperialistas) ocuparam o posto mais elevado na escala de valores da sociedade britânica e, tomando por base a sua referência, os demais níveis da escala foram se consolidando. E, assim como “em muitas tribos caçadoras, o homem não traz para casa o animal que matou, mas manda a mulher a esse trabalho mais vil, mantendo a discriminação teórica entre proeza e rotina de trabalho”²⁴⁵, os grandes capitalistas industriais subordinam os trabalhos dos pequenos industriais representados no Parlamento pelos reformistas manchesterianos, de uma maneira “hegemônica”.

Mas como os nobres poderiam saber, no século XIX, de que os projetos capitalistas, então incipientes, arriscados, incertos, seriam, *no futuro*, o modo predominante de organizar a exploração das riquezas ao redor do mundo? Os projetos imperialistas foram consequência da concentração das forças capitalistas em algumas regiões da Europa, contidas em Estados-nacionais; mas o seu sucesso somente pôde ser decretado a partir do momento em que as disputas internas destes Estados assumiram a forma de imperialismos capitalistas, e, portanto, seu efeito só poderia ter sido mensurado – se é que o poderia – muito tempo depois do desenrolar daquele processo. Os critérios que permitiriam uma “escolha racional” na conformação de um Estado Imperialista só surgiram depois que essa “escolha” já tinha sido tomada.

Como vimos com a Rosa, muito esforço precisou ser empregado para que o projeto capitalista pudesse sair “vitorioso” no que tange o domínio global – então impensável – dos recursos produtivos e nunca é demais lembrar que “a elite dominante, o grupo dirigente, só se movimenta dessa maneira e com tal intensidade quando está enfrentando uma situação muito dramática. Do contrário mantém o sistema de dominação.”²⁴⁶ Não foi uma “escolha racional” – expressão de “desejo” ou ato de vontade movido pelo cálculo – que consagrou a aliança aristocrático-burguesa do capital financeiro britânico. Mas, então, o que foi?

²⁴⁴ Capítulo I.

²⁴⁵ Capítulo I.

²⁴⁶ Novais, passagem citada.

Em texto dedicado às revoluções²⁴⁷, o historiador da política Martin Wight ressaltou uma dimensão geralmente negligenciada: seu “aspecto internacional”²⁴⁸. Isto porque, para ele, algumas revoluções²⁴⁹ – notadamente a Reforma, a Francesa e a Russa – merecem o estatuto de *Revoluções Internacionais*. Para ele, essas revoluções,

ao criar[em] uma estratificação por toda a sociedade internacional, cria[m] também uma estratificação em potencial dentro de cada nação, [...] transforma[m] o caráter da guerra [...] e torna[m] difusa a distinção entre guerra e paz, entre guerra internacional e guerra civil, entre guerra e revolução²⁵⁰

porque criam rachaduras internas que provavelmente se transformarão em conflitos internacionais²⁵¹.

Nesta linha, argumenta que, desde 1789 até os tempos de Napoleão, “os revolucionários remodelaram o estado francês de acordo com ideais que não conheciam limites nacionais, e queriam difundir esses ideais por toda a Europa.”²⁵² Pautados por uma moralidade rígida de pretensões universalistas – Liberdade, Igualdade e Fraternidade – os revolucionários franceses se imbuíram de uma missão cosmopolita que conferiu ao Estado pós-revolucionário um caráter imperialista²⁵³. Portanto,

As repercussões internacionais dessas revoluções nacionalistas não foram acidentais. Elas ilustram, em primeiro lugar, a existência de um grau de unidade na sociedade internacional que torna os eventos internos de uma potência uma questão de interesse para outras potências. Mas essas revoluções também estão ligadas a uma série de movimentos organizados para revolucionar não somente um único estado²⁵⁴, mas a sociedade internacional como um todo²⁵⁵

²⁴⁷ Capítulo VII (Revoluções Internacionais), de *A política do poder*.

²⁴⁸ Mesma obra, página 69.

²⁴⁹ “Se analisarmos a história internacional, não pela seqüência de potências dominantes e flutuações no equilíbrio de poder, mas pelas ideologias e fanatismos recorrentes, encontraremos três dessas conflagrações doutrinárias. A primeira teve início com a Reforma; a segunda com a Revolução Francesa; a terceira com a Revolução Russa”, mesma obra, página 70.

²⁵⁰ Mesma obra, página 77.

²⁵¹ Mesma obra, página 80.

²⁵² Mesma obra, página 70.

²⁵³ “Um dos aspectos principais da revolução internacional tem sido o de dar novas forças ao imperialismo de uma grande potência.”, mesma obra, página 82 “O idealismo cosmopolita da Revolução Francesa rapidamente se transformou no imperialismo napoleônico [...]”; página 83. Wight se utiliza aqui do termo “imperialismo” no sentido lato do termo, como uma sorte de sinônimo de política expansionista. Do nosso ponto de vista, o Império Napoleônico, além de poder ser classificado na categoria “império” por suas características expansionistas, também foi um *império capitalista* no sentido que vimos definindo nesta dissertação, se bem que com particularidades em relação à Grã-Bretanha.

²⁵⁴ Em minúsculas no original.

Num primeiro momento, o movimento internacional de contenção da Revolução Francesa se mostrou reticente e débil e o Império que a seguiu acabou por atingir dimensões consideráveis, instaurando – por meio do poder de seus canhões tanto quanto da sua ideologia – instituições liberais nos mais variados graus.

As potências que se opunham a eles repudiavam seus ideais, mas o faziam de forma negativa ao invés de proporem algum contra-ideal positivo e, dessa forma, o conflito tornou-se ideológico. (Foi nessa época que a palavra ‘ideologia’ passou a ser usada para descrever os novos credos políticos que haviam substituído os antigos credos religiosos.) Somente após a derrota de Napoleão as potências antifrancesas conceberam um ideal revolucionário, na forma da Santa Aliança, que pregava o monarquismo cristão internacional e conservador.²⁵⁶

Mas a Revolução – e aí reside, na opinião de Wight, o seu caráter internacional – provocou efeitos que podem ser medidos para muito além das regiões que Napoleão ocupou com seus exércitos. Afinal, depois de longas conquistas, suas tropas foram derrotadas e obrigadas a retroceder; e governos “restauradores” foram postos no poder com o objetivo de restituir a ordem anterior às invasões. Contudo, a consolidação dos ideais profundos defendidos pelos revolucionários franceses avançaria mesmo depois da Batalha de Waterloo. E assim se formavam de maneira muito rápida – em relação à Inglaterra – vários dos Estados modernos europeus – laicos, liberais, constitucionais; enfim, burgueses.

As aristocracias do Antigo Regime não podiam mais suportar as pressões dos setores burgueses ascendentes pela reconfiguração do poder político vigente até então – baseado em privilégios oriundos do nascimento – em favor de uma ordem pautada pelo mérito. As elites contra-revolucionárias da Europa do século XIX sabiam que era impossível conter as forças que lutavam contra a alteração radical do modo de produção da vida. Essas elites, como vimos nas declarações de Cecil Rhodes²⁵⁷, *temiam uma grande rebelião popular* a declarar novamente e em todo lugar: “Morte aos tiranos!”. Resumindo, as elites contra-revolucionárias pós-guilhotina *temiam uma morte*

²⁵⁵ Mesma obra, página 70.

²⁵⁶ Mesma obra, páginas 70-71

²⁵⁷ “Ontem, estive em East-End (bairro operário de Londres) e assisti a uma reunião de desempregados. Ouvi discursos inflamados. Tudo se resumia num grito: ‘Pão! Pão!’. Ao reentrar em casa e revivendo toda a cena senti-me, mais do que dantes, convencido da importância do imperialismo... A idéia que mais me acode ao espírito é a solução do problema social, a saber, ‘nós, os colonizadores, devemos, para salvar os quarenta milhões de habitantes do Reino Unido de uma mortífera guerra civil, conquistar novas terras a fim de aí instalarmos o excedente de nossa população, de aí encontrarmos novos mercados para os produtos das nossas fábricas, das nossas minas. Se quereis evitar a guerra civil, é necessário que vos torneis imperialistas’”

violenta. Nas palavras do liberal-radical John Morley, burgueses tornado nobre após várias passagens pela Câmara dos Comuns e por altos cargos do governo britânico em que defendeu o “anti-imperialismo”, o livre-mercado e os valores burgueses,

[...] A história da Europa desde os Tratados de Viena tem sido pouco mais do que a história de sua ab-rogação; em outras palavras, tem sido a história do renascimento e da difusão daquela Revolução [TFF: a Francesa] que se acreditava ter sido finalmente vencida pelos tratados. Antigas dinastias, antigas divisões de classe, antigas formas de governo privilegiado sobrevivem, mas não se necessita de muita visão política para concluir que estão condenadas, e que são somente toleradas como pausas temporárias no caminho. A idéia de determinação e de equilíbrio parece ter desaparecido de todas as nações européias. Todo estadista reconhece com maior ou menor franqueza o caráter transitório do sistema que ele, naquele momento, administra ou sustenta. Vemos em toda parte a obra e a trilha deixadas pela Revolução²⁵⁸

As elites britânicas, por conta de que era justamente ali que as forças industrialistas – burguesas – estavam em estágio mais avançado, estavam com muito medo de que algo parecido com a Revolução Francesa ocorresse na ilha. O pedagógico exemplo da guilhotina deixou marcas profundas no modo como os ingleses pensavam a sociedade e a urgência de uma reforma profunda tornou-se gritante. Era preciso alguma “acomodação pacífica” entre as classes dominantes. O estabelecimento de uma ordem – institucionalizada no Estado – capitalista sem uma revolução burguesa nos moldes jacobinos. Um novo acordo. Um novo “pacto social”. Era preciso trocar de roupa para manter a pele. Nas palavras de Martin Wiener,

Uma peculiar visão inglesa de mundo estava sendo formada nas idéias sociais do caldo cultural do período intermediário da Era Vitoriana (*in the crucible of the mid-Victorian ferment of social ideas*). O que se provou muito conveniente para o novo estrato ascendente naquele tempo, um estrato produzido ao mesmo tempo por homens de negócio, pelas classes burocrática e profissional rapidamente em expansão, pelas velhas aristocracia e *gentry*. [...] Um *ethos* que prontamente absorveu, na era intermediária do período vitoriano, uma parte do pensamento social, institucionalizando-o e propagando-o. Quando da morte da rainha Vitória, sua nação possuía uma elite extraordinariamente homogênea e coesa, compartilhando num grau muito elevado uma educação; uma visão de mundo; e um conjunto comum de valores²⁵⁹.

²⁵⁸ Burke, citado por Wight na obra cujos argumentos vimos reconstituindo.

²⁵⁹ “A distinctive English world view was being formed in the crucible of the mid-Victorian ferment of social ideas. It proved highly suitable to the new upper stratum taking shape at the same time, a stratum produced by the coming together of businessmen, the rapidly expanding professional and bureaucratic classes, and the older gentry and aristocracy. [...] It was an ethos that readily absorbed one side of mid-Victorian social thought, institutionalized it, and propagated it. By Victoria’s death, her nations possessed a remarkably homogeneous and cohesive elite, sharing to a high degree a common education and a common outlook and set of values.”

Agora temos um esboço muito mais preciso daquilo que chamamos no primeiro capítulo, seguindo Hilferding, de “constituição de uma nova classe social” a partir das mudanças na propriedade do capital financeiro. Aquele capital financeiro, fusão do capital bancário (tradicionalmente propriedade dos aristocratas) com o capital industrial (propriedade dos burgueses) não poderia ser consolidado de outra forma que não na fusão de valores aristocráticos com valores burgueses, numa nova visão de mundo, típica dos proprietários desse capital. De algum modo, fazia-se *necessária* – a imagem do sangue escorrendo da guilhotina era definitiva – a substituição daquela ordem determinada pelo nascimento. Fazia-se *necessária*, em alguma medida, uma permeabilidade maior entre as classes sociais. Mas não, é claro, uma permeabilidade qualquer.

Como lembram MacRae e Cairncross, os estranhos eram vistos com desconfiança e demorava um longo tempo para serem aceitos como iguais. Alguns dos mais poderosos podiam passar a vida toda tentando ser aceitos. O que não muda o fato de que *havia* um modo de ser aceito. Era poder da Rainha conferir estas honrarias, que podiam ser “merecidas” ou “compradas”. Seguindo regras, emulando comportamentos e, claro, acumulando propriedades, era possível que um burguês extremamente “bem-sucedido” *se tornasse nobre*.

Ainda segundo Wiener, é neste momento que a instituição crucial desta consolidação, a escola pública propriamente dita, assume a sua importância²⁶⁰. Nenhuma outra instituição poderia assumir, em escala nacional, o papel desempenhado pelas instituições de ensino públicas na plasmação cultural que se sucedeu, a plasmação de uma nova elite, a elite proprietária do capital financeiro. Dentre essas escolas, exerce papel de destaque o dueto Cambridge-Oxford, fundamental para a formação de um *national way of life* britânico, cujo *ethos*, segundo Wiener, era “uma fusão de valores aristocráticos e profissionais” que “permaneceu inibido em oposição ao espírito vitoriano para o comércio e a indústria” na qual era reforçado o ideal missionário de que os *gentlemen* deveriam ocupar os postos mais elevados do Estado e das empresas, formando novamente uma reformada aristocracia (governo dos melhores). E

²⁶⁰ “The central institution of the consolidation, the public school, came into its own in this period.” Mesma obra, mesma página.

não deve causar espanto que esta fusão tenha exaltado “um ideal dual do cultivo e serviço contra a busca filistina pelo lucro”²⁶¹, que tenha sido dominada pelos estudos clássicos que foram, aos poucos, dividindo seu espaço com matérias “científicas”, associadas ao pensamento industrial.

Em 1851, um evento se tornaria emblemático dessa “acomodação conflituosa” entre os valores aristocráticos e os industrialistas, a Grande Exposição, em que o “espírito industrial”, especialmente a indústria de máquinas e as estruturas pré-fabricadas de aço e vidro foram expostas como a “alma do desenvolvimentismo” da Grã-Bretanha e o grande “progresso da humanidade”. A verdade é que a este movimento industrialista pró-engenharia sucedeu uma gigantesca reação que culminou com uma sorte de “acomodação” subordinada aos valores aristocráticos. Jamais outra exposição deste tipo voltou a ser realizada na Inglaterra (outras foram realizadas, por exemplo, na França). Segundo a feliz conclusão de Wiener, se essa Grande Exposição é um marco, é um marco do fim, e não do início de uma Era.²⁶² É o fim da aspiração burguesa a uma hegemonia sobre a aristocracia. É a expressão do sucesso da criação de uma relação social, o capital financeiro, pautada por uma ética capaz de “conciliar” os valores em antagonismo naquela classe que o capital financeiro fundiu, uma classe desconfiada do “progresso”, mas não da “civilização”²⁶³

A adoção de uma cultura de prazer (culture of enjoyment) pelos novos proprietários de terras e aspirantes à proprietários de terra significou a dissipação de um conjunto de valores que tinham projetado seus pais enquanto classe aos mais altos patamares econômicos e a nação à predominância mundial. Em seu lugar, eles colocaram um novo ideário – o do *gentleman*. Este novo ideário era, em essência, o antigo ideal aristocrático purgado de seus elementos mais grosseiros pelo resgate religioso do século XIX.²⁶⁴

²⁶¹ “The ethos of late-Victorian Oxbridge, a fusion of aristocratic and professional values, stood self-consciously in opposition to the spirit of Victorian business and industry: It exalted a dual ideal of cultivation and service against philistine profit seeking.”

²⁶² Esse raciocínio está exposto no cap 3: “A counterrevolution of values” do livro dele.

²⁶³ A grande utopia vigente na época era a necessidade de “civilizar o progresso”, reafirmando o gentleman em oposição ao self-made man. E é claro que essa característica está umbilicalmente ligada ao posterior sucesso dos Estados Unidos – a casa do *self-made man* – na era do capital financeiro. A passagem sobre a oposição entre *self-made man* e *gentleman* está na página 35 do livro de Wiener.

²⁶⁴ “The adoption of a culture of enjoyment by new landowners and aspiring landowners meant the dissipation of a set of values that had projected their fathers as a class to the economic heights, and the nation to world predominance. In its place, they took up a new ideal – that of the gentleman. This new ideal was in its essentials the older aristocratic ideal purged of its grosser elements by the nineteenth-century religious revival.” Wiener.

Nessa aliança, os burgueses ganharam, para muito além do *status*, o direito de fazer parte daquele círculo no qual, em almoços descontraídos, os homens importantes consolidam suas relações e seus negócios; e a aristocracia arrumou um modo de manter a superioridade de seu padrão de vida sem ter que lidar diretamente com os negócios da produção. Bem de acordo com o que Hilferding definiu enquanto capital financeiro,

os senhores de terra obtinham uma proporção crescente de seus rendimentos de ferrovias, canais, minas e propriedades urbanas, e a escala crescente dos negócios estava produzindo uma nova classe de grandes homens de negócio, mais ricos que os seus predecessores ainda que menos diretamente envolvidos em atividades de gerenciamento e empreendedorismo. Para homens desse grupo, o antigo antagonismo de classes significava cada vez menos, e um processo de mútua acomodação estava tomando forma.²⁶⁵

Muitos deixaram de ser banqueiros e industriais, compraram uma casa de campo e se tornaram *gentlemen* em sentido estrito, cultivando os hábitos da alta-cultura, das letras e das artes em geral. Quanto mais distante da produção de mercadorias, mais valorizada socialmente era a atividade e, assim, a própria preocupação com o dinheiro – coisa de quem não o tem, ou que pode perdê-lo – torna-se critério de exclusão do *club*. *Gentleman* que é *gentleman* – rico que é rico – não se preocupa com o dinheiro. A preocupação com o dinheiro é atividade para os estratos menos “nobres” da burguesia e para as classes médias, e não à toa a formação da elite proprietária do capital financeiro foi acompanhada de um aumento substantivo no volume e na importância de profissões cuja função primordial passou a ser assistir o gozo dos senhores e a manutenção de sua riqueza. Deste modo, a sociedade se estratificou de tal modo que garantiu a transmissão dos valores da elite por toda a sociedade e o exercício hegemônico do poder estatal, dividindo uma parte das gigantescas riquezas extraídas das classes trabalhadoras e da pilhagem da periferia do mundo, espantando o fantasma da guilhotina sem, contudo, deixar de garantir a segurança dos *gentlemen*. É por isso que esse período segundo os autores P.J. Cain e A.G.Hopkins deve ser caracterizado como “Capitalismo Gentleman”.

²⁶⁵ “The grater landlords drew an increasing proportion of their incomes from railways, canals, mines, and urban property, and the growing scale of business organization was producing a new class of big businessmen, wealthier than their predecessors yet less directly involved in management and enterprise. For men of these groups, the old class antagonisms meant less and less, and a process of mutual accommodation was soon under way.” Wiener.

Partindo de uma definição clara – assumidamente impossível de ser generalizada – de que o capitalismo deve ser entendido para além da precária distinção entre “setor real” e “setor especulativo” – visão esta totalmente influenciada pelas modernas teorias da firma de orientação neo-schumpeteriana – Cain e Hopkins buscam no dificilmente discernível setor de serviços a chave explicativa para entender o imperialismo capitalista britânico²⁶⁶.

Para eles, o conceito “*service*” pode adquirir sentido a partir da lista de atividades que geralmente abrange²⁶⁷, mas também pode ser entendido de outra forma, como o “processo” a partir do qual os serviços podem derivar dos bens – “reais” – tanto quanto esses bens podem derivar dos serviços.²⁶⁸ Com efeito, a partir dessa visão, cada mercadoria atinge uma necessidade – por mais fetichizada que ela seja – da pessoa que a adquire. Sendo assim, mesmo as mercadorias dos gêneros de primeira necessidade como alimentos e vestuários podem ser consideradas “serviços”.

Para eles, este processo de indistinção entre “bens reais” e “serviços” passa por três importantes mudanças econômico-sociais. A primeira delas, a especialização, data do século XVIII, e pode ser percebida pela criação de inúmeros empregos no setor após a consolidação do que se poderia chamar de “novos interesses (ou negócios) monetizados” (*new moneyed interests*); a segunda são os ganhos de produtividade advindos de muitas “inovações” financeiras²⁶⁹; e a terceira mudança que consolida o setor de serviços são justamente as transformações na produção tanto dentro como fora da Grã-Bretanha, em grande parte promovidas pelas finanças britânicas, pois a City, como vimos delimitando até aqui, financiou muito mais a distribuição (negócio dos grandes capitalistas) do que a produção (nesta época, dominada já por um número

²⁶⁶ Em nossa opinião, essa perspectiva é interessante na medida em que parte – de maneira mais ou menos consciente – da visão de que “capital” é uma relação de produção de riqueza abstrata, mas, a partir dos interesses teóricos dos autores, deixa em segundo plano que uma “capital” também é uma relação social específica que consiste na dominação de classes sociais distintas umas sobre as outras.

²⁶⁷ “*banking, insurance, professions, communications, distribution, public and personal services etc.*”

²⁶⁸ “Our argument treats services as being dynamic rather than passive: it sees the service sector as being characterized by a process, referred to by Bhagawati as splintering, which allows services to be derived from goods but also enables goods to be derived from services.” Página 21. Entre os economistas neo-schumpeterianos nos quais Cain e Hopkins sustentam sua visão de capitalismo, Bhagawati se destaca.

²⁶⁹ “letras de câmbio, tabelas atuariais, melhoramentos nos transportes, leis comerciais, imprensa financeira e o telégrafo, por exemplo.

relativamente elevado de produtores a ponto de não interessar aos proprietários de grandes somas de capital).

E aí residem dois pontos fundamentais para a consolidação do setor de serviços enquanto ocupação sob medida para os *gentlemen*. A primeira delas é que, em comparação com a produção, o setor de serviços depende muito menos do trabalho que da astúcia, contatos importantes e informações privilegiadas típicos de uma vida gozada no ócio. Dentre os setores capitalistas, não resta dúvidas que os serviços compreendem atividades mais honrosas que os demais. Mas há outro fator fundamental que se complementa para a “compatibilidade” existente entre os *gentlemen* e o setor de serviços; um fator que, inclusive, deriva da longa tradição dos nobres em levar uma vida ociosa: o setor de serviços depende de um volume avassalador de capital. E, nisso, os grandes capitalistas *gentlemen* levavam uma dupla vantagem. Primeiramente, porque eram os que possuíam as maiores reservas. Mas, mais que isso, devido justamente aos contatos importantes e às informações privilegiadas decorrentes de uma longa tradição familiar de vida ociosa, uma rigorosa ética – mafiosa – e relações com o poder político organizado, a classe *gentleman* se constituía na mais indicada para exercer a função crucial de concentrar capital por meio de associações, sendo que alguns grandes capitalistas ofereciam seus “serviços” de “gerência” do capital alheio, permitindo que estes continuassem ociosos e concentrando ainda mais o capital. Pois o que determina o poder dos grandes capitalistas financeiros não é somente a propriedade dos capitais (condição necessária, mas insuficiente), mas as condições – principalmente sociais – de mobilização de capital entre seus pares, que precisam confiar a esse intermediário o futuro de suas fortunas de modo que aquele que já era um capital extremamente concentrado e competitivo se torne irresistível. E qual a origem dessa importante classe que se plasmava no topo da sociedade britânica?

Para Cain e Hopkins, alguns movimentos foram cruciais para a formação desse “amalgama”. Primeiramente, a Revolução Gloriosa de 1688, que fortaleceu os interesses da aristocracia agrária no seio do Estado britânico. Posteriormente, ao longo do século XVIII, sobretudo pela dificuldade que a nobreza enfrentava em manter o seu padrão, o comércio deixou de ser considerado indigno de um *gentleman*. E, por fim, o

processo de compra e concessão de títulos de nobreza a burgueses, que teve início no século XVIII, mas aprofundou-se na Era Vitoriana, quando a “produção” de gentleman alcançou escalas sem precedentes. Mas essa ética, evidentemente, não era a mesma ética da elite feudal, uma vez que combinava o privilégio, a ordem, dever e lealdade – virtudes “antigas” – com uma forte ênfase no mérito e no esforço individual – “modernas”. Pois essa ética fidalga no capitalismo é substancialmente diferente da ética fidalga pré-capitalista, sem, contudo, deixar de preservar alguns de seus elementos característicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Julieta, não és mais um anjo de bondade
como outrora sonhava
O teu Romeu

Julieta, tens a volúpia da infidelidade
E quem
te paga as dívidas sou eu...

Julieta, tu não ouves meu grito de esperança
Que afinal, de tão fraco não alcança
as alturas do teu arranha-céu

Tu decretaste a morte aos madrigais
e constróis um castelo de ideais
No formato elegante de um chapéu

Julieta, nem falar em Romeu tu hoje queres
Borboleta sem asas, tu preferes
Que te façam carícias de papel

Nos teus anseios loucos, delirantes
Em lugar de canções queres brilhantes
Em lugar de Romeu, um coronel!

(Noel Rosa)

Se o século XIX parece, em retrospecto, um período de estabilidade internacional, isto talvez se deva a duas razões. O tumulto revolucionário não causou guerra total, a despeito dos receios de seus contemporâneos, e foi seguido, entre 1871 e 1914, pelo maior período de paz conhecido na Europa desde o Império Romano. O equilíbrio do poder, o Concerto da Europa, a Doutrina Monroe e a abertura do mundo pelo capitalismo ocidental pareciam formar conjuntamente um sistema de relações internacionais que combinava estabilidade com flexibilidade, segurança com progresso. Ademais, o objetivo do distúrbio revolucionário era de reconstruir a sociedade internacional de acordo com princípios que estavam sendo cada vez mais aceitos por toda parte. Uma nova doutrina da legitimidade internacional estava modificando os fundamentos da sociedade internacional, substituindo a tradição pelo consentimento e o preceito pela autodeterminação nacional. [...] O Tratado de Versalhes representou, na Europa, a vitória final da Revolução Francesa sobre a Santa Aliança.²⁷⁰

Em que pese o papel do concerto internacional para a construção da paz, é a guerra total o único limite aceitável para o cálculo dos Estados em regimes concorrenciais. Ou se estabelece no mundo algum tipo de regime planejado – ou anárquico *no sentido dos anarquistas*, porquê não? – ou essa continuará sendo uma regra seguida à risca por toda e qualquer potência. No caso específico dos capitalistas do século XIX, temos que os limites dos tratados foram, sim, importantes, mas foi mesmo “a abertura do mundo pelo capitalismo ocidental” que garantiu as bases materiais de um “sistema de relações internacionais que combinava estabilidade com flexibilidade, segurança com progresso”.

A versão anglicana para a mensagem cristã, estreitamente entrelaçada com a ortodoxia econômica, foi transmitida por missionários coesos (*like-minded*): a Bíblia acompanhada do arado; a retidão espiritual marchando lado a lado com a prudência fiscal. Os utilitaristas trataram o império como um vasto laboratório para seus experimentos com princípios científicos de melhorias humanas; missionários chegaram a vê-los como um veículo na cruzada pela salvação coletiva. Juntos, criaram uma nova ordem internacional no século XIX por meio da elaboração e implementação do primeiro programa de desenvolvimento com alcance mundial.²⁷¹

Este “primeiro programa de desenvolvimento com alcance mundial”, o imperialismo capitalista, contudo é um programa autodestrutivo. O desenvolvimento das

²⁷⁰ Martin Wight, página 73.

²⁷¹ “The Anglican version for the Christian message, closely entwined with economic orthodoxy, was transmitted by like-minded missionaries: the Bible accompanied the plough; spiritual rectitude marched with fiscal prudence. Utilitarian treated the empire as a vast laboratory for experimenting with scientific principles of human betterment; missionaries came to see it as a crusading vehicle for collective salvation. Together, they created a new international order in the nineteenth century by devising and implementing the world’s first comprehensive development programme.” Cain e Hopkins, obra citada.

relações capitalistas de produção é contraditório e o seu sucesso é também razão de seus entraves futuros. Entretanto, estes entraves futuros não estão sujeitos somente às suas leis supostamente automáticas, mas depende, principalmente, das capacidades dos homens de fazerem essa história na qual se encontram. É da disputa concreta, mais que das contradições de leis supostamente automáticas, que tomam vida as relações humanas. Entre essas relações humanas, como resultado da ação dos homens do século XIX perseguindo seus interesses de classe e outras sortes de motivações mais fortuitas, se deu uma profunda alteração no sistema de dominação, substituindo um sistema com um profundo grau de internacionalização – o sistema colonial – por um sistema com um grau de internacionalização ainda maior e, com efeito, com pretensões mundiais.

Mas a maior internacionalização foi somente um dos aspectos do sistema imperial-capitalista de dominação no século XIX. Ainda mais importante que a extensão geográfica do Império Capitalista Britânico é o grau de interferência na vida das pessoas que o modo de produção que o criou e por ele promovido – o modo de produção capitalista – assume. Num grau infinitamente maior que qualquer outro modo de produção que o precedeu, o capitalismo destruiu as formas tradicionais de vida e as subordinou ao seu *modus operandi*, intensificando sobremaneira as tendências espoliativas que as estruturas imperiais sempre carregam em si. E é por isso que podemos falar, afinal de contas, de um modo capitalista de produção da vida.

Das nossas investigações nessa dissertação, ficamos com a convicção de que não fosse o surgimento do capital financeiro pela fusão dos interesses rentistas (em geral mais “líquidos”, mais “seguros” e mais “lucrativos”) com os industrialistas (que, estes sim, têm a capacidade de subordinar a rotina das pessoas às regras gerais da acumulação); o capitalismo jamais teria atingido as proporções que assumiu e, certamente, o mundo seria radicalmente diferente. Não fosse o capital financeiro, uma nova fase do capitalismo, o capitalismo seria um capítulo muito curto da história humana; e talvez sequer fosse lembrado senão como uma curiosidade específica das sociedades industrialistas da Europa.

Por fim, gostaríamos de comentar brevemente sobre os debates acerca da lucratividade dos impérios. Acompanhamos, ao longo dessa dissertação, algumas das

tentativas de passar o imperialismo por “irracional” e “desvantajoso”. Contra todas as evidências, esse tipo de pensamento permanece, mesmo em nossos dias.

Não nos parece razoável que as motivações para esse esforço possam ser encontradas na Grã-Bretanha do século XIX, ao que podemos concluir que essas motivações somente podem fazer sentido no contexto em que esse pensamento é reproduzido. A necessidade de dissociar o capitalismo da violência imperialista – contra todas as evidências – não tem outra razão que não a afirmativa de que é possível conciliar capitalismo e paz. A visão maniqueísta de que os homens do período médio da Era Vitoriana eram “esclarecidos”; evitavam a violência e foram capazes de controlar o “parasitismo” da classe financeira-imperialista serve à suposta corroboração de pensamentos reformistas que apostam na possibilidade de, por meio de medidas economicistas regulatórias, sustentar os lados supostamente benéficos do capitalismo (o progresso material da industrialização com “desenvolvimento”) e neutralizar suas mazelas (superexploração, desigualdade excessiva (?) de distribuição de renda etc). Em suma, o grande interesse em exaltar os homens do período intermediário da Era Vitoriana, os Manchesterianos, pequenos burgueses, classe média, é apoiar a tese – falsa! – de que é possível “domesticar” o capital. De que o capitalismo pode ser não-imperialista, contrariando totalmente a realidade dos séculos XIX e XX e, até aqui, do XXI. Lembramos novamente a afirmação do economista da Escola de Campinas João Manuel Cardoso de Mello, em momento de particular lucidez, de que essa é uma visão entorpecida (*sic*) pois:

O desenvolvimento monstruoso do capital financeiro revelou uma verdade incontestável. Ou, por outra, verdade bem conhecida de Marx e Keynes, de Braudel e Polanyi – nós é que andávamos meio entorpecidos pelas décadas de capitalismo domesticado, esquecidos de que o capitalismo é um regime de produção orientado para a busca de riqueza abstrata, da riqueza em geral expressa pelo dinheiro.” (...) “O desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a intensificação da disparidade dos rendimentos, a heterogeneidade do mercado de trabalho e o agravamento da pobreza estão aí para quem quiser ver, e reconhecer enfim no capitalismo o que ele sempre foi, uma gigantesca máquina de produzir desigualdade.”²⁷²

Espero que a minha geração abandone de vez as tendências reformistas baseadas no falso pressuposto de que, em regime capitalista, é possível separar “produção” de “especulação” e retome a certeza de que é impossível uma vida razoável

²⁷² Grifos nossos.

em regime capitalista senão pela expropriação de outrem. E espero, sinceramente, que a minha geração tenha a clareza de que fazer crítica marginal não é contestar o sistema, mas, pelo contrário reforçá-lo. Não custa lembrar que – do alto de sua criatividade – os capitalistas criaram cargos para esse tipo de crítico. São *ombudsmen* e auditores. Precisamos lembrar que suas contas são pagas pelos capitalistas e, portanto, seu trabalho é um trabalho que serve a eles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAIN, P. J. & HOPKINS, A.G. *British Imperialism: Innovation and Expansion 1688-1914* Londres: Longman, 1993
- GALBRAITH, J.S. "Myths of the 'Little England' Era" *The American History Review* (1961)
- GALLAGHER, John & ROBINSON, R. "The Imperialism of Free Trade" *Economic History Review* 6 (1953)
- HARVEY, David *O Novo Imperialismo* trad.port. São Paulo: Loyola. 2004 HAYEK, *The Road to Serfdom* Chicago: Chicago University Press, 1945
- HILFERDING, Rudolf *O capital financeiro* trad. port. São Paulo: Nova Cultural, 1985
- HOBBSBAWM, E.J. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*: Forense Universitária, 2003
- HOBSON, John A *Imperialism: a study* Ann Arbor: Univ. of Michigan Press, 1987
- KAUTSKY, Karl *Finance-Capital and Crises*, (1911) disponível em <http://www.marxists.org/archive/kautsky/1911/xx/finance.htm>, acessado em 31 de janeiro de 2011.
- _____; *Imperialism and the War*, (1914), disponível em <http://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/war.htm>, acessado em 31 de janeiro de 2011.
- _____; *Ultra-Imperialism*, (1914), disponível em <http://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>, acessado em 31 de janeiro de 2011.
- LENIN, V.I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo* trad. port, São Paulo: Global, 1987
- LUXEMBURGO, Rosa *A Acumulação de Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo* trad. port., São Paulo: Abril Cultural, 1985
- MARIUTTI, Eduardo Barros *Colonialismo, Imperialismo e Desenvolvimento Econômico Europeu* Tese de Doutorado em Economia, Campinas: IE/Unicamp (2003)
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich *Manifesto do Partido Comunista* trad. port. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
- _____; *A Ideologia Alemã* trad. port. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

- McDONAGH, Oliver "The anti-imperialism of free trade" *The Economic History Review* (1962)
- MCRAE, H. e CAIRNCROSS, F., *Capital City – London as a Financial Centre*, Londres: Eyre Methuen, 1973.
- MELLO, J.M.C. de "Prólogo a Celso Furtado"; em *Poder e Dinheiro*, TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. (org.) Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- MORAES, J.Q. de, *A teoria leninista do imperialismo e a miragem globalista*, em *Marxismo e Ciências Humanas*, Cemarx IFCH-Unicamp, 2003
- NOVAIS, Fernando *Aproximações* São Paulo: Cosac Naïfy, 2005.
- PLATT, D.C.M. "The Imperialism of Free Trade: Some Reservations" *Economic History Review* (1968)
- _____; "Further Objections to an 'Imperialism os Free Trade'" *Economic History Review* (1973)
- SILVA, S. Thompson, "Marx, os marxistas e os outros" em *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos: E.P. Thompson, Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva* Campinas (org.) Campinas: Editora da Unicamp 2007.
- SOUZA, Angelita Mattos, *Deus e o Diabo na terra do sol: estado e economia no Brasil*; São Paulo: Ed. Annablume. 2009.
- VEBLEN, Thorstein *A teoria da classe ociosa*. Coleção Os Pensadores trad. port. São Paulo: Abril Cultural.
- WIENER, M. J. *English culture and the decline of the industrial spirit 1850-1980*, Harmondsworth, Middlesex, England: Penguin Books, 1985.
- WIGHT, Martin, *A política do poder*, trad. port. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.